

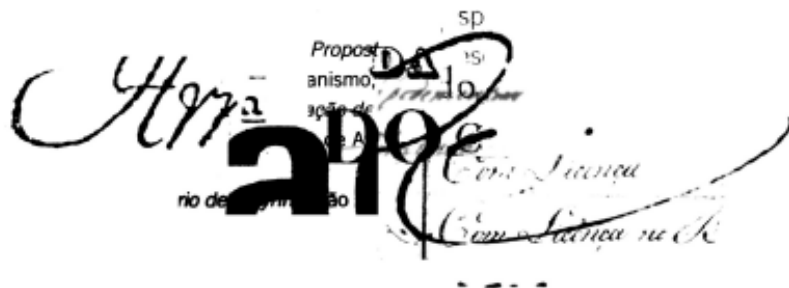
SO'POS

15

junho - 2004
ISSN: 1518-9554



revista do programa de
pós-graduação em
arquitetura e urbanismo
da fausp



PÓS N. 15
REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM ARQUITETURA E URBANISMO DA FAUUSP

JUNHO 2004

ISSN 1518-9554

Ficha Catalográfica

720
P84

PÓS – Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP/Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Comissão de Pós-Graduação – v.1 (1990)- . – São Paulo: FAU, 1990 –

v.: 27 cm

n.15, jun. 2004

Issn: 1518-9554

1. Arquitetura - Periódicos I. Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Comissão de Pós-graduação. III. Título

20.ed. CDD 720

Serviço de Biblioteca e Informação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP

PÓS n. 15

Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP
(Mestrado e Doutorado)

Rua Maranhão, 88 – Higienópolis – 01240-000 – São Paulo

Tels. (11) 3257-7688/7837 ramal 30

Fax: (11) 3258-2377

e-mail: rvposfau@edu.usp.br

Home page: www.usp.br/fau

Indexação: *Índice da Arquitetura Brasileira*

Apoio financeiro: Capes

PÓS n. 15

Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP

Junho 2004

Universidade de São Paulo

Reitor Prof. Dr. Adolpho José Melfi
Vice-Reitor Prof. Dr. Hélio Nogueira da Cruz
Pró-Reitora de Pós-Graduação Profa. Dra. Suely Vilela

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Diretor Prof. Dr. Ricardo Toledo Silva
Vice-Diretora Profa. Dra. Maria Angela Faggin P. Leite

Comissão de Pós-Graduação

Presidente Prof. Dr. Wilson Edson Jorge
Vice-presidente Prof. Dr. Paulo Renato M. Pellegrino
Profa. Dra. Sheila Walbe Ornstein
Profa. Dra. Maria Angela Faggin Pereira Leite
Profa. Dra. Maria Lucia Caira Gitahy
Prof. Dr. Mário Henrique D'Agostino (Suplente)
Profa. Dra. Denise Duarte (Suplente)
Profa. Dra. Maria Cristina da Silva Leme (Suplente)
Profa. Dra. Catharina Pinheiro (Suplente)

Representante Discente na CPG

Maria Beatriz Camargo Cappello

Comissão Editorial

Profa. Dra. Vera Pallamin – Editora-Chefe
Profa. Dra. Catharina Pinheiro
Prof. Dr. Jorge Hajime Oseki
Profa. Dra. Maria Irene Szmrecsanyi
Profa. Dra. Rebeca Scherer
Profa. Dra. Sheila Walbe Ornstein
Prof. Dr. Wilson Edson Jorge

Secretária Acadêmica

Cristina M. Arguejo Lafasse

Jornalista Responsável

Izolina Rosa (MTb 16199)

Cronograma de Teses e Dissertações

Diná Vasconcelos

Projeto Gráfico e Imagens das Aberturas

Rodrigo Sommer

Foto da Capa

Márcio Rodrigues Luiz

Conselho Editorial

Antonio Carlos Zani (Centro de Tecnologia e Urbanismo – UEL)
Azael Rangel Camargo (EESC/USP)
Celso Monteiro Lamparelli (FAUUSP)
Eduardo de Almeida (FAUUSP)
Ermínia Maricato (FAUUSP – MCID)
Flávio Magalhães Villaça (FAUUSP)
Luiz Carlos Soares (Universidade Federal Fluminense – UFF)
Jorge Fiori (Department of Housing and Urbanism – Architectural Association – Londres)
Júlio Roberto Katinsky (FAUUSP)
Maria Flora Gonçalves (Nesur-Unicamp)
Maria Lúcia C. Gitahy (FAUUSP)
Maria Ruth Amaral de Sampaio (FAUUSP)
Marta Rossetti Batista (Instituto de Estudos Avançados – IEB-USP)
Nestor Goulart Reis Filho (FAUUSP)
Paulo A. Mendes da Rocha (FAUUSP)
Pedro George (Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia-Portugal)
Ricardo Tena Nuñez (Escuela Superior de Ingeniería y Arquitectura – ESIA – México)
Sheila Walbe Ornstein (FAUUSP)
Sílvio Soares Macedo (FAUUSP)
Sonia Marques Barreto (Mestrado em Desenvolvimento Urbano – UFPE)
Wrana Panizi (UFRGS)
Yvonne M. M. Mautner (FAUUSP)



SUMÁRIO

I APRESENTAÇÃO

2 | DEPOIMENTOS

010 LIBERDADE DA MEMÓRIA – UMA
ENTREVISTA COM HENRI-PIERRE JEUDY
Elane Ribeiro Peixoto

3 | ARTIGOS

- 018 “ARCHITETURA PARTICIPATIVA” NA VISÃO DE GIANCARLO DE CARLO
Ana Cláudia Castilho Barone
Sylvia Adriana Dobry
- 032 CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRÁTICA PROFISSIONAL DO ARQUITETO
Francisco Segnini Jr.
- 042 ENCRUZILHADAS DO PLANEJAMENTO: REPENSANDO TEORIAS E PRÁTICAS. UM BALANÇO DO X ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Heloisa Soares de Moura Costa
- 056 A ESCALA BAIRRO E O CONCEITO DE LUGAR URBANO: O CASO DE APIUCOS E POÇO DA PANELA NO RECIFE
Sandra Augusta Leão Barros
- 076 ARQUITETURA E PROPAGANDA: O MARKETING NA PRODUÇÃO IMOBILIÁRIA POR INCORPORAÇÃO
André Costa
- 098 OLHAR SOBRE AS CIDADES AMERICANAS E EUROPEIAS A PARTIR DE LÉVI-STRAUSS
Tomás Antonio Moreira
Elza Helena Camargo do Canto e Castro

4 | CONFERÊNCIA NA FAUUSP

- 110 “O ENSINO DE MANFREDO TAFURI NOS ANOS 70 E 80 E A CRIAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA ARQUITETURA DE VENEZA. OS ÚLTIMOS ESCRITOS: O RETORNO AO RENASCIMENTO”

5 | EVENTOS

- 118 SOBRE O ENSINO DE PROJETO DE ARQUITETURA NA PÓS-GRADUAÇÃO
Wilson Edson Jorge

6 | RESENHAS

- 124 COSTS AND BENEFITS OF INNOVATIVE WORKPLACE DESIGN.
VOORDT, D. J. M. van der.
Sheila Walbe Ornstein
- 128 DESÍGNIO, REVISTA DE HISTÓRIA DA ARQUITETURA E DO URBANISMO
Andréa de Oliveira Tourinho

7 | NÚCLEOS e LABORATÓRIOS DE PESQUISA DA FAUUSP

- 132 LABAUT – LABORATÓRIO DE CONFORTO AMBIENTAL E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA
Denise Duarte

- 142 TESES E DISSERTAÇÕES

I | APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

A matéria de abertura desta edição, intitulada *Liberdade da Memória*, apresenta uma entrevista com Henri-Pierre Jeudy, na qual o autor comenta aspectos de sua formação e de seu trabalho no campo das ciências humanas. Evitando corroborar com a compartimentação disciplinar definida por objetos de estudo, o autor comenta sobre a transdisciplinaridade – o confronto e a troca metodológica entre diferentes disciplinas – subsidiando sua reflexão teórica. Em seus ensaios o tema da memória é uma interrogação incessante, constantemente atualizada, adentrando-se à questão do patrimônio e à gestão espacial e temporal de memórias coletivas, teses das quais são destacadas, nesse seu depoimento, referências significativas.

Na seção Artigos publicamos uma série de textos voltados às práticas projetuais e profissionais. “*Arquitetura participativa*” na visão de Giancarlo de Carlo recupera o percurso crítico deste arquiteto a certas trajetórias da arquitetura moderna, assim como sua experiência em relação ao envolvimento de usuários em processos de decisão e concepção relacionados à arquitetura e ao urbanismo. Sua atuação não só contribuiu com procedimentos de importância na área como também nos legou uma criteriosa avaliação sobre os riscos e ganhos envolvidos nesses processos.

Em *Considerações sobre a prática profissional do arquiteto* se encontra uma análise sobre a relação entre a produção do projeto e o mercado, considerada sob recentes transformações de ordem econômica, tecnológica e social. Essas modificações incluem, em seu bojo, novos parâmetros de racionalização que atingem incisivamente as diferentes fases de concepção e construção da arquitetura, ao mesmo tempo em que provocam um reposicionamento de sua dimensão cultural enquanto arte e técnica e a redefinição de seu papel como mercadoria.

Encruzilhadas do planejamento: Repensando teorias e práticas delineia um quadro apreciativo sobre o 10º Encontro Nacional da ANPUR, destacando os principais termos teóricos desse debate de amplo espectro, no qual figuraram temas como as práticas socioespaciais em planejamento, gestão e políticas públicas urbanas, caminhos e impasses na articulação de distintas escalas de poder. Ao mesmo tempo em que a autora comenta avanços de ordem metodológica, epistemológica e política, registrados pelos trabalhos apresentados, situa desafios a serem enfrentados nesse campo de ação e pesquisa.

No segundo conjunto de artigos, o texto *A escala bairro e o conceito de lugar urbano: O caso de Apipucos e Poço da Panela no Recife* discute a noção de bairro associada à construção do sentimento de localidade nos moradores, no qual atua uma convergência de valores territoriais, coletivos e culturais. Próximo a esta linha de considerações de cunho antropológico, publicamos *Olhar sobre as*

ciudades americanas e européias a partir de Lévi-Strauss, enfocando aspectos de êxito e declínio, urbanização e industrialização de centros urbanos. Esse bloco finaliza com *Arquitetura e propaganda: O marketing na produção por incorporação* que introduz uma discussão sobre o mercado imobiliário, estratégia de preços e a imagem da arquitetura, tópicos os quais se entrecruzam com elementos da prática profissional nos termos anteriormente mencionados.

A seção Conferências na FAUUSP traz um texto de Donatella Calabi, intitulado *O ensino de Manfredo Tafuri nos anos 70 e 80 e a criação do Departamento de História da Arquitetura em Veneza. Os últimos escritos. O retorno ao renascimento*, situando balizas da produção historiográfica, crítica e de pesquisa desse expoente teórico italiano, autor de obras clássicas como *Projeto e utopia* e *Teoria e história da arquitetura*.

Dando continuidade à divulgação de debates organizados pelas novas áreas de concentração incluímos, na seção Eventos, o texto *Sobre o ensino de projeto de arquitetura na pós-graduação*, cujos desdobramentos serão registrados nas próximas edições da revista. Este número conclui com uma exposição das pesquisas e trabalhos realizados pela equipe do Laboratório de Conforto Ambiental da FAUUSP (LABAUT), e as resenhas: *Conhecendo o ambiente de trabalho e seus usuários: Diretrizes para projetos de qualidade no setor administrativo e Designio, Revista de História da Arquitetura e do Urbanismo*, publicação cujo lançamento foi parabenizado pela comunidade acadêmica.

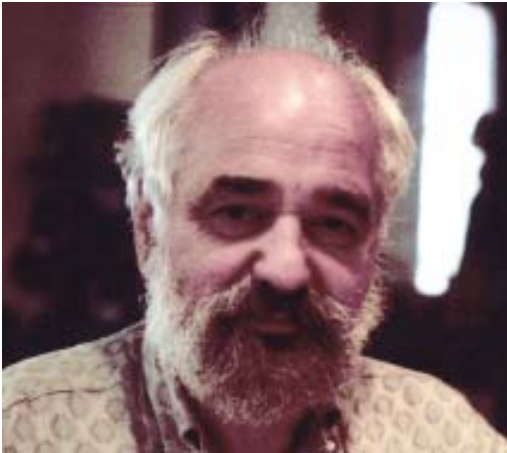
Dra. Vera Pallamin

Editora-chefe

2 | *De*POIMENTOS

LIBERDADE DA MEMÓRIA – UMA ENTREVISTA COM HENRI-PIERRE JEUDY

Henri-Pierre Jeudy



Henri-Pierre Jeudy

Doutor em sociologia da arte e em ciências sociais. Professor na Universidade de Strasbourg e Sorbonne, participa da direção do Laboratoire d'Anthropologie des Institutions et des Organisations Sociales na Maison des Sciences de l'Homme, em Paris. Sua obra se diversifica em uma gama variada de temas, tais como a mídia, o pânico, a violência, as memórias coletivas, a gestão do patrimônio, as artes.

A presente entrevista, realizada e traduzida por Elane Ribeiro Peixoto¹, deu-se em Paris, no ano de 2001. As questões propostas a Jeudy centraram-se na leitura de seus livros: *Memórias do social*, *Patrimoine en folie* e *La Machinerie Patrimoniale*². A dinâmica da entrevista se deu não na forma de perguntas, mas na sugestão de temas desenvolvidos livremente. Assim, destacam-se, no autor, algumas de suas posições teóricas sobre a visão de modernidade, os paradoxos expostos no par “*patrimônio e memória*” e as reflexões sobre a identidade e os estereótipos.

(1) Elane Ribeiro Peixoto é professora da Universidade Católica de Goiás, coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa do Edifício e da Cidade (NEPEC). A entrevista que se apresenta é parte da pesquisa realizada para o doutorado, intitulado “Arquitetura na *Revista Projeto* (1980-1995). Identidade – Memória – Não-Lugares”, orientado por Júlio R. Katinsky e defendido na FAUUSP, em setembro de 2003. A tradução do texto teve por revisor Christophe Cromer.

(2) JEUDY, Henri-Pierre. *Memórias do social*. Tradução de Márcia Cavalcanti. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

_____. *Patrimoines em folie*. Paris: Ed. De la Maison des sciences de l'home, 1990.

_____. *La Marchinerie patrimoniale*. Paris: Sen & Tonka, 2001.

O franco atirador...

Sou sempre apresentado como um sociólogo, mas, de fato, minha formação é em filosofia e nunca estive, particularmente, determinado a praticar uma sociologia empírica.

Minha reflexão se sustenta no entrecruzamento entre fatos de ordem local e de ordem mundial. Não gosto de prender-me às questões focalizadas em pequenos territórios, a não ser que assumam uma escala mundial. Posiciono-me de forma semelhante em relação aos acontecimentos hoje considerados inexistentes porque foram produzidos pela mídia. Assim, interesso-me pelos acontecimentos na medida em que tenham uma ressonância em uma escala de grandeza mundial; não disse mundialização, disse mundial.

É por essa razão que não posso praticar uma sociologia cristalizada em objetos muito determinados e que se encontra próxima de uma atitude etnográfica. Para mim, as disciplinas são formas de abordagem. Interesso-me pela lingüística, psicologia, como também pela filosofia, embora esta não seja, de fato, uma disciplina, o que a torna mais interessante, pois não pode, verdadeiramente, ser definida como uma ciência social. Interesso-me pela psicanálise porque se abre à transdisciplinaridade, possuindo modos de abordagem e análise que não são dominados pelos modelos disciplinares. Recorro a diferentes disciplinas, utilizando-as de maneira livre, às vezes, exageradamente livre, a tal ponto de sofrer reprovação. Porém, essa liberdade me permite escapar à prisão do modelo. Atualmente, as ciências sociais são cada vez mais compartimentadas, segundo os objetos que estudam e, sobretudo, segundo os modelos de análise que empregam. Por essa razão, de maneira

geral, sou considerado, no universo intelectual das ciências sociais, como um franco atirador; o que significa não pertencer a uma escola e se dispor a ensaiar uma forma de aproximação teórica relativamente livre em relação às tendências.

Certamente, fui influenciado por tendências, as de maior importância são ligadas à filosofia e não às ciências sociais. Na filosofia, fui marcado pela tradição fenomenológica, por outra mais antiga, o nominalismo, com seus autores ingleses como Hobbes e, por fim, por uma tradição filosófica muito violenta e céptica, como a de Nietzsche. De fato, minhas abordagens são nutridas por um cepticismo ofensivo, avesso a aceitar as interpretações que podem ser impostas pelos sociólogos.

A teoria como uma aventura – é necessário ser aventureiro

O que importa é a idéia de uma aventura da teorização: a construção teórica, para mim, é antes de tudo uma aventura – é preciso ser aventureiro. Porém, atualmente, os quadros institucionais e a dinâmica das pesquisas em ciências sociais abolem completamente a possibilidade dessa aventura teórica, o que é cada vez mais uma catástrofe. Há 30 anos, as ciências humanas se confrontavam aos dispositivos ideológicos como o marxismo, o estruturalismo. As implicações críticas dessas interpretações sociológicas encontravam resistências, como os grandes sistemas, o estruturalismo de Levi-Strauss, por exemplo. Atualmente, os modelos teóricos se tornaram metodológicos. Confundem-se teoria e metodologia; a teoria é reduzida a um processo metodológico e contenta-se com essa redução, não há mais uma possibilidade para a aventura de uma construção teórica.

É a razão pela qual a transdisciplinaridade, hoje, soa falsa, pois trata de relações entre diferentes disciplinas que realizam trocas metodológicas. De fato, não há, verdadeiramente, uma transdisciplinaridade que seria ativa e, sobretudo, um risco. A confrontação de disciplinas deve ser um risco. Hoje, as trocas disciplinares se fazem de uma maneira institucional, protegendo cada disciplina: não há mais risco a correr.

Há sempre, no interior do modo de pensar teórico, uma tendência a elaborar um sistema. Porém, todo sistema teórico permanece em “suspense”. Há, implicitamente, qualquer coisa sistemática em um pensamento teórico, mas, ao mesmo tempo, o que tende à sistematicidade é também o que permite ao pensamento teórico se autodestruir – o que significa evitar a configuração de um sistema determinado, absoluto e intemporal.

A vontade de sistematizar é necessária, mas, ao mesmo tempo, perigosa: é preciso voltá-la contra si própria, a fim de evitar um sistema definitivo, o qual se imporá como um modelo teórico, um modelo institucional de investigação que tem por vocação ser repetitivo.

Sou particularmente interessado na questão do estereótipo. De fato, pode-se falar de estereótipo na construção teórica – há estereótipos em teoria: o uso de certas palavras e conceitos. Mas, ao mesmo tempo, a aposta é fazer esses estereótipos se movimentarem. Não se pode abandoná-los porque são conceitos os quais não cessam de serem ativados, porém, não são definitivos. A cada vez, há sempre uma reconceituação do conceito. O estereótipo é, simultaneamente, fascinante, porque é o pensamento construído, mas clama por sua desconstrução como um imperativo para pensamento.

... esta palavra modernidade não designa coisa alguma

Essa palavra modernidade é, para mim, incômoda. Utilizo-a muito pouco, desejaria, talvez, jamais utilizá-la. Essa palavra, da qual não gosto, adquiriu significados diferentes com os termos pós-modernidade ou hipermodernidade.

É o problema dessas palavras que querem designar, ao mesmo tempo, algo que já passou e a metamorfose de uma sociedade ou sua atualização, que permanece muito indefinida. A cada vez que se constrói uma frase e adiciona-se, ao final, “é a modernidade”, parece-me uma atribuição de sentido, a negação de uma aventura teórica. Modernidade ou pós-modernidade se tornam categorias de classificação daquilo que se vê e se analisa. Uma classificação muito fácil e confortável, equivalente à assinatura de um quadro: faz-se um quadro da sociedade sobre a modernidade. É verdade que essa palavra é, a cada dia, menos utilizada porque supõe uma flutuação semântica inacreditável.

A passagem para a modernidade implica sempre uma referência à idéia clássica de oposição entre tradição e modernidade. Um dos melhores exemplos é o discurso sobre o Japão. Há alguns anos, certos antropólogos tentaram mostrar como a sociedade japonesa sabia conjugar, dialeticamente, a tradição e a modernidade. Esses antropólogos insistiram na relação entre conservação das tradições e uso de tecnologias de ponta para demonstrar como se dá a aliança e a harmonia entre tradição e modernidade, na sociedade japonesa. A demonstração não é convincente porque é sempre fácil ver como as tradições se misturam à modernidade – o que se pode verificar com a noção de patrimônio. Este é, ao mesmo tempo, um produto da tradição e de projeção dessa para o futuro, graças à assimilação de uma modernidade sempre prospectiva. Penso em termos tais como: “patrimônio do futuro”, “patrimônio do amanhã”, para bem demonstrar que o patrimônio, quinta-essência simbólica das tradições, será projetado no tempo presente e futuro. Para mim, a palavra “modernidade” não designa coisa alguma: é um estereótipo conceitual.

Mas, ao mesmo tempo, ela é ambígua pois não se faz outra coisa que estudar a modernidade. O que faço, se não estudar a modernidade? Simplesmente não me sinto à vontade com essa categoria de representação que poderia conduzir

meu modo de observação ou de análise. Não quero ter em mente essa categoria a qual determinaria o desenvolvimento do pensamento. Tento resistir à sua utilização. Se me perguntam sobre a relação clássica entre as duas palavras: tradição e modernidade, o que vejo é um efeito de colisão e entrelaçamento. Quero evitar o seguinte quadro: há aqueles que querem absolutamente ser modernos e estão dispostos a sacrificar as tradições, e, por outro lado, os nostálgicos, porque há uma grande quantidade de “coisas” presas em processos de patrimonialização, as quais desaparecerão. Essas figuras de representações coletivas não revelam o que, de fato, se passa. O termo colisão é muito mais interessante visto que não se pode sempre atingir, de forma objetiva, as metamorfoses de uma sociedade. Têm-se elementos e signos de metamorfose. Pode-se ser capturado por esses signos, mas é difícil crer em uma interpretação monolítica e estática no interior da qual se mostra, com clareza, como as tradições se transformam em signos de modernidade.

Prefiro a palavra metamorfose

Prefiro a palavra “metamorfose” porque permite descrever melhor as modalidades de transformação de uma sociedade. Não é uma categoria, é necessário que o ponto de vista adotado seja aberto à sua própria metamorfose. Construindo quadros da sociedade, adota-se um só ponto de vista de interpretação e o sociólogo termina por elaborar sua própria forma de flexibilidade. Esses quadros podem se modificar à medida que o tempo passa e segundo os acontecimentos. A idéia de representação cênica e petrificante enerva-me. O que me interessa mais é a destruição desse quadro, sua autodestruição. Não se trata de uma desestabilização decorrente de uma mudança de ponto de vista. Este, em si, é preso em um processo de anamorfose. Esse movimento é interessante e penso que permite, a um sociólogo, evitar somente a produção de modelos de análise ou quadros da sociedade, porque a metamorfose se dá na confrontação entre os pontos de vista desestabilizados e os objetos, os acontecimentos que se alteram todo o tempo.

A escritura que mergulha na incerteza

Se há uma continuidade em tudo que já pude escrever, deve-se ao fenômeno da “visão” – a supor o sujeito alucinado pelo que olha. É talvez dessa maneira que se pode encontrar uma ironia das “coisas”. Aquilo que se vê ou analisa confunde também a maneira de ver e analisar. Se penso ter uma escritura afirmativa – é uma afirmação a qual mergulha no cerne da incerteza. Tudo o que advém no interior da metamorfose de uma sociedade suscita uma reinterpretação constante a apresentar-se de tal maneira na qual a ironia se torna mais do que ela mesma, o real em si. Trata-se de uma ironia objetiva, fruto da tensão daquilo “que se produz” e o modo de interpretação. Uma ironia que pode retornar contra o sujeito da interpretação.

A memória tem mais de um truque na cartola

Um campo fundamental de interrogação continua a ser, para mim, o das memórias. Há, primeiramente, uma oposição muito dinâmica entre memória e patrimônio. O patrimônio é uma empresa de representação da memória, uma construção de “coisas” da memória.

É mais fácil explicar o termo patrimônio porque trata de uma ordenação das memórias – uma ordenação representativa de comunidades, com uma finalidade comemorativa. O patrimônio como gestão das memórias coletivas não cessa de antecipar, de construir as memórias futuras. Há, portanto, um jogo de antecipação que torna o patrimônio não mais um tema exclusivo de conservação, mas o relaciona à construção da conservação. O que deve permanecer em memória para o tempo futuro? As memórias coletivas resistem aos processos de conservação que terminam sempre por petrificá-las, impondo modelos?

O funcionamento da memória guarda semelhança com o inconsciente. As temporalidades da memória, por exemplo, podem ser abordadas da mesma maneira que se interroga sobre as temporalidades ou ausências dessas no inconsciente. As formas de temporalidade que aparecem nas imagens dos sonhos supõem efeitos

de condensação rápidos, de simultaneidade temporal – o passado, o presente e o futuro. Não posso separar a interpretação dos fenômenos de memória do contexto de interpretação dos fenômenos do inconsciente, particularmente, o do sonho. Por essa razão, quando me refiro à memória não empreendo processos de análises muito mais apropriados aos trabalhos antropológicos e sociológicos.

O que me interessa na questão da memória é a velocidade de irrupção das imagens. A rapidez em que aparecem e desaparecem não serve à fabricação do objeto patrimonial. A memória pode escapar à construção patrimonial, mas, ao mesmo tempo, estimula-a. Porém, é verdade que a organização patrimonial tende a retomar, por ela mesma, as construções da memória sob o modo temporal da simultaneidade, nas tentativas de *mise en scène* unificadoras do passado, presente e futuro. A gestão patrimonial se preocupa sempre em mostrar que o passado é projetável no futuro e a temporalidade patrimonial dominante corresponde à maneira de utilização do passado representado, encenado, sob uma forma projetiva para o futuro, tendo, por fim, sua transmissão. Porém, ao mesmo tempo, o ato de utilização do passado a fim de assegurar uma transmissão patrimonial é exposto pela ação patrimonial. O perigo exercido pela ação patrimonial é o de petrificação do passado em nome de sua projeção no futuro: é o que chamo “petrificação”. Há uma espécie de ilusionismo de atualização patrimonial no jogo temporal que consiste em associar sempre esta reestruturação do passado em uma perspectiva futura. É a produção de “um efeito de presente”, em outros termos, uma atualização. Esse mecanismo de gestão do tempo é copiado dos mecanismos do sonho. Contudo, é deslocado, petrificado, enquanto no sonho, ao contrário, existe uma labilidade das imagens tão potente, que não se pode jogar com a repetição temporal a qual permitiria a integração de seu conteúdo. Mas admitamos possível guardá-lo na memória; entretanto, o que se conserva do sonho, quando as imagens desaparecem, é um substrato que permite recontá-lo e tecer uma narrativa.

Para mim, a memória tem uma liberdade extraordinária em relação ao tempo, enquanto o patrimônio – reduzo um pouco as “coisas” – tem uma condução inversa, utiliza-se de uma gestão do tempo para dispor a memória em ordem. A gestão patrimonial é uma gestão espacial da temporalidade.

O espaço patrimonial se inscreve nos lugares, nos monumentos que oferecem representações fortes, públicas e coletivas do patrimônio. A gestão do tempo é, em minha opinião, mais importante. Uma não implica na outra; não obstante, é evidente que se a gestão territorial é feita patrimonial, faz-se também a gestão do tempo. A análise da gestão temporal é mais complexa, mais sutil, não é percebida, de fato, enquanto a gestão territorial o é.

Parte de minha ingenuidade advém do fato de sempre acreditar e continuar a acreditar, como uma criança, que a memória vencerá o patrimônio. No momento em que o patrimônio se sujeitar a todas as memórias coletivas, o mundo será um gigantesco museu. O excesso de patrimonialização e o gigantesco processo de conservação prospectiva provocam a memória, impondo-lhe um desafio. A memória tem, ainda, mais um truque na cartola. Há, de fato, formas de desvio, de resistência da memória ou mesmo formas de caricatura irônica, etc. Não tenho uma visão pessimista de tudo isso: pensar que o mundo será petrificado, não significa, entretanto, dizer que todas as memórias são cativas. Não tenho uma visão negativa e pessimista, as memórias têm sempre mais um truque guardado na cartola. Não são jamais totalmente cativas – captadas, certo, mas não cativas.

Sobre a auto-estrada: os pictogramas

A identidade é uma questão difícil. Parto de um princípio: a maior parte dos etnólogos que trabalham sobre seus territórios nacionais, como os franceses na França, confrontados com a questão do patrimônio, submeteram suas investigações à categoria dominante da identidade própria à construção patrimonial. Desenvolveram modos de investigação territorial dos patrimônios locais, sob a forma de

savoir-faire e o fizeram guiados por um plano imediatamente identitário.

Os etnólogos utilizaram as mesmas estratégias de conservação, com finalidade identitária, que os políticos locais. Dispuseram-se na defesa das perdas das memórias coletivas em nome de uma identidade a qual podia, por sua vez, ser perdida. Assim, os etnólogos, os políticos, os gestores da cultura se reúnem em um mesmo propósito. Seria justificativa pela reestruturação da produção industrial e agrária dos anos 70 e 80 que se caracterizavam pela emergência de novas tecnologias? A salvaguarda patrimonial de regiões, sob o impacto dos avanços tecnológicos e de risco de despovoamento, abria uma perspectiva para a identidade ameaçada. Porém, essa identidade não era verdadeiramente ameaçada. A salvaguarda patrimonial se fundava, na época, na idéia de resistência ao desmoronamento de uma região. Emergiu, então, essa ideologia militante cristalizada em torno da defesa de identidades locais. Não seria essa atitude uma posição conservadora a apresentar-se sobre o disfarce de vanguarda? Os etnólogos defendiam a imagem identitária da região onde se encontravam, no contexto de nascimento da ecomuseografia. Trinta anos mais tarde, o problema resultou um pouco catastrófico, o patrimônio se reduzia localmente à folclorização, com as festas, no curso das quais eram reconstituídas formas de vidas passadas. A via, seguida pela defesa de identidade local de uma sociedade em metamorfose, terminou por se traduzir em uma forma patrimonial passadista. A mobilização em defesa de identidades foi um erro dos etnólogos. A defesa identitária é uma simplificação excessiva do sistema de conservação patrimonial. Os etnólogos utilizaram o termo – na retransmissão dos *savoir-faire* – “marcador” para guardar os signos que se repetem de maneira tradicional, em determinada região. Os mesmos etnólogos poderiam ter se servido de outras modalidades de olhares aprendidos no trabalho, em situações de decalagem exótica.

Atualmente, a defesa identitária, por seus excessos, produz seus próprios efeitos de ironia.

Penso onde estive nesse verão. Na Dordogne, encontrei anunciado em um cartaz: “*Turistas, ajudem-nos a salvar nosso chauvinismo!*”. Esta frase só poderia ser interpretada ironicamente. O que quer dizer: vocês que chegam em férias nessa região saibam que o que nos importa é nossa identidade. É dela que vocês gostam, cabem a vocês protegê-la. Temos uma identidade para vocês insuportável, porque é muito forte, porém o fato de ser insuportável torna-a admirável. O excesso de identidade pode tornar-se insuportável; ao mesmo tempo, talvez seja uma fonte de júbilo. Sobre as auto-estradas também, há pictogramas identitários. Pode-se imaginar, ao chegar em Auvergne, avistar a cabeça de um habitante local. Mas como escolher essa fisionomia eterna? Essa exaltação de identidade não aparece, no momento em que as sociedades estão em um forte processo de metamorfose? Ou como pensa o historiador Alain Corbin, no final do século 19, pode-se perguntar se a conservação identitária não seria um fenômeno de fim de século. Diante de uma dimensão futurística e inquietante da passagem de um século ao seguinte, teríamos movimentos de retomada identitária.

O fenômeno identitário propõe questões complexas nas grandes aglomerações cujo destino é serem multiculturais. Essa palavra, utilizada na França, designa uma pluralidade de identidades, é concomitante com a mestiçagem e mascara a realidade. Sabe-se que há uma violência terrível..., o que é curioso. Apesar de considerar qualquer cidade, para mim, violenta por excelência, creio ser esse o motivo que nos atrai. Por essa razão, adoro a cidade do Rio.

Nas grandes cidades, as estratégias políticas atuais na Europa referem-se à experimentação da coexistência dos signos identitários de várias culturas, gerenciando-os de maneira harmoniosa – a laicidade, por exemplo, a interditar o uso do véu, nas escolas – os quais suscitam questões polêmicas. O problema que se apresenta aos políticos é como encontrar uma espécie de harmonia, de equilíbrio instável entre reconhecimento de signos identitários de todas as culturas presentes em uma cidade...

scripção da J.

re. S. João em op. em d. f. d. d. a barra daquella banda por onde se podem entrar
em forma de bu. S. J. 58 braças e meia de de palmos por braça. Sem fuso
muy pouca parte. Di.

Y VINDA VTC

ar 50

realin

das sev

a depoz

cinco libras e meia a

de rocha viva

de faz a prima.

3 | ARTIGOS

Ana Cláudia Castilho Barone
Orientadora:
Profª. Dra. Maria Ruth Amaral de Sampaio

Sylvia Adriana Dobry
Orientadora:
Profª. Dra. Maria Angela F. P. Leite



“ARQUITETURA PARTICIPATIVA” NA VISÃO DE GIANCARLO DE CARLO¹

RESUMO

A participação é um tema colocado na ordem do dia, no debate atual sobre a arquitetura e o urbanismo. O processo participativo tem sido apresentado como uma forma de enfrentar a dimensão social e política dos projetos de interesse coletivo, fazendo valer a opinião e o desejo dos usuários, com o fim de garantir maior cidadania e democracia na concepção dos espaços urbanos. O arquiteto italiano Giancarlo de Carlo, durante as décadas de 60 e 70, foi um dos pioneiros na reflexão sobre a importância da “Arquitetura Participativa” e na criação de procedimentos de trabalho que incorporassem a participação do usuário no processo de elaboração de projetos. Suas propostas e a maneira de desenvolver projetos foram passos importantes na definição de procedimentos de trabalho para o projeto participativo, exemplificados no projeto de habitação operária, em Vila Matteotti (1964-1974) ou no estudo para o desenvolvimento urbano de Urbino (1958-1976).

Objetivo deste artigo é mapear as inquietações e recuperar a trajetória das reflexões e influências sobre o pensamento do arquiteto Giancarlo de Carlo, que o levaram a optar pelo projeto participativo como meio de responder aos problemas sociais e políticos envolvidos na arquitetura e no urbanismo. Sem se deixar levar por ilusões, teceu reflexões críticas sobre os processos participativos, seus limites, seus alcances, seus engodos. O tema é, particularmente, relevante, hoje, porque de Carlo volta a ser uma referência para trabalhos que pretendam envolver a participação do usuário na elaboração de projetos.

ABSTRACT

In the current debate on architecture and urbanism, participation takes on great importance. The involvement of users in projects that affect the community has been suggested as a way of facing the social and political scope of such undertakings. This popular participation would be a conduit for the opinion and desire and those benefiting from these urban spaces, ensuring greater citizenship and democracy in their design. During the 1960s and 1970s, Giancarlo de Carlo, an Italian architect, pioneered reflection on the importance of participation in architecture and the creation of procedures for incorporating user participation in the development of projects. His proposals and projects set important strides in defining working procedures for an architecture of participation. This is exemplified by his project for worker dwellings at Vila Matteotti (1964-1974) and his study for Urbino's urban development (1958-1976).

The purpose of this article is to understand the inquietudes, reflections and influences behind de Carlo's thoughts, which lead him to choose participation as a means to find answers for social and political issues in architecture and urbanism. Without losing touch with reality, he also criticized the participatory process itself, as well as its limits, scope and gimmicks. This topic is of particular relevance today because de Carlo has become, once again, a reference for works which aim to include user participation in the development of projects.

“... temos o direito de perguntar por que a moradia deve ser tão barata quanto possível e não, por exemplo, bastante cara; por que em vez de fazer todo tipo de esforço para reduzi-la a mínimos níveis de superfície, de espessura e de materiais, não tratamos de fazê-la espaçosa, protegida, isolada, confortável, bem equipada, rica em oportunidades para a intimidade, a comunicação, o intercâmbio e a criatividade pessoal?

Na realidade, ninguém pode ficar satisfeito com uma resposta que apela à escassez de recursos disponíveis, quando todos sabemos quanto se gasta em guerras, na construção de mísseis e sistemas antibalísticos, em projetos lunares, em investigação para a desfoliação de selvas habitadas por guerrilheiros e para a paralisação dos manifestantes que saem dos ghettos, na persuasão oculta, na invenção de necessidades artificiais, etc.”

(Giancarlo de Carlo, citado em Frampton, 1983)

(1) Esse artigo resulta da interação entre duas pesquisas: BARONE, Ana Cláudia. *Team 10, arquitetura como crítica*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002 e PRONSATO, Sylvia A. Dobry. *Projeto participativo e criação coletiva*. São Paulo: FAUUSP (dissertação de mestrado), 2002.

(2) O Team 10 foi um grupo formado dentro dos CIAM, composto por jovens arquitetos, como Aldo van Eyck, os Smithson, Ralph Erskine, Candilis e outros que propuseram a dissolução dos congressos, em 1956. Ver BARONE, Ana. op. cit., 2002. FRAMPTON, K. *Historia crítica de la arquitectura moderna*. México: Gustavo Gilli, 1983 e NEWMAN, O. *CIAM 59 in Otterlo*. Londres: Alec Tiranti Ltd., 1961.

Algumas versões da arquitetura e do urbanismo contemporâneos buscam incorporar, no projeto do espaço urbano, a população usuária de modo participativo. Um dos arquitetos que propôs e encampou, em sua obra, a participação dos moradores nas decisões de projeto foi Giancarlo de Carlo, na Itália, durante as décadas de 60 e 70. Suas propostas e a maneira de desenvolver projetos foram passos importantes na definição de procedimentos de trabalho para o projeto participativo, exemplificados no projeto de habitação operária, em Vila Matteotti (1964-1974), ou no estudo para o desenvolvimento urbano de Urbino (1958-1976).

Giancarlo de Carlo era membro do Team 10, grupo de arquitetos os quais desenvolveram uma reflexão conjunta acerca dos problemas da arquitetura moderna². Uma das propostas centrais defendidas pelo grupo era a ampliação do entendimento das relações entre arquitetura e urbanismo, por meio da interação do habitante com o lugar. Para eles, morar era mais que possuir uma casa, era pertencer a um lugar, apropriar-se do lugar como parte da cidade. Aprender o lugar e pertencer era entendido como uma necessidade básica emocional. Para de Carlo, foi pelos procedimentos de projeto participativo que se desvendou uma possibilidade de resposta, para um entendimento adequado dessas relações. O objetivo deste trabalho é apresentar um conjunto de reflexões as quais levaram de

(3) Em sua leitura, de Carlo incluía como movimentos filiados à tendência objetiva o *arts and crafts*, a Escola de Chicago, o proto-racionalismo e o racionalismo alemão. Entre os movimentos ligados à vertente subjetiva, de Carlo incluiu o *art-nouveau*, a Escola de Viena, o futurismo e o neoplasticismo. Esse enquadramento é exposto por de Carlo em Otterlo, em 1956, no primeiro encontro do Team 10 (NEWMAN - op. cit. 1959). Essa não é uma posição defendida por todos os membros do Team 10 ou aceita por outros autores. Aymonino, por exemplo, defende a importância da Escola de Viena no contexto da luta pela cidadania e pelo direito à habitação. Ver AYMONINO (Ed.) *L'abitazione Razionale, atti dei Congressi CIAM: 1929-1930*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1972.

Carlo a optar pelo projeto participativo como solução para o problema da relação entre arquitetura e urbanismo.

Nas discussões levantadas no Team 10, Giancarlo de Carlo fez críticas contundentes ao purismo proposto como vanguarda por um dos grupos hegemônicos (liderado por Le Corbusier) dentro dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna – CIAMs. Sua crítica incidia sobre o modo abstrato com o qual esse grupo lidava com as questões urbanas, revelando uma posição subjetiva e inclinada à conciliação.

Giancarlo de Carlo reconheceu presentes no movimento moderno duas vertentes de formulação da arquitetura. A primeira, que ele apresentava como objetiva, considerava a transformação da linguagem arquitetônica como decorrência de uma necessidade histórica imposta por novas condições sociais e econômicas. A segunda, ao contrário, assumia que a qualidade expressiva da nova linguagem era reflexo de uma inspiração subjetiva. Segundo ele, essa vertente corria o risco de avaliar os resultados da arquitetura moderna em função de sua elaboração estilística, baseada na proposição de um novo padrão de gosto, sem promover a compreensão dos processos técnicos e sociais envolvidos³.

Para de Carlo, essa última vertente representava um retrocesso na discussão sobre a cidade contemporânea, ao conceber o projeto urbano como uma extensão da arquitetura, “*uma oportunidade excepcional de estender o episódio arquitetônico em uma escala ampliada*” (Le Corbusier). Por reduzir a distinção entre arquitetura e urbanismo a uma mera questão de escala, essa concepção, em sua visão, negligenciava o desenvolvimento da cidade moderna, achatando os novos significados, as diferentes relações implicadas, as transformações econômicas e sociais inerentes a ele.

A primeira vertente, que de Carlo também observava criticamente, guardava possibilidades mais consistentes de adequação às reais necessidades humanas e melhores como solução de projeto, porque enfrentava o problema de forma vinculada às condições da realidade em questão. Esse vínculo com a realidade era um dos pressupostos fundamentais do urbanismo participativo proposto por ele.

De Carlo formulou sua posição sobre os limites e as correlações entre arquitetura e urbanismo partindo de reflexões sobre movimentos como o *arts and crafts* e a Bauhaus, identificados como referências para a vertente mais progressista. Sua crítica deu subsídios para formular uma resposta própria à dúvida que incomodava o Team 10. Essas reflexões não se encaminharam no sentido da defesa de princípios preestabelecidos. Pelo contrário, em seus estudos, o arquiteto se preocupou em reconhecer os limites das propostas desses movimentos, sob a perspectiva da superação na qual ele entendia como um período de regressão para a arquitetura moderna.

O movimento *arts and crafts* foi, para Giancarlo de Carlo, mais que um episódio isolado da história da arquitetura. Além de identificar no movimento um

dos momentos de construção da linhagem da arquitetura moderna engajada na realidade social, entendia também que as questões formuladas no *arts and crafts* eram problemas os quais a arquitetura ainda precisava resolver. Assim, em sua obra, retomou os mesmos problemas, propondo soluções nos processos de projeto.

Em 1947, quando ainda estudante de arquitetura, de Carlo publicou um estudo sobre William Morris e sua atuação no *arts and crafts*⁴. O texto situa a obra de Morris e o movimento das artes aplicadas na Inglaterra do século 19, no contexto do sistema produtivo engendrado pela Revolução Industrial⁵.

A obra de William Morris é ampla e complexa. Tomada em sua totalidade, abrange pelo menos três campos de atuação inter-relacionados: o design, a poesia e a prática política⁶. Morris desempenhou um papel fundamental na proposição de um novo modo de produzir objetos de arte, que incluía nessa categoria o artesanato – compreendendo, dessa maneira, a arte, em uma dimensão sociológica e não apenas no âmbito da estética. Essa compreensão se manifestou em sua firma Morris and Company, uma cooperativa de design de móveis, tapeçarias, papéis ornamentais e outros objetos. A preocupação fundamental que orientava a produção na cooperativa era a interação entre trabalhadores e produtos, com o fim de garantir o trabalho criativo. Assim, não se tratava da eficiência com o objetivo do lucro, nem da busca de perfeição do produto ou otimização da produção: a tônica do processo estava na valorização e na satisfação do homem que produzia, e não no produto em si.

As idéias de Morris acerca de processos produtivos, baseados no trabalho criativo, fazia parte do medievalismo a permear o movimento romântico inglês. Porém, diferentemente dos medievalistas, a discussão que Morris encampou dizia mais respeito às relações de trabalho, tentando superar a alienação do trabalhador pela busca de prazer no processo de produção, antecipando uma problemática atual ainda hoje⁷.

Nesse sentido, a posição de Morris não era uma reação nostálgica de um passado mais justo, mas sim um empreendimento efetivo de resistência a um modo de produção que coibia a manifestação criativa do trabalhador. Sendo assim, é importante destacar que toda sua trajetória esteve orientada por aspirações de caráter político-social. Dessa forma, a tentativa de proporcionar uma condição de trabalho criativo aos artesãos não correspondia a um limite do entendimento das condições capitalistas de produção, mas a um desejo de transformação.

Essa questão foi, largamente, debatida em relação à obra de Morris. Na visão de historiadores da arte, como Pevsner, o limite de sua obra esbarrou na incapacidade de incorporar a indústria e a máquina como processos e instrumentos de produção (lapso que, segundo esse autor, viria a ser superado com a Bauhaus). De modo geral, os arquitetos, e também de Carlo, compartilharam da visão de Pevsner, entendendo que o limite do trabalho de

(4) DE CARLO, G. *William Morris*. Milão: Il Balcone, 1947.

(5) O texto indica que sua compreensão de Morris era bastante influenciada pela leitura de Nicolaus Pevsner, a propor uma relação direta entre as artes aplicadas na Inglaterra e a Bauhaus. Ver PEVSNER, N. *Pioneiros do desenho moderno, de William Morris a Walter Gropius*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

(6) Ver THOMPSON, E. P. *William Morris, romantic to revolutionary*. Londres: Lawrence and Wishart, 1955. Thompson apresenta Morris como um romântico revolucionário, inserido no contexto do movimento literário inglês de 1850. O romantismo de Morris, para Thompson, resulta antes de uma manifestação de caráter político que de uma atitude idealista e passional em relação ao mundo. Posiciona-se contra a impossibilidade de realização libertária em uma sociedade orientada pela racionalidade produtiva e insensível ao domínio das artes.

(7) PRONSATO, Sylvia Dobry. Op. cit., 2002.

Morris correspondia a uma reação contra a máquina e a sociedade industrial. Para autores mais críticos, entretanto, a postura de Morris era reativa não contra a máquina, mas contra a alienação do trabalho⁸.

Assim, não por preconceito ou saudosismo, mas pela afirmação de uma posição política anti-capitalista, Morris propunha o reestabelecimento de alguns aspectos do modo artesanal de produção, no que tocava uma postura ativa ante a questão da produção. Morris antevia o perigo da alienação do trabalho em face da reprodutibilidade industrial. Sua postura expressava, portanto, uma crítica, e não um limite, como foi proposto pela versão tradicional da história da arquitetura. Para ele, era essencial *“fazer de cada indivíduo o criador de seu próprio ambiente”*, conceito que seria resgatado depois pelo projeto participativo.

Ressalte-se que, para a arquitetura, incorporar o processo industrial na produção artística foi de suma importância na realização do movimento moderno. Politicamente, porém, essa discussão assume outros significados, tais como o problema da alienação. Para além dos limites das interpretações, existe uma grande afinidade entre Morris e de Carlo na busca de um aspecto político para a arquitetura, e é nesse sentido que o segundo retoma e valoriza o primeiro.

De Carlo, no texto sobre Morris, identifica uma associação entre seu conceito de arte e as proposições urbanísticas elaboradas por Lethaby e Howard (membros do movimento *arts and crafts*), que culminariam nos projetos da cidade-jardim. Citando Lethaby: *“devemos começar, humildemente, limpando as ruas, lavando as casas, tendo a certeza de que uma balaustrada seja uma bela balaustrada, um sinaleiro seja um belo sinaleiro”*.

Conforme de Carlo, *“reunindo a arquitetura à cidade e aos objetos de uso comum, o movimento das artes aplicadas abria caminho para a atividade urbanística do futuro. Alargando o problema da habitação da casa à cidade, o sonho da terra prometida que Morris havia descrito em ‘Notícias de Lugar Nenhum’ parecia realizável e alimentou no homem uma nova esperança. A teoria de Ebenezer Howard sobre a ‘Cidade-jardim de Amanhã’ e a realização que de Letchworth e Golden Green mostaram quanto dessa esperança era fundada”*. E, mais abaixo, *“é essa parte do ensinamento de Morris que constrói o fundamento ético do movimento moderno. O fundamento ético que insere a arquitetura moderna na história da luta pela liberdade humana”*.

Em seu próprio percurso como arquiteto, Giancarlo de Carlo busca um urbanismo humanizado, criado pela participação do usuário na elaboração do projeto de arquitetura. Sua busca se fundamentou nas reflexões sobre os processos de projeto que nutriram a humanização. De Carlo identificou no trabalho de Morris, Lethaby e Howard, a origem da proposta contemporânea da arquitetura e do urbanismo, a qual visava a esses termos. Assim, em seu modo de ver, os procedimentos de criação procedentes do movimento inglês das artes aplicadas engendraram um urbanismo que pretendia manifestar menos uma ostentação do poder público e mais o bem-estar e conforto de quem usasse o espaço.

(8) Ver THOMPSON, E. P. Op. cit. 1955 e RODRIGUES, A. J. A *Bauhaus e o ensino artístico*. Lisboa: Presença, 1989.

A valorização do trabalho criativo, em Morris, recriou-se, em de Carlo, como possibilidade de participação dos usuários no processo de projeto.

O alinhamento entre o movimento *arts and crafts* e a Bauhaus é levantado por de Carlo na reunião de Otterlo, em 1959, em que o Team 10 pretendia fazer uma avaliação crítica dos resultados dos CIAMs em termos de arquitetura e urbanismo. No CIAM, de Carlo identificou duas vertentes de alinhamento, como já exposto. A posição do arquiteto pretendia constituir uma crítica ao grupo liderado por Le Corbusier, no sentido da abstração de suas propostas em termos urbanísticos, fugindo ao escopo da realidade de cada local, e no sentido da busca de um estilo moderno universal (*sprit nouveau*), em termos arquitetônicos. Para de Carlo, a liderança exercida por Le Corbusier nos CIAMs levava a uma política de conciliação da arquitetura moderna com a situação social daquele momento, abrindo mão de conteúdos renovadores, na medida em que a tônica de sua proposição estava em modelos abstratos e formas estilísticas, e não nos processos de produção social do espaço urbano. É nesse sentido que de Carlo defendeu a vertente da objetividade, na qual ele inclui a Bauhaus, como o conteúdo revolucionário do movimento moderno.

A Bauhaus é um marco referencial na história da arquitetura moderna. Vinculada à linha de pensamento e conduta, com uma de suas origens no movimento *arts and crafts*, a Bauhaus também se fundamentou na questão da alteração dos *processos* de produção e projeto implícitos na concepção das obras de arte, dos objetos e do espaço construído. Fundada em 1919, perdurou até 1933 e foi marcada por diferentes fases e correntes de orientação pedagógica e de produção. Inserida no contexto da transformação sociopolítica da República de Weimar, a Bauhaus foi a experiência pedagógica mais inovadora e influente daquele período, principalmente devido ao fato de a escola ter sido organizada dentro de uma estrutura democrática e participativa⁹.

Uma visão reducionista da proposta da Bauhaus insere a produção artística e arquitetônica, nela ensejada, dentro do contexto da racionalização industrial funcionalista. O lado mais interessante da escola, porém, foi ser capaz de agregar uma multiplicidade de correntes, às vezes até dissonantes e incompatíveis, cujo fruto de discussões e embates deu origem a um dos movimentos culturais mais significativos do século 20¹⁰.

A nova estética criada na Bauhaus, funcional e decorrente do processo de produção industrial dos objetos – o desenho industrial, a simplicidade e a racionalização do desenho, o intuito de fornecer respostas às demandas das grandes massas, foram motivos a tornar a escola um marco na história do desenho moderno. Mas não é apenas disso que de Carlo está falando ao colocar a Bauhaus e a nova objetividade entre as correntes que tornaram o movimento moderno consistente e revolucionário, com o *arts and crafts*. O interesse do arquiteto está guardado na dimensão da transformação dos processos sociais envolvidos, que, para ele, não pode ser separado do atributo estético da obra.

(9) Ver PRONSATO, Sylvia A. Dobry. Op. cit., 2002.

(10) RODRIGUES, A. J. Op. cit., 1989. Segundo Rodrigues, podem ser distinguidas pelo menos quatro fases no percurso da escola. A subdivisão em fases, proposta por Rodrigues, é útil para esclarecer que a Bauhaus não tem um caráter homogêneo. Dentro de cada fase, seguem-se diversos debates entre representantes de correntes diferentes de pensamento, tal o que foi identificado por de Carlo como o ponto crítico da produção intelectual da escola.

(11) Em relação à cadeira de Ritveld, de Carlo atenta para a abstração formal do objeto, que deixa de ser uma cadeira para se tornar um conjunto de linhas e planos geométricos. De Carlo afirma ainda que as incursões e reflexões desenvolvidas pelo neoplasticismo no campo da pintura, expressas, principalmente, no trabalho de Mondrian, não poderiam ser traduzidas para a arquitetura, cujos pressupostos de concepção e criação são completamente diferentes. Ver DE CARLO, G. "L'último convegno dei CIAM". 1960, em De Carlo G. – Op. cit. 1999. Por outro lado, essa discussão, ainda atual, insere-se no contexto do debate entre a "livre vontade da forma" e a "tipificação", que vem sendo colocada desde antes da Bauhaus, no início do modernismo, pelo grupo da Cadeira de Cristal e pelos expressionistas europeus. Ver FRAMPTON, K. Op. cit. 1983.

(12) Essas questões são complexas e merecem aprofundamento, mas extrapolam o escopo deste trabalho. Na Holanda, provavelmente, os problemas de habitação não chegaram a níveis tão graves como na Alemanha (contextos diferentes explicam diferentes posturas). Talvez por essa razão os holandeses puderam trabalhar de forma mais profunda com as questões estéticas, uma vez que não tinham uma demanda de problemas sociais tão explicitada. Além disso, a contribuição do De Stijl à discussão sobre habitação social não se restringiu apenas aos aspectos formais, a exemplo da

Assim, interessa-lhe registrar o modo de pensar e fazer arte e arquitetura, proposto pela Bauhaus, incluindo, fundamentalmente, as perguntas "por quê" e "como" fazer, no sentido da superação do trabalho alienado, uma vez que todo o processo produtivo está incorporado no desenho do produto. Mas interessa também a escola como possibilidade de exercício democrático na arquitetura.

A crítica essencial de de Carlo em relação à Bauhaus incide sobre o momento da incorporação dos conceitos do neoplasticismo holandês. Os conceitos do neoplasticismo estavam fortemente baseados na geometrização das formas e na racionalização dos elementos plásticos até sua representação total em termos de planos, linhas e cores. Dessa forma, chegava-se a um conjunto de composições plásticas no qual era recorrente o uso dos ângulos retos, das formas paralelas, das cores primárias. Em modelos tridimensionais, a forma geométrica mais utilizada era o cubo. Nesse padrão de composição, o neoplasticismo envolveu pintores, escultores e arquitetos, como Mondrian, Ritveld e Theo van Doesburg¹¹.

A crítica de Giancarlo de Carlo recai sobre o modo como o neoplasticismo reduzia toda a discussão da concepção do espaço a uma dimensão formal, na qual os elementos plásticos adquirem um valor determinante e mascaram outras dimensões do objeto, como sua utilidade, o modo como é produzido, etc.¹²

De Carlo valoriza, assim, o momento da primeira Bauhaus, a idéia da arquitetura total, inserida no ambiente da cidade, a mesma idéia de hábitat e arquitetura como elemento pertencente e caracterizador do lugar, defendida no Team 10. Sua posição é contrária à proposição de um estilo internacional, universal e reconhecido como moderno, que marcou o debate da arquitetura durante os anos 50. Assumindo que a produção em série, proposta e encampada pela Bauhaus, viria a inserir a arquitetura na lógica de mercado, cujos resultados objetivos valem mais que os processos envolvidos, problema analisado pelo próprio Hannes Meyer¹³, de Carlo criticou a propensão da nova linguagem arquitetônica de vir a tornar-se um conjunto de normas estilísticas as quais configurasse uma objetividade abstrata, como era o caso no resultado da interpretação neoplástica.

O entendimento de Giancarlo de Carlo sobre o *arts and crafts* e a Bauhaus teve conseqüências sobre suas opções de projeto e influenciou diretamente sua obra. Para ele, esses movimentos estavam alinhados com uma postura "objetiva" diante da realidade, levando a uma arquitetura e a um urbanismo mais próximos de seus próprios limites reais, por oposição ao "subjetivismo" característico de um segundo alinhamento do movimento moderno, associado a Le Corbusier e à configuração de um estilo, em detrimento de uma adequação à realidade existente.

Sua obra se destaca da de outros arquitetos de seu tempo pela atuação em várias frentes de trabalho complementares ao projeto em si, que são meios de viabilizar uma arquitetura mais integrada à realidade e ao contexto local, por meio

casa de Ritvelt, onde cada morador construía seus próprios mobiliários, e o próprio projeto da casa se adequava perfeitamente aos padrões necessários para a produção em série, chegando a influenciar, inclusive, os arquitetos alemães.

(13) MEYER, Hannes. *El arquitecto en la lucha de clases y otros escritos*. Barcelona: Gustavo Gili, 1972.

do envolvimento das pessoas nos processos de compreensão, interpretação e criação do espaço urbano. Nesse intuito, de Carlo funda um instituto de pesquisa e uma revista. A criação do Laboratório de Desenvolvimento da Arquitetura e do Urbanismo (ILAUD) (em 1976) e da revista *Spazio e Società* (em 1977) foram respostas concretas a inquietações as quais emergiram no arquiteto em função das reflexões sobre a importância da existência de espaços de debate sobre a arquitetura e o urbanismo.

Na época da fundação, a revista tinha como proposta ser o veículo de um debate sobre a arquitetura internacional, valorizando temas como o meio ambiente urbano, a busca de expressão e a corrupção na linguagem arquitetônica, a educação do arquiteto, as dificuldades políticas da prática profissional e a transformação do território no Terceiro Mundo. Na seleção de temas, evidencia-se uma posição crítica em relação à arquitetura da época. Outro aspecto relevante da revista era a participação dos próprios autores dos projetos como colaboradores, inclusive, para opinarem sobre questões editoriais tais como a orientação de cada número, as seções, etc. Dessa forma, a revista teve, inicialmente, um caráter fortemente condicionado por um determinado círculo de arquitetos, ainda que de âmbito internacional (saindo, portanto, da discussão da arquitetura na Itália e, desse ponto de vista, diferenciando-se de outras revistas italianas).

Em 1982, a revista passa a ser editada em associação com o Massachusetts Institut of Technology (MIT), torna-se bilíngüe, adquire um formato mais comercial e perde um pouco do caráter artesanal do início. Por outro lado, cumpre o esforço de incorporar entre os materiais publicados obras de grupos distintos, inclusive de não-arquitetos que atuassem ou refletissem sobre o espaço urbano. Essa ampliação corresponde também a uma autocrítica em relação à característica original da revista, de refletir muito as idéias do grupo de colaboradores e editores.

O Laboratório de Desenvolvimento da Arquitetura e do Urbanismo – ILAUD foi criado como um instituto de estudos e pesquisa aberto, o qual reunia diversas universidades, em diferentes países. De certo modo, identifica-se aqui, na motivação que levou o arquiteto a criar o instituto, uma forte influência da Bauhaus. Não que ele quisesse recriar a experiência da Bauhaus na questão dos conteúdos da arquitetura moderna, da racionalização e industrialização da construção. Mas houve para ele a necessidade de reformular o entendimento do espaço urbano por meio da pesquisa e da discussão, tal como em uma escola. E que esta tivesse uma abertura suficiente para abarcar diferentes pontos de vista, democraticamente, como na Bauhaus. Assim, pela própria intenção de abrir espaço para o projeto no âmbito da pesquisa e da troca de experiências, e com uma proposta de ruptura com modelo tradicional de educação em arquitetura e urbanismo, o ILAUD contém reflexos da posição de Giancarlo de Carlo, assumidamente, inclinada à defesa da proposta educativa da Bauhaus.

A criação do ILAUD e a valorização da idéia de educação como um dos compromissos da profissão está associada ao trabalho desenvolvido por de Carlo na cidade de Urbino, um vínculo que perdurou por mais de 25 anos. A relação do arquiteto com a cidade de Urbino iniciou-se no final dos anos 50 (1958), com a elaboração do plano diretor da cidade. Desde o plano, de Carlo priorizou o fortalecimento da atividade educativa já presente na cidade, incentivando a ampliação da universidade e de cursos técnicos, criando um campus aberto a envolver todo o centro histórico. A partir desse plano, estabeleceu-se um outro vínculo profissional entre o arquiteto e a cidade: o projeto dos edifícios das escolas, associado a um forte compromisso com a preservação do centro histórico, constituído por edifícios medievais. O resultado foi a integração de edifícios modernos aos edifícios existentes, sem que o contexto urbano fosse agredido, pois os novos edifícios, de amplos espaços e grandes aberturas, encaixam-se aos medievais de maneira pertinente, não impositiva.



Foto 1: Edifício do Magistério da Universidade de Urbino

Crédito: ZUCCHI, Benedict. *Giancarlo de Carlo*. Londres: Butterworth Architecture, 1992

Foi também em Urbino que aconteceu, em 1976, a criação do ILAUD. Na verdade, o laboratório, nos moldes como foi configurado por de Carlo, não tem uma sede única. A idéia do arquiteto era criar uma escola aberta, reunindo vários centros de pesquisa em urbanismo com experiências diferentes. Assim, o laboratório reúne várias universidades: Barcelona, Lovanio, MIT, Oslo, Zurick e Urbino. Uma das razões para a instalação do ILAUD em Urbino foi a promoção do desenvolvimento da cidade como centro universitário, apoiado na idéia do plano diretor. Por outro lado, a intenção do arquiteto por meio do laboratório era criar um centro de pesquisa internacional e aberto, capaz de superar o modelo tradicional de escola, sediada em um local fixo, em edifícios padronizados, nos quais o ensino permanecia segregado das outras atividades humanas¹⁴. Para de Carlo, era necessário criar espaços para a educação, na qual a participação coletiva estivesse na base da produção do conhecimento, implicando uma mudança radical no papel do arquiteto.

(14) O desenvolvimento de idéias sobre a superação do modelo de educação formal tradicional foi exposto pelo arquiteto em DE CARLO, G. "Perché/ come costruire edifici scolastici", 1972, em *Gli spirit dell'architettura*, Roma: E. Riuniti, 1999. A posição defendida por ele era amplamente influenciada pelos movimentos estudantis que eclodiram no mundo, e, principalmente, na Europa naquele momento.

Não apenas a defesa do processo participativo na produção de conhecimento, mas também na concepção de projeto, revela profundas influências do alinhamento de Giancarlo de Carlo com o *arts and crafts* e a Bauhaus. De Carlo traduziu a participação dos usuários no processo de projeto como uma oportunidade tríplice: oferecer ao habitante da cidade uma opção de escolha, ampliar seu repertório arquitetônico e mostrar ao cidadão seus direitos em termos urbanísticos e como reivindicá-los, com base em suas próprias necessidades. O sentido da participação é incluir quem nunca fez parte de processos de decisão, além de garantir respeito ao espaço existente e à sociedade, como história, como cultura.

Em termos de proposição participativa, a experiência do projeto de Vila Matteotti, em Terni, é um dos projetos mais significativos da obra do arquiteto. Situada a aproximadamente 100 km a noroeste de Roma, Terni era uma cidade de cerca de 110.000 habitantes. Vila Matteotti era um vilarejo operário, datado de 1934, afastado do tecido urbano e construído com baixo padrão, segregando os trabalhadores em um gueto. Em 1960, quando a cidade já havia chegado na área do bairro, foi concebido um plano regulador de Vila Matteotti a fim de produzir uma reestruturação radical que permitisse aumentar sua densidade habitacional. Porém, o risco de ver o bairro submetido a um intenso processo de especulação imobiliária levou os moradores a resistir à pressão criada para que eles saíssem de suas residências.

Em 1969, depois de longas discussões entre o conselho da fábrica onde trabalhavam os operários e a prefeitura de Terni, decidiu-se passar o problema da Vila Matteotti a um arquiteto. De Carlo foi convidado a propor uma solução. Ele colocou como condição para o projeto a participação dos moradores ao longo de todo o processo. O caminho escolhido por ele foi convidar os próprios moradores para escolher a solução que lhes parecesse mais apropriada. O

primeiro passo dado nesse sentido foi a proposição de cinco soluções: uma era manter a estrutura do bairro, reformando as antigas edificações e os serviços coletivos de infra-estrutura; a segunda era substituir os edifícios existentes por torres residenciais; a terceira propunha a substituição por edifícios lineares alongados; a quarta e a quinta propostas eram mais complexas, sobrepondo o programa residencial ao dos serviços de uso comum e a caminhos de comunicação de pedestres. Assim, foi aberta a discussão, no sindicato da fábrica, e elegeram-se, apesar do custo mais alto, a solução mais complexa, que observava com mais atenção a questão dos pedestres e as inter-relações espaciais no bairro.

O passo seguinte no processo participativo foi apresentar aos moradores diversos projetos residenciais, de vários países e não necessariamente de baixo custo, a fim de ampliar o repertório de discussão e proporcionar interfaces com o problema econômico da construção, a questão política das divergências de opinião, etc. Essa passagem é amplamente defendida por de Carlo, que entende o projeto participativo como um veículo de educação e cultura.

Ao fim dessa discussão, o interesse do arquiteto era ver emergirem as necessidades reais dos usuários e moradores, tanto na estrutura dos espaços quanto da habitação. A estruturação dos espaços coletivos foi tratada desde o começo como um conjunto de camadas em que se destacam os canais de pedestres, os de veículos e os corpos edificados. Os canais de pedestres foram entendidos como redes de percursos em nível e em passarelas, a fim de segregá-las da circulação de veículos e permitir acesso a tipologias diferentes, térreas ou elevadas.



Foto 2: Passarelas para pedestres em Vila Matteotti
Crédito: ZUCCHI, Benedict. *Giancarlo de Carlo*. Londres: Butterworth Architecture, 1992

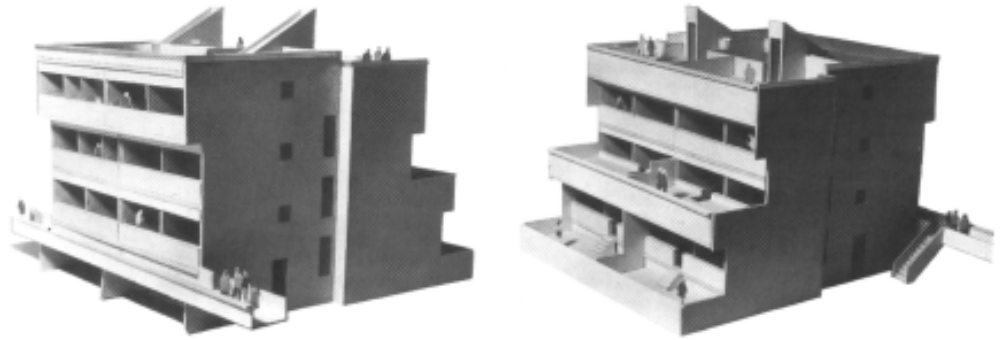


Foto 3: Maquetes de duas tipologias residenciais do projeto de Vila Matteotti
Crédito: ZUCCHI, Benedict. Giancarlo de Carlo.
Londres: Butterworth Architecture, 1992

As tipologias foram definidas com a população, permitindo a satisfação das diferentes necessidades de cada família e de criar a diversidade dentro do bairro. Foram desenvolvidas 15 tipologias diferentes, modulares, organizadas de maneira a criar espaços distintos com a combinação de vários tipos de residências, reunindo também diferentes tipos de usuários na mesma vizinhança.

Nos anos 60, a discussão da tipologia levantada por muitos arquitetos era pertinente para ajudar na definição de novos parâmetros arquitetônicos. A orientação dada por de Carlo ao debate sobre a tipologia foi no sentido de criar a diferença. Em suas palavras: *“se considerarmos a casa da corrente de produção edificada contemporânea, parece claro que os diversos tipos são repetitivos e sobretudo indiferentes às situações ambientais culturais e sociais. Adições de residências tipo dão lugar a edifícios residenciais tipo, também repetitivos e indiferentes. E como os habitantes são diferentes, os ambientes geográficos são diferentes, as situações sociais e culturais são diferentes, é claro que alguma coisa não funciona”*¹⁵.

No projeto de Terni, sua intenção, além de conceder opções aos usuários pelas diferentes tipologias, era também de criar a variedade de espaços e tipos de usos, enriquecendo a paisagem e as relações de vizinhança do bairro.

(15) DE CARLO. “Sula incontiente acesa della tipologia”, 1985, em de Carlo. Op. cit., 1999.



Foto 4: Vista do conjunto de residências de Vila Matteotti
Crédito: ZUCCHI, Benedict. Giancarlo de Carlo.
Londres: Butterworth Architecture, 1992

É notável, porém, que de Carlo enfrentou todas as dificuldades para implantar o processo de participação dos habitantes nas decisões de projeto, sem perder de vista a crítica em relação à própria participação. Em primeiro lugar, o arquiteto reconhece que a solução pela participação pode carregar um viés demagógico bastante fácil de ser utilizado para criar um falso consenso entre governo e trabalhadores, citando que Adenauer, na Alemanha, e De Gaulle, na França, defenderam a participação com astúcia, com o único propósito de obter a simpatia de estudantes e operários para seus fins políticos¹⁶.

Evidentemente, a intenção do arquiteto era diferente. Ele não buscava adesão e consenso na proposta participativa do projeto de Terni, mas provocar uma ampliação da capacidade de decisão dos moradores no próprio espaço a ser construído, e fazer valerem seus direitos e necessidades, reconhecidos por eles próprios ao longo do processo. Entretanto, ele não deixou de perceber, ao fim do processo, falhas e dificuldades. Mesmo com toda discussão sobre os canais de comunicação de pedestres, não deixou de haver quem quisesse substituí-los, depois de prontos, por balcões e varandas privados, incorporados às residências. Da mesma forma, houve disputas entre os que receberam as primeiras unidades e os que tiveram de esperar mais tempo. O espírito de solidariedade e o reconhecimento da importância do espaço público, mesmo diante de um processo mais aberto e inclusivo, permaneceram como conceitos frágeis em face da apropriação do espaço privado.

Valiosa, entretanto, é a persistência do arquiteto, mesmo diante da análise crítica em relação a processos de projetos participativos. É de supor que essa persistência tenha bases na postura política sempre defendida pelo arquiteto em sua conduta profissional, alinhada ao pensamento de Morris e da Bauhaus, e pela crítica feita aos desvios do movimento moderno em arquitetura, reflexões as quais o acompanharam desde o início de sua carreira.

Em relação à arquitetura moderna, de Carlo aponta, criticamente, todos os momentos em que se tangenciou a configuração de um estilo. Nos CIAMs a vertente ligada a Le Corbusier ficou associada à defesa de um estilo moderno, conciliatório, porque fortalecia o valor da forma construída, e não dos processos envolvidos. Para de Carlo, o movimento moderno morreu – isto foi colocado de diversas maneiras, inclusive remarcando que acabou por se ocupar de como poderia reduzir ao mínimo existencial o espaço da habitação dos pobres¹⁷. É assim que se posiciona contra a mediocridade e quer recuperar a qualidade de projeto. A possível relação entre arquitetura e urbanismo, em seu ponto de vista, é a possibilidade de engendrar cidadãos participantes do projeto da cidade, capazes de compreender o espaço urbano, interpretá-lo em sua complexidade e tomar decisões as quais contribuam para a satisfação de suas próprias necessidades. De Carlo sempre soube que a arquitetura não resolve o problema social, mas acreditou que ela pode interferir, pela qualidade ambiental que proporciona, pelo melhor desenho do espaço e o envolvimento dos habitantes com sua cidade.

(16) DE CARLO.
"Progettazione e partecipazione. Il caso di Rimini", 1976, em de Carlo. Op. cit., 1999.

(17) De Carlo vai muito além em sua crítica radical ao fim do movimento moderno de Charles Jencks: *"O Movimento Moderno morreu quando Tatlin foi reduzido ao silêncio porque havia projetado um ornitóptero, quando Le Corbusier redige uma carta a Mussolini, quando Lofan venceu o concurso do palácio dos Soviets em Moscou, quando Rietveld construiu sua primeira casa, quando foi publicado o primeiro projeto da igreja de Ronchamp, quando redigimos as conclusões do Congresso de Dubrovnik, quando Gropius construiu o edifício da Pan Am, quando fizemos o CIAM de Otterlo, quando foi inaugurado o Lincoln Center, etc."*. DE CARLO, G. "Urbanística e pianificazione economica", 1962, em de Carlo, G. Op. cit., 1999.

BIBLIOGRAFIA

- AYMONINO, Carlo (Ed.). *L'abitazione razionale, atti dei Congressi CIAM: 1929-1930*. Barcelona: Gustavo Gili, 1972.
- BARONE, Ana Cláudia. *Team 10, arquitetura como crítica*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.
- DE CARLO, G. *Gli spirit dell'architettura*. Roma: Riuniti, 1999.
- _____. *William Morris*. Milão: Il Balcone, 1947.
- FRAMPTON, K. *Historia crítica de la arquitectura moderna*. México: Gustavo Gili, 1983.
- MEYER, Hannes. *El arquitecto en la lucha de classes y otros escritos*. Barcelona: Gustavo Gili, 1972.
- NEWMAN, O. *CIAM 59 in Otterlo*. Londres: Alec Tiranti Ltd., 1961.
- PEVSNER, N. *Pioneiros do desenho moderno, de William Morris a Walter Gropius*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- PRONSATO, Sylvia A. Dobry. *Projeto participativo e criação coletiva*. 2002. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- RODRIGUES, A. J. *A Bauhaus e o ensino artístico*. Lisboa: Presença, 1989.
- RYKWERT, J. El lado oscuro de la Bauhaus. In: Controspazio, comunicacion 12, *La Bauhaus*. Madri: Dedalo, 1971.
- THOMPSON, E. P. *William Morris, romantic to revolutionary*. Londres: Lawrence and Wishart, 1955.
- ZEVI, B. *Poética de la arquitectura neoplástica*. Buenos Aires: Victor Lerú, 1953.
- ZUCCHI, Benedict. *Giancarlo de Carlo*. Londres: Butterworth Architecture, 1992.

PALAVRAS-CHAVE (KEY WORDS)

Giancarlo de Carlo, arquitetura participativa, espaço urbano, alinhamento teórico em arquitetura.

Giancarlo de Carlo, participatory architecture, urban space, theoretical alignment in architecture.

Ana Cláudia Castilho Barone

Mestre em arquitetura e urbanismo pela FAUUSP. Atua profissionalmente nas áreas de urbanismo e meio ambiente. Atualmente, desenvolve doutorado na FAUUSP, pesquisando sobre os espaços públicos nos projetos de habitação no centro da cidade de São Paulo.

Sylvia Adriana Dobry

Arquiteta graduada pela Universidade de Córdoba e mestre em arquitetura e urbanismo pela FAUUSP. Dedicar-se à docência de arquitetura e urbanismo na Universidade Nove de Julho. Atualmente, desenvolve doutorado na FAUUSP, pesquisando sobre o ensino da arquitetura.

Francisco Segnini Jr.
Orientador:
Prof. Dr. Ualfrido Del Carlo

C ONSIDERAÇÕES SOBRE A PRÁTICA PROFISSIONAL DO ARQUITETO

032

pós-

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar a prática profissional do arquiteto e a relação que a produção do projeto arquitetônico, entendido como expressão da arte e da técnica, estabelece com o mercado. O objeto analisado é constituído por depoimentos e entrevistas de 206 arquitetos selecionados em 91 exemplares da *Revista AU – Arquitetura e Urbanismo*, no período de 1985 a 2000. Este período é particularmente significativo porque nesses 15 anos são observadas mudanças como a intensificação do fenômeno social, econômico e político denominado globalização e a difusão da informática, alterando a produção do projeto; no plano político nacional significa o término do período militar. A hipótese norteadora é que a tensão entre arte, técnica e mercado, observada na prática profissional do arquiteto desde o renascimento, intensifica-se nesse contexto. Este artigo é resultado de pesquisa elaborada para a tese de doutorado.

ABSTRACT

The aim of this paper is to analyse the architect's professional practice and the relationship that the production of the architectonic project – meaning the expression of art and technique – holds with the market. The object under analysis consists of statements and interviews of 206 architects selected from 91 issues of *AU – Arquitetura e Urbanismo* magazine, from 1985 to 2000. This period is particularly significant because these fifteen years witness importance changes, such as the intensification of the social, economic and political phenomenon called globalization and the permeation of information technology, facts which have changed the way in which projects are produced. Within Brazil, this period coincides with the end of the military dictatorship. The main hypothesis is the tension between art, technique and market observed in architectural professional practice since renaissance and which has grown more intense with globalization. This paper is the result of research carried out in my doctoral thesis.

Este artigo se refere à pesquisa elaborada para a tese de doutorado sob orientação do Prof. Dr. Ualfrido Del Carlo. O objeto analisado é constituído por depoimentos e entrevistas de 206 arquitetos selecionados em 91 exemplares da Revista *AU – Arquitetura e Urbanismo*, no período de 1985 a 2000. O objetivo foi analisar a prática profissional do arquiteto e a relação que a produção do projeto arquitetônico, entendido como expressão da arte e da técnica, estabelece com o mercado. A análise desses depoimentos e entrevistas referenda a hipótese norteadora da pesquisa. Assim, compreende-se que a tensão entre arte, técnica e mercado, presente no exercício da profissão do arquiteto desde o renascimento, intensifica-se no contexto da difusão da informática e do conjunto de relações econômicas e sociais denominado globalização. Nesse contexto, a concorrência se intensifica e o mercado se torna cada vez mais centralizador na organização das políticas públicas, econômicas e sociais.

Atualizar essa discussão significou incorporar novas temáticas que caracterizam o presente momento histórico, como informática e globalização; ao mesmo tempo outras foram reelaboradas, como mercado e utopia, enquanto outras tantas permanecem candentes, como tensão entre arte e técnica. Dessa forma, este trabalho procurou contribuir para melhor compreensão do significado do exercício da profissão do arquiteto, não mais denominado “sábio” (Alberti)¹, pelos conhecimentos técnicos e humanísticos requeridos. Esses, no entanto, permanecem fundamentais na elaboração do projeto; o desenho é ainda sua expressão, mesmo sendo elaborado por lapiseiras ou por meio de softwares específicos como o CAD, CATIA e outros.

A primeira observação a ser registrada é que a pesquisa constatou a não-existência de um ideário comum a caracterizar o conjunto dos arquitetos entrevistados ou referidos na revista, mas a presença, ante os mesmos temas, de posturas diversas engendradas por diferentes experiências vividas² que ficaram plasmadas no imaginário³, em representações e visões sociais de mundo⁴. As singularidades das experiências dificultam a construção de generalizações conclusivas; no entanto, alguns aspectos podem ser destacados, contribuindo para a melhor compreensão da profissão do arquiteto na atualidade, sobretudo no Brasil.

A elaboração do projeto enuncia, sem dúvida, processos de normalização e regulamentação da profissão; mas exprime, principalmente, o desenvolvimento das ciências exatas e humanas, a *expertise* do profissional para incorporá-las, sensibilidade para interpretar a relação entre o momento histórico e o programa previamente estabelecido com o cliente. Por todos esses fatos, a realização do projeto arquitetônico implica, até o presente momento, a dupla dimensão já apontada por Alberti, no século 15 – arte e técnica.

A arquitetura é arte, observa-se de forma unânime nos depoimentos analisados. Apesar de concordantes com essa dimensão, os arquitetos questionam, a partir de três interferências decisivas, se é possível considerá-la

(1) JAQUES, Annie. *La carrière de l'architecte au XIX siècle*. Paris: Éditions de la Réunion des Musées Nationaux, 1986. p. 5.

(2) THOMPSON, E. P. *Tradición, revuelta y conciencia de clase*. Barcelona: Critica, 1979. p. 10.

(3) CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

(4) LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. São Paulo: Cortez Editora, 2000. p.13.

enquanto tal. Nesse sentido, foi observado que esses profissionais indagam, em primeiro lugar, quais as relações possíveis entre arte e qualidade do projeto; em segundo lugar, questionam a relação entre arte, arquitetura e mercado para, finalmente, indagarem pelas relações de produção que concretizam o projeto arquitetônico. Assim, conclui-se que, se é possível considerar arquitetura como uma expressão artística, não o é incondicionalmente – faz-se necessário polemizar essa questão.

Considerando arquitetura como expressão cultural de um determinado povo, em um determinado local e, em um determinado momento, pode-se afirmar que toda expressão espacial assim produzida é arquitetura. Dessa forma, tanto a edificação espontaneamente produzida (arquitetura sem projeto, aquela que o homem executa para seu próprio abrigo), como a edificação resultado de projetos, qualquer que seja seu autor, deve ter o *status* de arquitetura. O palácio do governo, a fábrica, o edifício comercial, a casa, o barraco da favela, são todos elementos de um mesmo espaço urbano ou rural e, da mesma forma, representam uma sociedade com suas contradições, idiosincrasias, qualidades, defeitos, etc. Um verdadeiro retrato cultural de um momento, um produto social, ou, como afirma Pini, “*a revelação de um povo*”⁵.

O reconhecimento de arquitetura ser cultura e expressar uma sociedade “*imperfeita e instável*” levou vários arquitetos a manifestarem as angústias e sonhos por se reconhecerem intérpretes utópicos dessa mesma sociedade.

Os depoimentos que analisam arquitetura em sua dimensão utópica, ou melhor, de “*idéias força*”, no sentido de expressar o desejo de mudança, ou o simulacro de uma sociedade possível, referem-se aos anseios dos arquitetos por uma sociedade mais justa, na qual eles fossem os responsáveis pela criação e produção desses espaços. As condições que propiciaram as teses defendidas pelos modernos continuam presentes na sociedade atual; grande parte da população continua sem acesso à habitação, e os espaços são produzidos, freqüentemente em função do capital, em detrimento das necessidades reais da sociedade. Os depoimentos refletem, também, essa angústia e expressam o anseio por mudanças estruturais da sociedade, as quais não foram possíveis, no início do século 20, por meio da arquitetura como agente reformador, agravadas no presente momento, no qual o mercado e sua lógica racionalizadora assumem importância cada vez maior, submetendo as relações sociais às relações econômicas, aprofundando desigualdades em dimensões jamais observadas anteriormente.

A história mostrou que a arquitetura moderna não conseguiu implementar sua causa e transformou-se em estilo (como afirma Kopp)⁶ e, dessa forma, distanciou-se de seu papel transformador, submetendo-se, com freqüência, às imposições técnicas e mercadológicas. Assim, foi possível verificar, nos depoimentos analisados, que os arquitetos compreendem arquitetura como arte concretizada na construção, podendo revelar utopias. No entanto, fazem-no

(5) PINI, Mario S. UIA homenageia a arquitetura brasileira. *AU Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, ano1, n. 1, p. 13, jan. 1985.

(6) KOPP, Anatole. *Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa*. São Paulo: Nobel, 1990.

polemizando, argumentando, relativizando as condições nas quais esse trinômio se estabelece, informando diferentes dimensões dessa problemática. Talvez, por essa razão, reconhecem que arquitetura é arte, mas, dificilmente, colocam-se na condição de artistas, como seria presumível.

A questão técnica na elaboração do projeto arquitetônico também foi objeto de análise nos depoimentos enfocados. O processo de produção do projeto de arquitetura modifica-se, nestes últimos anos, com a introdução das tecnologias derivadas da microeletrônica e desenvolvimento de softwares específicos que provocaram mudanças na elaboração da representação gráfica do projeto – o desenho; na relação entre os profissionais envolvidos na realização do projeto; na relação com o cliente. Pode ainda significar o rompimento dos atuais limites do projeto e da própria arquitetura.

No que se refere ao processo de criação do projeto, o uso da informática aplicada significou no início, para alguns, uma ameaça; para outros, tão simplesmente uma lapiseira mais equipada, que em nada modificaria a concepção do projeto. Quanto ao desenvolvimento do projeto – um passo além da criação – inúmeras considerações vão sendo formuladas pelos arquitetos durante o processo de difusão dessa tecnologia que, em tão curto espaço de tempo – 40 anos – está assimilada pelos pequenos, médios e grandes escritórios de arquitetura.

No Brasil, a partir de meados dos anos 80, os computadores passam a fazer parte do trabalho de alguns arquitetos; equipamentos caros e pouco eficientes dificultaram a difusão rápida da nova tecnologia. O computador começa a ser utilizado nos escritórios de arquitetura nos serviços administrativos e na produção dos insumos necessários à produção do projeto arquitetônico.

Nos depoimentos levantados no percurso dos 15 anos enfocados nessa pesquisa, percebe-se que o uso do computador no trabalho do arquiteto vai perdendo o caráter polêmico dos primeiros momentos; esse profissional é, cada vez mais, um usuário das inovações tecnológicas que se difundem. No final dos anos 90, os depoimentos levantam novas questões, diferentes das formuladas nos anos 80: partindo da compreensão que essa tecnologia está incorporada à produção do projeto, as discussões se centram sobre quais equipamentos ou programas deverão ser utilizados, suas potencialidades e adequações.

O domínio do programa e a possibilidade de racionalização do projeto passam a ser as questões centrais nos depoimentos dos arquitetos, já a partir do final da década de 80; no entanto, a aceitação e o reconhecimento explícito dessa técnica foram precedidos por discussões, dúvidas, inseguranças que, pouco a pouco, vão perdendo relevância em razão do uso intenso do computador, possibilitando desmistificá-lo ou recolocá-lo em outra perspectiva; especialmente sua interferência no processo criativo do projeto arquitetônico.

Desejo, vontade, croquis, projeto. Essa discussão traz elementos passíveis de serem submetidos à lógica binária do computador, como o desenho em projeção

ortogonal, base do desenvolvimento do projeto, e refere-se também àqueles que não o são, como os utilizados na elaboração de croquis – base da criação do projeto.

A difusão do uso da computação na representação gráfica do projeto não substituiu o traço, reservado ao experimento, às tentativas, que vão sendo elaboradas e expressas nos croquis, espaço da criação. No entanto, são significativas as mudanças observadas após a definição dessa etapa, quando o croqui informa o desenho em projeção ortogonal.

Os croquis preliminares continuam a ser elaborados a partir do desenho produzido pela mão humana e sabe-se que, com raras exceções, os arquitetos continuam a trabalhar como sempre o fizeram, desenvolvendo idéias por meio dos

croquis. Apenas desenhos destinados à produção da obra construída são feitos com a utilização do computador.

Os programas disponíveis não atingiram, ainda, a capacidade de ler os croquis (representação visual de uma decisão abstrata) elaborados pelos arquitetos, ou mesmo, não permitem que esses croquis sejam feitos na tela da máquina. Ao se imaginar que o computador poderia transformar habilidades humanas em operações mecânicas, esqueceu-se que o processo de criação depende de variáveis sociais, econômicas e culturais presentes na formação do arquiteto.

No entanto, agilizar produção, racionalizar trabalho, otimizar tempos, reduzir tarefas manuais, são possibilidades as quais os arquitetos irão detectando e reafirmando em seus depoimentos e entrevistas, já a partir do final dos anos 80. Ao mesmo tempo, esses profissionais vão se equipando e afirmando que o fazem para não perderem espaço no mercado de trabalho, imprimindo qualidade. Esse sentido de qualidade do projeto, atribuído pelos arquitetos ao se referirem ao uso do computador, significa eficiência, pois estão se referindo à diminuição de custos, de prazos, assim como estão falando também de competitividade e busca de mercado de

Croquis do autor



trabalho, sobrevivência dos escritórios de arquitetura. Não foi encontrada, entre as entrevistas e depoimentos analisados, nenhuma referência quanto à relação entre o uso do computador e a melhoria de qualidade de espaço projetado, como procede, posteriormente, Frank Gehry.

Embora, até o momento, o computador não tenha alterado os processos de criação do espaço e signifique um instrumento a mais a ser utilizado na prestação dos serviços de arquitetura, sabe-se que novas perspectivas são apresentadas para os processos criativos, na medida em que novos programas são desenvolvidos. O projeto para o Museu Guggenheim, em Bilbao, elaborado pelo arquiteto Frank O. Gehry⁷, é um exemplo de como a introdução de novos programas (CATIA) na produção do projeto arquitetônico pode contribuir para superar os limites do próprio projeto.

Nos últimos 15 anos a produção do projeto arquitetônico transformou-se completamente e o que parecia ficção transformou-se em realidade, desapareceram os desenhos à nanquim, e as cópias heliográficas lembram peças de museu. Entretanto, mesmo nos espaços de trabalho com acesso às tecnologias mais desenvolvidas, o croqui continua parte fundamental nessa produção, concretiza a intenção, a criação.

O reconhecimento da existência do mercado de trabalho do arquiteto implica também no reconhecimento de uma das dimensões presentes na produção do projeto arquitetônico: trata-se de mercadoria e, enquanto tal, é portadora das contradições inerentes ao mundo das mercadorias.

A análise das entrevistas e depoimentos dos arquitetos, objeto da pesquisa, torna possível maior compreensão das contradições presentes no processo de produção dessa singular mercadoria, entre as quais se destaca a competitividade, cada vez mais acirrada e intensa no contexto da globalização; as formas e a importância que o marketing assume no trabalho do arquiteto; a compreensão, por parte do profissional arquiteto, de sua produção enquanto negócio, geradora de lucro e da apropriação do trabalho de outros profissionais e trabalhadores. A relação com o cliente está presente em todas essas dimensões; nas falas ele (cliente) aparece também de diversas formas, complementares, contraditórias, ora como mecenas, ora como usuário o qual o arquiteto tem a missão de educar, ora como usuário a ser atendido, respeitado, interpretado pelo profissional arquiteto, ora como consumidor necessário à realização do projeto. Historicamente, é a partir da relação com o cliente que se encontra a origem do processo, a possibilidade de o arquiteto criar e desenvolver novas soluções expressas no projeto arquitetônico.

Os arquitetos informam, em seus depoimentos, as relações sociais e mercantis estabelecidas quando da elaboração do projeto; expressam também uma forma de ação no contexto da prática profissional, freqüentemente marcada pela noção de *métier* e sua antítese, a noção de mercado. *Métier* sugere a idéia de saber, saber-fazer, de competência e, portanto, de possibilidades de

(7) VAN BRUGGEN, Coosje. *Frank O. Gehry – Museu Guggenheim Bilbao*. Nova York: Publicações do Museu Guggenheim, 1997.

organização social da transmissão do saber, de cooperação e hierarquias no trabalho. Mercado sugere a confrontação entre oferta e procura, regulado por múltiplas racionalidades individuais a expressarem o preço. Assim concebidas, essas duas noções definem dois universos estranhos um ao outro, sobretudo em profissões que mesclam e tensionam arte, técnica e mercado, assim como o fazer arquitetura.

A arquitetura sempre teve seu campo fortemente marcado pelo desejo de quem solicita o projeto, seja um cliente particular, como descreve Argan⁸ ao se referir à relação entre Wright (arquiteto mágico) e Kauffmann (cliente com muitos dólares e imaginação para se permitir o privilégio de viver experiências excepcionais), seja o Estado, como reconta José Wolf, a propósito da relação entre Niemeyer e Juscelino na elaboração dos primeiros croquis do Palácio da Alvorada, em Brasília. No entanto, no presente momento histórico, observa-se, com intensidade e frequência jamais registrada anteriormente, a primazia do mercado e dos critérios econômicos, em detrimento das questões sociais e culturais.

O paroxismo do mercado ameaça as possibilidades de autonomia na arquitetura enquanto expressão cultural; é elaborada, assim, uma caricatura com fortes traços das contradições presentes, desde os primórdios, no fazer arquitetura, entre arte, técnica e mercado. Ou seja, contradições que sempre marcaram o *métier* do arquiteto, hoje, intensificam-se.

A intrusão da “*lógica comercial*” (a que se refere Bourdieu, ao definir globalização)⁹ antecede qualquer estágio da produção; constitui mesmo precondição do processo de produção do projeto arquitetônico. Diferentes estratégias elaboradas na procura (e, ou disputa) pela oportunidade de trabalho são apontadas pelos arquitetos nas edições pesquisadas da revista, como criar uma arquitetura com traços marcantes, distintos, realizados com linhas e cores significativas, “*também pode ser um ótimo out-door*”, “*verdadeiras peças publicitárias*”¹⁰. Nessa disputa pelo mercado, o arquiteto se torna também um aliado do empresário, caminha “*ombro a ombro*”¹¹ com ele e, muitas vezes, o resultado de seu trabalho é utilizado como marketing para a venda de áreas construídas pela especulação imobiliária.

As formas de divulgação do trabalho do arquiteto cada vez mais se apóiam em diferentes mídias – cartazes, placas, jornais e revistas especializadas ou de grande circulação, internet – rompendo com as determinações que construíram o Código Guadet¹².

Hoje, a dimensão mercadoria, presente no produto do trabalho do arquiteto – projeto arquitetônico – é reiterada e, enquanto tal, divulgada por meio de ações e estratégias de marketing. Para tanto, é minimizada a qualidade cultural do trabalho ou a dimensão arte e maximizada sua perfeita adequação ao consumidor, sua condição de gerar lucro para, dessa maneira, garantir uma fatia do mercado.

(8) ARGAN, Giulio Carlo. *L'art moderne*. Paris: Bordas, 1992, p. 380.

(9) BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos 2: Por um movimento social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 81.

(10) BENVENGO, Luciana. Você é bom de marketing. *AU Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, ano 15, n. 85, p. 98, ago./set. 1999.

(11) FIUZA, Luiz. Não basta a parte. *AU Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, ano 4, n. 20, p. 66, out./nov. 1988.

(12) GUADET, Julien. Le Code Guadet. In: EPRON, Jean Pierre. *Architecture une anthologie*. Liège: Pierre Mardaga Éditeur, 1992, p. 293. Tradução do autor.

Nesse sentido, é relativizada a possibilidade de autonomia na elaboração do projeto, circunscrevendo-a ao que “*pode ser feito*”, em um contexto de mercado.

No entanto, se alguns depoimentos expressam o reconhecimento da preocupação dos profissionais com estratégias mercadológicas, outros (ao mesmo tempo) revelam também preocupação com a ênfase atribuída ao marketing, em detrimento da qualidade do projeto. Em oposição a essa atitude, por acreditar não ser possível manter a qualidade do trabalho, alguns arquitetos preferem se afastar de determinados segmentos de mercado, como o imobiliário, e enfatizar a qualidade como maneira de distinguir-se, ou seja, como marketing. Outros ressaltam que procuram projetar todos os trabalhos, considerando-os de forma singular “*obra única*”¹³, procuram participar de concursos, criar e desenvolver projetos atentos à qualidade de todas as etapas – ações concretas e consideradas necessárias na busca de novos trabalhos.

A competição acirrada tem induzido os escritórios de arquitetura a uma reorganização administrativa. Alguns depoimentos informam essa preocupação, registrando a necessidade de fusões de escritórios no país e com estrangeiros para sua sobrevivência no mercado.

(13) NOBRE, Ana Luiza. Fábrica arquitetura. *AU Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, ano 6, n. 6, p. 64, ago./set. 1990. Reportagem sobre o escritório de arquitetura dos arquitetos Hermano Freitas e equipe.

Siga confiante
NA DIREÇÃO
de seus sonhos!
renove a casa
viva a vida
USUFRUA
da imaginação de um
ARQUITETO

Postal publicitário distribuído em restaurantes, bares, etc. na região dos jardins, em São Paulo
Crédito: Autor



Propaganda de arquiteto Guarujá/ SP
Crédito: Autor

A relação cliente arquiteto é multifacetada; se, por um lado, é a partir do cliente (e ou usuário) que a arquitetura adquire condições de realização, por outro lado, a relação entre ambos é potencialmente marcada por tensões. Considerando a responsabilidade social e cultural do arquiteto diante do desenvolvimento da sociedade, muitas vezes, a relação é conflituosa, principalmente quando ele passa a ser ou a compreender-se como uma peça a mais na engrenagem da produção do espaço para consumo. Não só os desejos e a visão de mundo dos clientes interferem na elaboração do projeto; o orçamento disponível, preestabelecido, é fundamental também.

No entanto, a interferência do cliente no processo de produção da arquitetura é também considerada de forma positiva, não só como limite, mas como possibilidade de interações que podem significar gratificação e satisfação para o arquiteto.

Finalizando, é relevante salientar que os arquitetos constituem uma categoria social a qual, assim como outras, é definida por sua formação e pelo caráter de seu trabalho. Fazem parte dessa categoria social arquitetos vinculados a diferentes classes sociais, com diferentes possibilidades de inserção profissional, como o arquiteto empresário de grandes escritórios, empresário de pequenos empresários, autônomos ou empregados. Nesse sentido, é compreendido que tanto os depoimentos e entrevistas selecionados como a análise realizada expressam uma visão de mundo elaborada, considerando, por um lado, as experiências dos arquitetos, as quais possibilitaram a construção desse objeto; por outro lado, a experiência do sujeito da pesquisa, que analisa o objeto, o autor. Por essa razão, é reconhecida a impossibilidade da construção de verdades absolutas, é necessário relativizar o recorte analítico e a própria análise, circunscrevê-las, para que possam ter legitimidade científica, a contextos sociais e históricos a partir dos quais a pesquisa foi realizada.

BIBLIOGRAFIA

- ARGAN, Giulio Carlo. *L'art moderne*. Paris: Bordas, 1992.
- BENVENGO, Luciana. Você é bom de marketing. *AU Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, ano 15, n. 85, p. 98, ago./set. 1999.
- BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos 2: por um movimento social europeu*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FIUZA, Luiz. Não basta a parte. *AU Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, ano 4, n. 20, p. 66, out./nov. 1988.
- GUADET, Julien. Le Code Guadet. In: EPRON, Jean Pierre. *Architecture une anthologie*. Liège: Pierre Mardaga Éditeur, 1992.
- JAKUES, Annie. *La carrière de l'architecte au XIX siècle*. Paris: Éditions de la Réunion des Musées Nationaux, 1986.

KOPP, Anatole. *Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa*. São Paulo: Nobel, 1990.

LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

NOBRE, Ana Luiza. Fábrica arquitetura. *AU Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, ano 6, n. 6, p. 64, ago./set. 1990.

PINI, Mario S. UIA homenageia a arquitetura brasileira. *AU Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, ano 1, n. 1, p. 13, jan. 1985.

THOMPSON, E. P. *Tradicón, revuelta y conciencia de clase*. Barcelona: Critica, 1979.

VAN BRUGGEN, Coosje. *Frank O. Gehry – Museu Guggenheim Bilbao*. Nova York: Publicações do Museu Guggenheim, 1997.

PALAVRAS-CHAVE (KEY WORDS)

Arquiteto, profissão, prática profissional, arquitetura, trabalho, produção do projeto, mercado.

Architect, profession, professional practice, architecture, work, project production, market.

Heloisa Soares de Moura Costa

e

NCRUZILHADAS DO
PLANEJAMENTO: REPENSANDO
TEORIAS e PRÁTICAS

UM BALANÇO DO X ENCONTRO
NACIONAL DA ANPUR

042

pós-

RESUMO

O trabalho constitui um balanço do X Encontro Nacional da ANPUR – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, ocorrido em maio de 2003. A partir de uma visão geral das atividades que compuseram o encontro, é realizada uma breve avaliação regional da procedência dos trabalhos. A seguir, apresenta-se o tema central enquanto desafio colocado aos pesquisadores, do qual é, então, feito um balanço temático das principais questões abordadas, do conjunto de trabalhos selecionados. Constata-se claramente a existência de avanços em termos conceituais e das práticas socioespaciais, ao mesmo tempo em que são identificadas algumas limitações a constituírem-se em desafios a serem superados.

ABSTRACT

This paper is an assessment of the 10th National Meeting of ANPUR – The National Association of Graduate Studies and Research in Urban and Regional Planning, which took place in May 2003. An overview of the event's activities is followed by a brief analysis of the contributions, according to their regional origins. Next, the paper presents the central theme of the conference, expressing the challenge posed to researchers, followed by a thematic assessment of the main issues discussed by authors of the papers selected. There is clear evidence of important improvements in conceptual terms and as far as social-spatial practices are concerned. At the same time some constraints are identified, giving rise to new challenges that must be overcome.

O CONTEXTO DO ENCONTRO E ALGUNS NÚMEROS INICIAIS

O X ENA¹ teve como tema central Encruzilhadas do planejamento: repensando teorias e práticas, do qual se desdobraram as diversas atividades que compuseram o encontro. Em termos formais, o debate se inicia com uma conferência de Francisco de Oliveira sobre as relações entre Estado e planejamento e suas transformações no Brasil atual (OLIVEIRA, 2003), desenvolvendo-se, a seguir, por meio do seguinte formato: mesas-redondas de convidados, sessões temáticas compostas por trabalhos selecionados, e sessões livres propostas por pesquisadores e suas redes e instituições. Informalmente, as discussões ganham os corredores, continuam nos intervalos, nas exposições e estandes de livros, nutrindo-se da intensa interação de mais de 500 participantes ao longo de cinco dias.

As mesas-redondas formadas por pesquisadores convidados tiveram como um de seus objetivos privilegiar o aprofundamento do tema central a partir de diferentes perspectivas e escalas de análise e intervenção. Esse foi o caso da mesa homônima ao tema, cujos participantes tiveram a incumbência de realizar um balanço teórico da produção científica da ANPUR, até então, e uma reflexão sobre novos caminhos ou perspectivas, tendo como pressuposto as seguintes abordagens: escalas de poder: cidadania, gestão, poder, participação, conflito; Estado e planejamento: papel do estado, democracia, políticas; Escalas espaciais: territórios, região, ambiente; Escalas espaciais: segregação, dinâmica imobiliária e qualidade de vida; Dimensões temporais: história, memória, forma, volumetria.

Da mesma forma, a perspectiva interescalar comparece na mesa intitulada *Repensando antigas questões: o regional, o metropolitano e o local*, que contribuiu para a compreensão da dinâmica socioespacial brasileira em sua articulação do global ao local, lançando olhares particulares para as metrópoles e suas múltiplas dinâmicas, bem como para duas regiões em particular: a Amazônia e o Nordeste. Já na mesa-redonda sobre *Centros e periferias: tensões e interfaces*, a discussão se concentrou na apresentação e avaliação de experiências de intervenções intra-urbanas, tanto em áreas centrais de cidades como São Paulo ou Belo Horizonte quanto em áreas detentoras de condições socioambientais precárias e/ou irregulares, como nos exemplos de Recife ou do Programa Favela-bairro do Rio de Janeiro.

A dimensão política das práticas urbanas, um permanente desafio na busca por uma sociedade mais justa, foi o pano de fundo do debate estabelecido na mesa-redonda intitulada *Concepções atuais de gestão urbana: instrumentos e estratégias*. Já a fundamental discussão acerca das possibilidades e limitações no acesso a fontes de financiamento para programas e projetos urbanos e regionais foi tema de uma mesa-redonda composta, principalmente, por órgãos

(1) A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR é uma entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, fundada em 1983, que congrega, hoje, 39 instituições brasileiras de pós-graduação e pesquisa no campo dos estudos e do planejamento urbano e regional. A cada dois anos são realizados os ENA, encontros nacionais da ANPUR, com publicação regular dos anais e expressiva participação da comunidade científica e acadêmica da área. Os encontros nacionais constituem a atividade de maior significação da associação, por representarem o espaço de convergência da reflexão e do debate sobre os avanços da produção científica e experiências vividas por profissionais e instituições no campo do planejamento urbano e regional. O X ENA, a que se refere esse balanço, foi realizado em Belo Horizonte, de 26 a 30 de maio de 2003.

financiadores e gestores. Outras duas mesas-redondas expressaram a importância do fortalecimento de laços de cooperação interinstitucionais entre ANPUR e outras instituições de pós-graduação e redes de pesquisadores nos âmbitos latino-americano e internacional mais amplo².

A temática relativa ao ensino de pós-graduação na área, apesar de ter sido objeto de uma sessão institucional específica, de fato permaneceu subjacente aos debates e demanda um espaço mais privilegiado de reflexão sistematizada no futuro próximo. Por outro lado, o X ENA deixou claro que há um leque bastante abrangente de pesquisas em andamento na área, evidenciado não só por referências advindas dos trabalhos apresentados, mas, principalmente, pelo surpreendente número de sessões livres propostas: 19. Essa modalidade de atividade, integralmente proposta por pessoas ou instituições, revela, em sua constituição, a existência de grupos e redes articuladas em torno de temas e projetos. Os temas tratados nas sessões livres encontram-se listados no Anexo 2.

As sessões temáticas refletem a resposta dos pesquisadores e profissionais da área, na forma de trabalhos selecionados³, à instigação inicial dada pelo tema central. Buscando cobrir o universo temático de atuação da comunidade da ANPUR, foram definidas as seguintes sessões temáticas, que, por sua vez, desdobraram-se em subsessões: Gestão, poder e democracia: novas estratégias e agentes no planejamento e nas políticas públicas; Reconfigurações territoriais: reestruturações econômicas e socioespaciais; Novas escalas e estratégias territoriais na gestão ambiental; Reestruturação intra-urbana: mercado imobiliário e dinâmica socioespacial; Cidade, planejamento e gestão urbana: história das idéias, das práticas e das representações; Novas sociabilidades: cultura, identidade e diversidade na produção do espaço; e temas emergentes, nos quais a tecnologia aparece como uma preocupação central⁴.

Ainda à guisa de contextualização ao balanço temático proposto, alguns indicadores de procedência dos trabalhos selecionados apontam importantes elementos para reflexão. Existe uma inequívoca concentração regional das instituições às quais se vinculam os autores de trabalhos selecionados, como ilustra o quadro a seguir.

Distribuição dos trabalhos selecionados para as sessões temáticas, por regiões, segundo a filiação institucional declarada pelo autor – X ENA

Regiões	N	NE	SE	S	CO	n.i. (*)	Total
Trabalhos	2	30	135	30	8	8	213
%	1	14	63	14	4	4	100

(*) não-identificada

Fonte: Programação/Caderno de Resumos do X ENA, 2003

(2) Ver Anexo 1 para a composição das mesas-redondas do X ENA.

(3) Foram submetidos à seleção, por parte de um comitê científico, 433 trabalhos completos (de um total de 727 resumos recebidos inicialmente), originários de todas as regiões do país, compreendendo um amplo leque de instituições de pós-graduação e pesquisa na área do planejamento e estudos urbanos e regionais. Foram selecionados 168 trabalhos completos para apresentação oral, além de 45 pôsteres associados às sessões temáticas.

(4) Ver Anexo 3 para o detalhamento dos temas cobertos pelas sessões temáticas.

Os dados acima, analisados por estado, sugerem alguns patamares de concentração. No patamar mais elevado, correspondente a um número absoluto superior a 50 trabalhos, encontram-se Rio de Janeiro e São Paulo com, respectivamente, 29% e 25% do total. Em um patamar intermediário, porém bastante distante do primeiro, situam-se Minas Gerais, Pernambuco e Rio Grande do Sul com um número de trabalhos variando entre 14 e 20. A seguir, com sete ou oito trabalhos cada, situam-se Paraná, Bahia e o Distrito Federal. Finalmente com até quatro trabalhos, temos os estados do Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas e Santa Catarina.

Certamente, há uma distorção, que exagera tal concentração, causada pelo fato de a distribuição ter sido feita pela filiação institucional declarada e não pela instituição de origem dos autores. Assim, acredita-se que haja um número não-desprezível de trabalhos de pesquisadores de instituições de diversas partes do país os quais, naquele momento, eram mestrandos ou doutorandos em universidades fora de seus estados, em especial de São Paulo ou Rio de Janeiro, a sediarem a maior parte dos programas de pós-graduação da área dos estudos urbanos e regionais (49% dos programas filiados/associados à ANPUR estão nos dois estados).

Quando se considera o objeto empírico a que se referem os trabalhos, a mesma concentração reaparece, porém com algumas nuances interessantes. De fato, Rio de Janeiro e São Paulo são as áreas urbanas mais estudadas, com 25 e 20 trabalhos respectivamente. A seguir, destacam-se, novamente, Porto Alegre (10), Belo Horizonte e Recife (8 trabalhos cada); Brasília, Salvador e, curiosamente, Natal (6 trabalhos cada)⁵.

Naturalmente, essa é uma questão complexa cuja apreensão requer a incorporação de muitas outras variáveis, não apenas de caráter quantitativo, o que foge ao escopo dessas observações. Apesar disso, parece claro haver ainda um longo caminho a ser percorrido no sentido da diversificação espacial, com qualidade, do ensino de pós-graduação e da pesquisa na área do planejamento e dos estudos urbanos e regionais.

O TEMA CENTRAL: UM CONVITE AO DEBATE

Em torno de quais questões se organizaram os trabalhos? O texto a seguir, redigido pela Comissão Organizadora⁶, tem caráter de “editorial” e buscou lançar um desafio em torno do qual se articulou a chamada de trabalhos:

“Novos marcos para o planejamento e a gestão urbana já existem no Brasil: a Constituição de 1988 e o Estatuto da Cidade. Avanços importantes têm sido conseguidos, seja pelas formas mais democráticas de gestão, seja por meio de abordagens teóricas e pesquisas empíricas. A reestruturação econômica e as novas relações socioespaciais, locais e interescares, em um contexto de fluxos

(5) Foram contabilizadas as cidades mencionadas e seus entornos metropolitanos.

(6) A Comissão Organizadora do X ENA foi formada pelos professores Geraldo M. Costa (IGC/UFMG), Jupira G. Mendonça (NPGAU/UFMG), Roberto Luís M. Monte-Mór (CEDEPLAR/UFMG) e Heloisa Soares de Moura Costa (UFMG).

cada vez mais globalizados, sugerem que as articulações entre mudanças sociopolíticas e o planejamento urbano e regional têm se tornado mais difíceis e limitadas. Em que pesem os avanços na participação e organização da sociedade civil junto às práticas de planejamento e gestão pública nos níveis urbano e regional, o planejamento, enquanto teoria e prática socioespacial regular e incorporada à gestão da coisa pública e coletiva tem encontrado dificuldades para (re)afirmar seu papel norteador dos caminhos da utopia.

Qual o nosso papel enquanto produtores do conhecimento diante desses fatos? Quais as novas e/ou velhas contribuições teóricas a serem exploradas e/ou (re)construídas? O que dizer da sonhada prática socioespacial, consciência crítico-pedagógica para uma cidadania simultaneamente autônoma e globalizada?

Tais perguntas remetem, certamente, à dimensão política do planejamento que, no âmbito teórico, está ainda pouco desenvolvido diante dos impasses que a ele se colocaram nas últimas décadas. As discussões sobre a natureza e o caráter do estado capitalista, por exemplo, foram abandonadas há longo tempo. As relações entre poder e espaço, muito discutidas ao final do século e as relações sociedade-natureza, trazidas ao debate nos últimos anos, ainda não foram suficientemente digeridas em suas articulações teóricas ou práticas.

Essas questões, que não são novas, têm sido abordadas de forma isolada ou segmentada. Entretanto, sua atualidade reclama uma reflexão conjunta e sistemática visando orientar pensamentos e ações que possam contribuir não só para a sonhada emancipação social, mas também, e talvez principalmente, para se repensar o ensino e a pesquisa básica na área do planejamento urbano e regional.

As encruzilhadas do planejamento pressupõem olhares que avaliem experiências e formulações teóricas e apontem para o futuro virtual que se busca transformar. É tempo de rever caminhos, de voltar às encruzilhadas.”

ALGUMAS DAS MUITAS RESPOSTAS

Vistas a partir dos trabalhos selecionados para as sessões temáticas, as respostas foram muitas e variadas. Avaliações detalhadas do conjunto de trabalhos de cada sessão foram feitas pelos respectivos coordenadores e integram os anais do X ENA, não cabendo, portanto, repeti-las ou mesmo sintetizá-las. Busca-se, entretanto, realçar algumas questões as quais, em conjunto, têm relação direta com o desafio proposto pelo tema central e/ou se impuseram como questão relevante a ocupar um universo significativo de pesquisadores da área.

Do que se depreende do conjunto dos que se centram na temática do planejamento e da gestão urbana, regional e ambiental, em suas relações com as esferas de poder e a democracia, de fato, o marco regulatório da Constituição de 88 e, especialmente, o Estatuto da Cidade, aparecem como referências marcantes.

São muitas as avaliações de aplicação de instrumentos, de elaboração e implementação de planos diretores e outras peças de planejamento, relacionadas a áreas metropolitanas e cidades de vários portes. Na maioria dos trabalhos, a questão da participação e da organização da sociedade civil se encontra subjacente às análises, em graus e abordagens que oscilam entre a participação enquanto elemento dado, até as abordagens a buscarem o reconhecimento da experiência de participação enquanto formadora de sujeitos sociais no processo analisado.

Algumas experiências paradigmáticas, como os orçamentos participativos, continuaram a ser bastante discutidas nesse encontro, já apontando um crescente grau de complexidade da questão, tanto em termos dos agentes e interesses envolvidos quanto em termos de avaliações críticas de experiências que contam com um razoável grau de consolidação em alguns municípios. Assim, o tom otimista (e, às vezes, mesmo ufanista) dos primeiros trabalhos vem, progressivamente, dando lugar a preocupações que vão da necessidade de aperfeiçoamento do instrumento à utilização, nem sempre criteriosa, do discurso da participação como mecanismo de legitimação de práticas de intervenção.

Tanto os trabalhos envolvendo planos diretores quanto aqueles que se debruçam mais claramente sobre estudos e propostas ambientais reconhecem que, apesar das dificuldades e limitações dos respectivos contextos e processos, são inegáveis avanços ocorridos com a obrigatoriedade de elaboração de planos, estudos de impacto ambiental ou de vizinhança, zoneamentos ecológico-econômicos, regulamentação de vários instrumentos urbanísticos e ambientais por meio do Estatuto da Cidade, Lei das Águas, entre outros. Da mesma forma apontam avanços e limitações das inúmeras instâncias colegiadas de discussão, deliberação e poder, como os conselhos, comitês gestores, assembleias, etc.

Em termos metodológicos e tecnológicos, um número expressivo de trabalhos discutiu as potencialidades e limitações do uso de técnicas e tecnologias de apreensão, medição, representação, modelagem ou mesmo projeção da realidade ante cenários virtuais ou reais. Dentre esses merecem menção especial, pela forte presença, as tentativas de construção de indicadores socioambientais e o uso de sistemas de informações georreferenciados.

Algumas questões permanecem como impasses cuja superação transcende o âmbito abordado pelos trabalhos selecionados, apontando para impasses de natureza política mais ampla. Entre esses cabe mencionar a problemática metropolitana, seja em termos da busca de formatos mais apropriados de gestão, seja em termos do sempre difícil confronto político entre diferentes escalas de poder e as possibilidades de articulação entre elas.

As questões associadas à dinâmica intra-urbana e às desigualdades socioespaciais articuladas ao mercado imobiliário e à produção do ambiente construído aparecem em várias trabalhos, ainda que, muitas vezes, de forma pouco explícita. Com sessão temática obrigatória e expressivo número de

contribuições nos primeiros encontros da ANPUR, quando prevaleciam as abordagens da economia política da urbanização ou da compreensão dos mecanismos formadores das rendas fundiárias, enfatizadas as (perversas) lógicas de produção do espaço urbano, a partir dos conflitos de interesses dos agentes que nele atuam, essa temática vem experimentando uma significativa metamorfose conceitual nos últimos anos.

Por um lado, há uma mudança de foco na direção de uma maior compreensão da informalidade urbana, da avaliação de programas e projetos associados à regularização fundiária, reassentamentos habitacionais, urbanização de favelas e outras formas de intervenção de interesse social por parte do Estado e outros agentes. Desejável e necessária, tal tendência deverá firmar-se enquanto área de pesquisa, à medida que passe a ser, crescentemente, objeto de políticas públicas e de práticas urbanas.

Por outro lado, reafirma-se a importância tanto do Estado, seja por aparato regulatório ambiental e urbano, seja por meio de investimentos em infra-estrutura e equipamentos, como do mercado, na definição dinâmica intra-urbana, nos mecanismos de valorização imobiliária, na criação de valores associados à moradia e ao consumo do espaço.

Ainda assim, parece haver um reconhecimento da inexorabilidade da lógica que produz a informalidade e a segregação. As implicações políticas da “naturalização” de relações sociais tão complexas, abrangendo Estado, sociedade e mercado, não podem ser subestimadas, sob o risco de serem eventualmente internalizadas por determinados discursos do planejamento e da gestão compartilhada. O complexo equilíbrio nas relações entre Estado e mercado, mediado pelo planejamento estratégico, este muitas vezes articulado a estratégias de competitividade, constituiu uma temática recorrente em muitos dos trabalhos espalhados por várias sessões temáticas. O ressurgimento da importância do papel de regulação do mercado, rebatizado como empreendedorismo urbano, aponta para a premente necessidade de rediscussão do papel do Estado e da sociedade civil na construção da política urbana.

Estimulados pelo debate nacional e internacional dos últimos anos, os pesquisadores e estudiosos têm também sido atraídos por um crescente número de casos para serem estudados, comparados ou contrapostos, já que é igualmente crescente o número de propostas de intervenção urbanas tributárias do planejamento estratégico. São, em geral, baseadas em projetos e planos para áreas centrais e/ou deterioradas, muitas vezes em localizações privilegiadas em busca de capital para investimento, cujo produto revalorizado pós-intervenção apóia-se, normalmente, nos múltiplos arranjos envolvendo atividades de lazer/ consumo/cultura/turismo, em detrimento da permanência dos grupos sociais originários dos lugares. Discussões sobre a natureza e o resultado de tais intervenções, no sentido da modernização urbanística, da preservação *stritu sensu*, ou, mais recentemente, da progressiva artificialização desses espaços (no

limite, a chamada *disneylandização*), são uma preocupação recorrente, tanto em trabalhos com recortes mais históricos quanto da atualidade.

As imbricações entre políticas culturais e urbanas constituem um campo de possibilidades de avanço teórico na compreensão da dinâmica urbana e social, apontado por trabalhos que privilegiaram o enfoque a partir da cultura. Tal enfoque adquire maior centralidade nesse X ENA, embora em encontros anteriores a temática já se anunciasse. A importância da dimensão simbólica é ressaltada em vários trabalhos os quais, tendo como objeto a cidade contemporânea, enfatizam os discursos, práticas e representações do urbano.

A busca por olhares e experiências do passado com vista a compreender e atuar sobre este objeto complexo, a sociedade urbana contemporânea, tem sido uma tendência cada vez mais forte na área, comprovada pelo crescente número de pesquisadores que se identificaram com a subárea de *história das idéias, das práticas e das representações*⁷. Esse trânsito intertemporal constitui, de fato, uma característica da produção mais ampla do conhecimento nas ciências sociais e humanas da atualidade, tendo encontrado um campo fértil nos estudos urbanos e regionais, já por formação alimentados pelo olhar da história – das artes, da cultura, da arquitetura, do urbanismo – parecendo caminhar no sentido da construção de uma história urbana e das cidades e regiões, conforme caracterização dos coordenadores dessa sessão temática no texto em que apresentam os trabalhos (X ENA, 2003).

Assim, muitos trabalhos se debruçam sobre reconstituições de intervenções e leituras acontecidas em momentos marcantes da história, com especial ênfase no ideário modernista e sanitarista; outros buscam a compreensão das utopias que serviram de referência às intervenções no espaço construído, ou ainda sublinham aspectos ligados às identidades socioculturais e à vida cotidiana. Em termos de abordagens, ressalta-se a busca pela interlocução com outros campos disciplinares, o estabelecimento de perspectivas comparativas, bem como o resgate de formas pretéritas de gestão da cidade, nas quais as relações público-privadas ocupam um lugar de destaque.

Partindo para uma escala territorial mais ampla, questões ligadas à formação da rede urbana e à produção do espaço urbano-regional articulam olhares de amplo espectro temporal, desde processos de conquista e apropriação do território brasileiro no século 14 às novas e muitas configurações urbano-regionais decorrentes da reestruturação produtiva mundial. As conseqüências socioespaciais das mudanças no mundo do trabalho, o papel das inovações baseadas na abordagem do conhecimento, a interrogação sobre o significado das novas e velhas fronteiras, são algumas das contribuições ao avanço da temática da reconfiguração do território brasileiro. Nesse caso, com algumas exceções, registrou-se um elevado número de trabalhos os quais investigavam a região Sudeste, particularmente os estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

(7) A sessão temática 5 – Cidade, planejamento e gestão urbana: história das idéias, das práticas e das representações, recebeu mais de 1/4 (118) do total de trabalhos submetidos ao X ENA. Outra demonstração inequívoca da vitalidade da área são os seminários de História da Cidade e do Urbanismo, cuja oitava versão acontecerá em 2004. Os seminários acontecem em anos alternados aos dos encontros nacionais da ANPUR e têm atraído um número significativo e crescente de pesquisadores.

Finalmente, do ponto de vista do desafio estabelecido, inicialmente, sobre repensar teorias e práticas, e também sobre a própria idéia de encruzilhadas, a pressupor tomadas de decisões a respeito de novos caminhos a percorrer, o conjunto de trabalhos selecionados, induzem a uma enorme diversidade de possibilidades de continuidade. Dentre essas, cabe-nos ressaltar os seguintes aspectos, sem prejuízo de outros:

Tem havido um significativo avanço no conhecimento e na representação da realidade urbana e regional brasileira. Aumentam os trabalhos que exploram bases de dados originais, utilizam tecnologias de ponta e exploram modelagens, simulações e construção de cenários, mapeamentos e técnicas georreferenciadas de diferentes graus de complexidade. Sofisticam-se as construções de indicadores e índices que têm sustentado análises comparativas e subsidiado a formulação de políticas, programas e projetos de intervenção. Ainda assim, tais trabalhos têm, sistematicamente, apontado, em suas conclusões, que esses avanços, apesar de fundamentais, têm sido insuficientes para dar conta da complexidade dos fenômenos socioespaciais os quais buscam entender ou representar.

Da mesma forma e com mais intensidade, constata-se um avanço significativo no âmbito da regulação social. Aparentemente temos um razoável instrumental tecnológico e normativo. Observa-se um avanço importante na legislação urbana e ambiental, em muitos casos, como corolário de longos processos (como no caso do *Estatuto da Cidade*) de mobilização e lutas sociais, bem como a institucionalização de inúmeras instâncias de deliberação e negociação política de conflitos, algumas delas baseadas em territorialidades novas (como o caso da gestão de bacias hidrográficas) cujas práticas se encontram ainda em construção.

Avanços e conquistas trazem consigo também limitações. Compreender a natureza delas e buscar superá-las constitui uma etapa fundamental do aprendizado político. Há, entretanto, uma percepção generalizada – apesar dos avanços apontados, estes têm sido insuficientes para transformar, de forma mais radical, a realidade. O argumento segundo o qual nos faltavam os meios ou os instrumentos para respaldar as políticas urbanas, ambientais, fundiárias, regionais, entre outras, perde importância perante a timidez dos resultados, suas abrangências pontuais e localizadas, ou à urgência e magnitude das necessidades da sociedade, reinscrevendo, portanto, as práticas na esfera mais ampla da política.

É dentro desse contexto que se formatam os desafios a serem enfrentados nos próximos anos pelo ensino, pesquisa e prática na área dos planejamentos e dos estudos urbanos e regionais, muitos dos quais, certamente, farão parte da temática do XI Encontro Nacional da ANPUR.

ANEXO I – MESAS-REDONDAS OCORRIDAS DURANTE O X ENA

MR 1 – Encruzilhadas do planejamento: Repensando teorias e práticas

- Escalas de poder: cidadania, gestão, poder, participação, conflito – Ana Clara T. Ribeiro – IPPUR/UFRJ
- Estado e planejamento: papel do Estado, democracia, políticas – João Antônio de Paula – CEDEPLAR/UFMG
- Escalas espaciais: territórios, região, ambiente – Leila C. Dias e Gislene A. Santos – PG. Geografia/UFSC
- Escalas espaciais: segregação, dinâmica imobiliária, qualidade de vida – Martin Smolka – LILP e Pedro Abramo – IPPUR/UFRJ
- Dimensões temporais: história, memória, forma, volumetria – Ana Fernandes e Marco Aurélio de F. Gomes – PPGAU/UFB

MR 2 – Concepções atuais de gestão urbana: instrumentos e estratégias

- Raquel Rolnik – Ministério das Cidades
- Sônia Rabello – UERJ
- Lúcio Kowarick – FFLCH/USP
- Márcio Pochmann – Prefeitura de São Paulo

MR 3 – Novas perspectivas para o financiamento de políticas públicas urbanas

- Maria Beatriz Lima – CEF
- Márcio Henrique Monteiro de Castro – BNDES
- Mário José Ferreira – BDMG
- André de Souza – CUT/Conselho Curador do FGTS

MR 4 – Construindo uma agenda comum de cooperação internacional de ensino e pesquisa em planejamento urbano e regional

- Carlos Vainer – IPPUR/UFRJ e ANPUR
- Vanessa Watson – University of Cape Town
- Louis Albrecht – Université de Louvain
- Carlos de Mattos – Red Ibero-Americana de Investigación sobre Globalización y Territorio
- Bruce Stiffell – Florida State University e GPEAN – Global Planning Education Association Network
- Adriana Parias Durán – Associação Colombiana de Investigadores Urbanos e Regionais

MR 5 – Repensando antigas questões: o regional, o metropolitano e o local

- Clélio Campolina Diniz – CEDEPLAR/UFMG
- Allain Rallet – Universidade de Paris XI
- Luiz César de Queiroz Ribeiro – IPPUR/UFRJ
- Bertha Becker – IGEO/UFRJ
- Tânia Bacelar – Sudene e UFPE

MR 6 – Centros e periferias: tensões e interfaces

- Nádia Somekh – Prefeitura São Paulo e Emurb
- Celina Albano – Secretaria Municipal de Cultura de Belo Horizonte
- Fernando Cavallieri – Prefeitura do Rio de Janeiro
- Norma Lacerda – MDU/UFPE

Fórum – Perspectivas de Cooperação Internacional

- AAPS – Association of African Planning Schools
- ACSP – Association of Collegiate Schools of Planning
- AESOP – Association of European Schools of Planning
- ALEUP – Asociación Latinoamericana de Escuelas de Urbanismo y Planeación
- ANZAPS – Australian and New Zealand Association of Planning Schools
- APERAU – Association pour la Promotion de l'Enseignement et de la Recherche en Aménagement et Urbanisme
- Red Ibero-americana de Investigación sobre Globalización y Territorio
- RNIU – Red Nacional de Investigadores Urbanos

ANEXO 2 – SESSÕES LIVRES PROPOSTAS

Aglomeraciones urbanas e metrópoles novas no contexto de transformação do processo de urbanização brasileiro

Ministério das Cidades: Desafios e perspectivas para os planejadores urbanos

Aspectos teóricos e metodológicos para a investigação da pobreza – Conceitos e operacionalização

A cidade da informalidade. Favela – Um desafio urbano no século XXI

Instrumentos para a compreensão do desenvolvimento urbano: sistemas de indicadores – experiências e perspectivas

Planos para cidades novas planejadas: estâncias balneárias e cidades de relocação

Política e gestão do patrimônio: consenso e dissenso na preservação da cidade modernista

Quadriédro urbano: alguns modos de ver e pensar a cidade

Habitação e reabilitação de áreas centrais

Determinação do valor justo de desapropriação em processos judiciais

Economia política do espaço: perspectivas de reconstrução conceitual

Qualidade de vida nas cidades: novas abordagens, metodologias de avaliação e uma proposta de observatório local

Grandes projetos urbanos: um novo modo de planejar as cidades?

Entre a ordem próxima e a ordem distante: contribuições a partir do pensamento de Henri Lefebvre

Plano diretor estratégico de São Paulo: aspectos políticos e metodológicos do processo de concepção e elaboração

Profissão arquiteto: conceito, formação, prática, imagens

Dinâmica da expansão metropolitana contemporânea e implicações para a gestão

O urbanismo sanitário no Brasil republicano

Gestão ambiental urbana em três cidades do Centro-Oeste brasileiro

ANEXO 3 – SESSÕES TEMÁTICAS E SUAS SUBSESSÕES

ST 1 – Gestão, poder e democracia: novas estratégias e agentes no planejamento e nas políticas públicas

Orçamento participativo, participação popular e a relação com os espaços da cidade (2 sessões)

Descentralização e o dilema dos municípios de pequeno porte: crítica e avaliação

A questão metropolitana e regional

Plano diretor e Estatuto da Cidade

Novas formas de planejamento e gestão: *city marketing*, planejamento estratégico, patrimônio histórico-ambiental e turismo

ST 2 – Reconfigurações territoriais: reestruturações econômicas e socioespaciais

Metrópole, cidade-região, aglomeração: contribuições conceituais

Metrópole: novos agentes, novas configurações, novas dinâmicas

Urbanização e segregação: novas (e velhas) territorialidades

Reestruturação produtiva e novas configurações urbano-regionais

Mercado de trabalho e dinâmica econômica recente

Desenvolvimento local e regional, competição e políticas urbanas

S 3 – Novas escalas e estratégias territoriais na gestão ambiental

Regulações, conflitos e negociações no uso e apropriação dos recursos naturais

Áreas protegidas e novas territorialidades

Lutas sociais e justiça ambiental

Risco, impactos e legislação ambiental

Meio ambiente e urbanização

Avaliação de políticas, planos e projetos

ST 4 – Reestruturação intra-urbana: mercado imobiliário e dinâmica socioespacial

Dinâmica socioespacial e segregação urbana

Acesso à terra, habitação e perspectivas

Regularização do solo e reestruturação intra-urbana

Mercado imobiliário e produção do ambiente construído

Novas e velhas estratégias de valorização da terra urbana

ST 5 – Cidade, planejamento e gestão urbana: história das idéias, das práticas e das representações

Colonização do território e redes urbanas

Modernização e melhoramentos urbanos

Gestão histórica da cidade: mediações público-privadas

Identidades socioculturais e utopias de espaço

História do urbanismo: pensamento e projeto

História do planejamento e instituições urbanísticas

Memória e ideários preservacionistas: formação e perspectivas

ST 6 – Novas sociabilidades: cultura, identidade e diversidade na produção do espaço

Novas sociabilidades: identidade, cidadania

Novas sociabilidades: habitação, cotidiano

Cidade e cultura: representações urbanas

Cidade e cultura: políticas urbano-culturais

Cidade contemporânea: exclusão, segregação

Cidade contemporânea: vigilância, segurança

ST 7 – Temas emergentes

Modelos: entre velhos problemas e novas soluções I. Modelagens urbanas e suas potencialidades

Modelos: entre velhos problemas e novas soluções II. Segregação e violência urbanas: novos modos de análise

Modelos: entre velhos problemas e novas soluções III. Novas tecnologias, novas abordagens para o estudo do patrimônio histórico e do lazer

Novas construções teóricas. Convergências teóricas

Imagens e tecnologias no espaço urbano I. Cenas urbanas/cultura virtual

Imagens e tecnologias no espaço urbano II. Do habitante à cidade: redes e virtualidades

BIBLIOGRAFIA

OLIVEIRA, F. O Estado e a exceção – Ou o estado de exceção? *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 5, n. 1, p. 9-14, maio 2003.

X ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. Encruzilhadas do Planejamento: Repensando teorias e práticas. 2003, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: ANPUR, 2003.

PALAVRAS-CHAVE (KEY WORDS)

Planejamento, políticas públicas, práxis socioespacial, cultura, cidadania, urbanização, estado.

Planning, public policies, social and spatial praxis, culture, citizenship, urbanization, the state.

Heloisa Soares de Moura Costa

Arquiteta, doutora em demografia (UFMG), professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia (IGC/UFMG), presidente da ANPUR – Gestão 2003-2005 e da Comissão Organizadora do X ENA.

scripção da J.

re. S. João em op. em de fundendo a barra daquella banda por onde se podem entrar
em forma de bu. S. J. 58 braças e meia de de palmos por braça. Tem fuso
muy pouco para Di.

YI VIXI M VTC

Mar 50
realin
das sev
a de poz
canalizo de subrota
i. axe opente N. 2.
re. Honra, Sua pat. sc.
Tinas libras e meia a

re. fivel de rocha viva
& faz a prima.

Sandra Augusta Leão Barros

Orientadora:

Profa. Dra. Maria Angela F. P. Leite

a

*ESCALA BAIRRO e O CONCEITO
DE LUGAR URBANO: O CASO DE
APIPUCOS e POÇO DA PANELA NO
RECIFE*

RESUMO

A escala bairro seria a mais apropriada para a associação do conceito de lugar urbano? O que é bairro? E lugar urbano? O bairro é uma unidade territorial, uma escala intermediária entre a escala da rua e a da cidade, com forma e tamanho, essencial para a existência da realidade urbana. É dotado de limite que o circunscreve político-administrativamente e uma carga histórica-social ligada àquele suporte físico que o encerra. Por outro lado, o conceito de lugar urbano alia-se a uma base territorial e cultural, e, principalmente, à essência vivida. É o ponto de maior convergência entre espaço social e espaço geométrico. Corresponde à escala do pedestre, adequada e compatível com as dimensões do corpo humano, passível de ser percorrida a pé; dá-se a conhecer pelo “uso”.

A provável associação desses conceitos é o propósito deste ensaio, o qual compartilha as mesmas idéias da dissertação de mestrado da pesquisadora, com esse mesmo tema, e os bairros recifenses de Apipucos e Poço da Panela como estudos de caso.

ABSTRACT

The district scale would be the most appropriate for the association of the urban place concept? What is a district? And a urban place? A district is a territorial unit, an intermediary scale between the street's scale and the city's scale, which has a shape and a dimension, essential for the existence of urban reality. It has a limit which circumscribes political-administratively and has also a historical-social contents connected to that physic support which enclose it.

By the other side, the urban place concept allies a territorial and a cultural basis, and lived essence fundamentally. It is the point that has the strongly convergence between the social space and the geometric space. It is like the pedestrian's scale, adequated and compatible with human dimentions, possible of being crossed by foot; reachable of knowing by the “use”.

The probable association of these concepts is the objective of this paper, which divides the same ideas of the master thesis of the author, that has this theme and the Recife's districts of Apipucos and Poço da Panela as case's studies.

O QUE É BAIRRO?

As espacialidades acerca da palavra “bairro”

Em se tratando da palavra “bairro”, a primeira questão suscitada é sobre a origem do nome e seu significado. Qual a origem da palavra bairro? Qual a raiz do vocábulo, é latina? Qual a abrangência espacial de sua nomenclatura? Associa-se, historicamente, a porções territoriais urbanas como as vemos hoje? Assim, em um primeiro momento, a definição de bairro recai sempre em uma divisão territorial da cidade, com algumas referências ao vocábulo árabe “barri” ou, no território nacional, ao termo “arraial”, utilizado nas cidades de Minas Gerais, como se pode observar a seguir:

“BAIRRO – Cada uma das partes em que se divide uma cidade.// Cada uma das divisões administrativas dos Concelhos de Lisboa e Porto, presidida por um administrador de bairro, com atribuições idênticas aos administradores de concelho nas outras terras do país. // Em geral, uma porção de território de qualquer povoação. // Do lat. ‘barrium’, ou do ár. ‘barri’ (de fora, exterior).”

AULETE, Caldas. *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*. 3 ed. Lisboa: Sociedade Industrial de Tipografia, 1948, v. 1.

“BAIRRO – Cada uma das zonas principais em que se divide uma cidade, ou uma porção de território nas proximidades de um núcleo urbano.”

CORONA & LEMOS, [...]. *Dicionário da arquitetura brasileira*. São Paulo: Edart, 1972.

“BAIRRO – do lat. barra, barriu, o que é separado, delimitado, trancado.

- 1. Cada uma das partes principais em que se localiza a população de uma cidade.*
- 2. Porção de território de uma povoação, mais ou menos separada.*
- 3. Arrabalde, subúrbio.”*

GRANDE Enciclopédia Larousse Cultural. São Paulo: Nova Cultural, 1988, p. 595.

“BAIRRO – 1. Cada uma das partes principais em que se divide uma cidade.

- 2. Porção de território de uma povoação.*
- 3. Arraial, povoação.”*

ENCYCLOPAEDIA Britannica do Brasil. São Paulo: Melhoramentos, 1981, p. 245.

“BAIRRO – Nome que, na Zona da Mata do estado de Minas Gerais, se dá aos pequenos povoados ou arraiais dos municípios. Tem a mesma significação de comércio, comercinho, rua, etc. Informação do Dr. Mário Campos, prefeito de Araxá (1928).”

SOUZA, Bernardino José de. *Dicionário da terra e da gente do Brasil*. 5. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961, p. 23.

“BAIRROS – São urbes elementares.”

RUBIÓ, Manuel de Solá-Morales i. *Las formas de crecimiento urbano*. Barcelona: Ediciones de la Universitat Politècnica de Catalunya (UPC), 1997, p. 129.

Em uma pesquisa sobre o povoamento do interior do estado de São Paulo e vizinhança, o sociólogo Antônio Candido obtém uma definição interessante que relaciona o recorte físico a laços afetivos: “(...) além de determinado território, o bairro se caracteriza por um segundo elemento, o ‘sentimento de localidade’ existente nos seus moradores, e cuja formação depende não apenas da posição geográfica, mas também do intercâmbio entre as famílias e as pessoas, vestindo por assim dizer o esqueleto topográfico: – O que é bairro? – perguntei certa vez a um velho caipira, cuja resposta pronta exprime numa frase o que se vem expondo aqui: – **Bairro é uma naçãozinha**. – Entenda-se: a porção de terra a que os moradores têm consciência de pertencer, formando uma certa unidade diferente das outras”¹.

Em Portugal, a definição de bairro está associada ao “lugar de freguesia de ...”, ou seja, várias freguesias formam um bairro, sendo este uma região político-administrativa espacialmente maior do que os recortes brasileiros. A cidade de Lisboa se encontra dividida em apenas quatro grandes bairros (Lisboa Oriental, Lisboa Ocidental, Bairro Alto e Bairro Baixo), a encobrirem um total de 43 freguesias, cada uma devota de um santo protetor. O reconhecimento do território por seus habitantes é feito pela denominação das freguesias, os bairros servem apenas para funções administrativas e de controle de serviços por parte da Câmara Administrativa de Lisboa, espécie de prefeitura local².

O geógrafo Marcelo Souza, em seu ensaio sobre bairro como unidade política, busca a fundo o significado da raiz do vocábulo em outras línguas. Apoiando-se no *Diccionario Etimológico de la Lengua Castellana*, o qual define “barrio” como “voz tomada do árabe, e que só se acha em nosso idioma, no português (bairro) e no catalão (barri). A etimologia é **barr, bar, terra, campo, campo imediato a uma população. Bar, barr, barrio, continuou chamando-se esse campo mesmo depois de se haver edificado nele; e por último veio a significar ‘barrio’ uma das divisões locais ou municipais das povoações, e sobretudo das povoações grandes. Em algumas partes por ‘barrio’ se entende o mesmo que arrabalde, grupo de população situado no extremo da mesma, ou um pouco separado dela.**

(1) SOUSA, Antonio Candido Mello e. 1987. p. 57-65.

(2) Informação obtida, verbalmente, em entrevista com a professora Joana Cunha Leal, do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Nova de Lisboa, doutoranda sobre o tema, e, posteriormente, cruzada com bibliografia portuguesa obtida em bibliotecas.

Embora na língua francesa a raiz etimológica seja diferente, o francês **quartier** designa uma realidade similar à do bairro. E também no caso francês, embora **quartier** e **banlieue** (subúrbio, periferia) não se confundam exatamente, podemos encontrar **quartiers** em áreas periféricas.

Já na língua inglesa a questão terminológica é mais complicada. A palavra inglesa **neighbourhood** parece freqüentemente cobrir uma escala intermediária entre a **unité de voisinage** e o **quartier** da literatura sociológica culturalista francesa. Isto explica o porque de se enfatizar o papel do **neighbourhood** como uma 'área de relações primárias e espontâneas', o que não combina com o conceito francês de **quartier**, aproximando-se, isto sim, da **unité de voisinage**. No entanto, parece que a **neighbourhood unit** dos anglo-saxões e a **unité de voisinage**, à parte a analogia vocabular, não são rigorosamente idênticas, embora muitas vezes recubram a mesma escala espacial, pois a **unité** me afigura elástica a ponto de abarcar escalas muito pontuais (como um prédio de apartamentos), o que não seria o caso do **neighbourhood**. Seja como for, são as relações de tipo primário, e não as de tipo secundário como no **quartier**, que definem em princípio o **neighbourhood**.

O **district**, outro referencial, define-se precipuamente pelas relações de tipo secundário que se dão à sua escala. O **district** estará extremamente próximo do **bairro**, do **'barrio'** e do **quartier**, variando não somente conforme o indivíduo, mas também segundo a cidade em questão. Por outro lado, talvez justamente por representar uma escala amiúde excessivamente ampla, parece que o **neighbourhood**, e não o **district**, é o recorte territorial preferencial dos ativismos anglo-saxões, o que aparentemente também denuncia seu extremado paroquialismo"³, afirma.

(3) SOUZA, Marcelo José Lopes de. 1989. p. 153-154.

Do ponto de vista morfológico-dimensional

O bairro revela, antes de tudo, uma forma física, um pedaço urbano que cresce segundo tais eixos ou tais direções, e um determinado tamanho, seu traçado segue uma lógica espaço-social. Ou seja, o bairro é uma unidade morfológica espacial e morfológica social ao mesmo tempo. Segundo Aldo Rossi, "a cidade, na sua vastidão e na sua beleza, é uma criação nascida de numerosos e diversos momentos de formação; a unidade desses momentos é a unidade urbana em seu conjunto, a possibilidade de ler a cidade com continuidade reside em seu preeminente caráter formal e espacial.

A unidade dessas partes é dada fundamentalmente pela história, pela memória que a cidade tem de si mesma. Essas áreas, essas partes, são definidas essencialmente pela sua localização: são a projeção no terreno dos fatos urbanos, a sua comensurabilidade topográfica e a sua presença, cultural e geográfica suficientemente circunscrita.

O bairro torna-se, pois, um momento, um setor da forma da cidade, intimamente ligado à sua evolução e à sua natureza, constituído por partes e à

*sua imagem. Para a morfologia social, o bairro é uma unidade morfológica e estrutural; é caracterizado por uma certa paisagem urbana, por um certo conteúdo social e por uma função; portanto, uma mudança num desses elementos é suficiente para alterar o limite do bairro*⁴. Em seguida, equaciona a escala bairro como sendo a intermediária entre as três escalas que, segundo ele, compõem uma cidade:

- A escala da rua, sendo os elementos fundamentais da paisagem urbana à escala da rua os imóveis de habitação, entendendo o imóvel como uma parcela cadastral em que a principal ocupação do solo é constituída por construção;
- A escala de bairro, formada por um conjunto de quarteirões com características comuns;
- A escala da cidade, considerada como um conjunto de bairros.

A mesma leitura a ser feita por Lamas, só que denominando as escalas de “dimensões”:

- *“Dimensão Setorial – a escala da RUA*

A mais pequena unidade, ou porção de espaço urbano, com forma própria. Os elementos morfológicos identificáveis são essencialmente os edifícios, o traçado e também a árvore ou a estrutura verde, desenho do solo e o mobiliário urbano.

- *Dimensão Urbana – a escala do BAIRRO*

É a partir desta dimensão, ou escala, que existe verdadeiramente a área urbana, a cidade ou parte dela. Pressupõe uma estrutura de ruas, praças ou formas de escalas inferiores. Corresponde numa cidade aos bairros, às partes homogêneas identificáveis, e pode englobar a totalidade da vila, aldeia, ou da própria cidade. A esta dimensão, os elementos morfológicos terão de ser identificados com as formas à escala inferior e a análise da forma necessita do movimento e de vários percursos. São os traçados e praças, os quarteirões e monumentos, os jardins e áreas verdes, que constituem os elementos morfológicos identificáveis. Diremos também que a forma a esta escala se constitui pela adição de formas à escala inferior.

- *Dimensão Territorial – a escala da CIDADE*

Nesta dimensão, a forma estrutura-se através da articulação de diferentes formas à dimensão urbana, diferentes bairros ligados entre si. A forma das cidades define-se pela distribuição dos seus elementos primários ou estruturantes: o macrossistema de arruamentos e os bairros, as zonas habitacionais, centrais ou produtivas, que se articulam entre si e com o suporte geográfico”.

Quanto aos dados numéricos de um bairro em si, encontrou-se referências em relação ao número de habitantes, moradias, extensão numérica e número de quadras e lotes. A maioria vem de bairros franceses do pós-guerra; assim, podemos dizer que um bairro agruparia entre 2.000 e 3.000 moradias (em torno de um centro secundário)⁵, teria uma população entre 5.000 e 10.000 habitantes⁶, e uma extensão de 3 a 5 km de perímetro⁷.

Sem qualquer paralelo com os bairros estudados, o princípio da grelha também quantifica a escala bairro, como se pode observar na Figura 1, utilizado

(4) ROSSI, Aldo. 1995. p. 63-67.

(5) LACAZE, Jean Paul. 1993. p. 33-37.

(6) RAPOPORT, Amos. 1978. p. 155.

(7) LEDRUT apud SOUZA, Marcelo José Lopes de. 1989. p. 144.

no projeto de implantação de seis cidades novas ao norte de Roraima⁸. A célula mínima é o lote – de 20 a 48 lotes agregados dão lugar a um quarteirão – e um conjunto de nove quarteirões configuram uma unidade de vizinhança. Para chegar à escala de bairro será preciso articular quatro conjuntos de vizinhança com nove quarteirões cada. E não é só isso; quando as 36 quadras resultantes são postas juntas, arma-se uma configuração hierárquica. A cada três ruas, uma se destaca por ser mais importante. Fica evidente o desenho de uma grande grelha que poderia se expandir em qualquer direção ou sobre qualquer território geofísico, bastava seguir sempre os mesmos princípios lógicos, a hierarquia e o agrupamento de escalas poderiam continuar infinitamente.

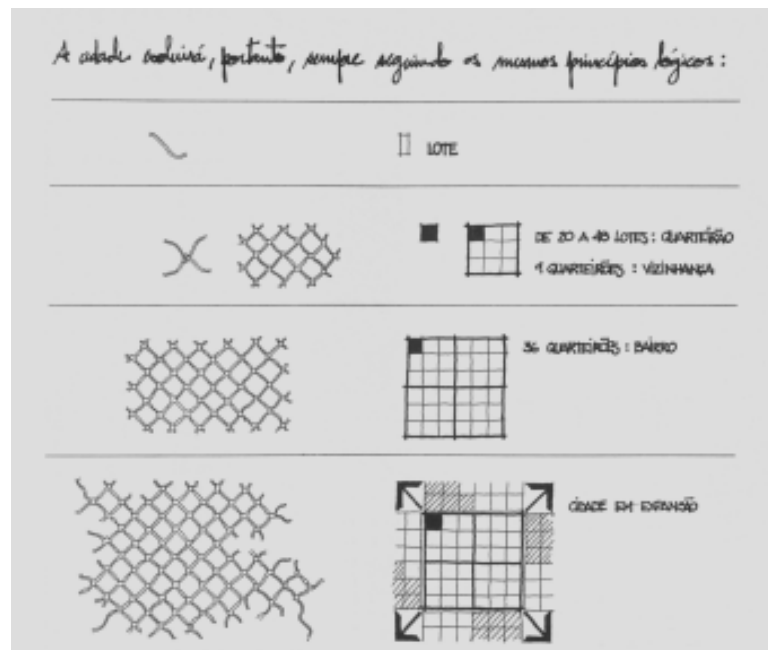


Figura 1 – Lote, quadra, unidade de vizinhança e bairro, a hierarquia e o agrupamento das escalas na composição do tecido urbano, segundo o sistema regular da grelha
Fonte: SANTOS, Carlos Nelson dos. *A cidade como um jogo de cartas*. Niterói: Eduff. São Paulo: Pojeto, 1998. p. 118

Do ponto de vista político-administrativo

O bairro corresponde à dimensão de território ideal para a reivindicação coletiva. Essa especificidade do bairro torna-o uma unidade politicamente importante. *“Inegavelmente, o bairro constitui hoje a unidade urbana, a representação mais legítima da espacialidade de sua população, e não é por acaso que São Paulo conta com 900 ‘sociedades de moradores’, também conhecidas como ‘sociedade amigos do bairro’, cuja territorialidade é facilmente estabelecida”*⁹. Discurso retomado por Souza, em sua abordagem política acerca do bairro: *“ele é um referencial direto e decisivo, pois define territorialmente a base social de um ativismo, de uma organização, aglutinando grupos e por vezes classes diferentes (em níveis variáveis de acomodação ou tensão); catalisa a*

(8) SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. 1988. p. 115.

(9) WILHEIM, Jorge. 1982. p. 63-65.

referência simbólica e, politicamente, o enfrentamento de uma problemática com imediata expressão espacial: insuficiência dos equipamentos de consumo coletivo, problemas habitacionais, segregação sócio-espacial, intervenções urbanísticas autoritárias, centralização da gestão territorial, massificação do bairro e deterioração da qualidade de vida urbana”¹⁰.

(10) SOUZA, Marcelo José Lopes de. 1989. p. 140.

(11) RECIFE, 462 anos depois: engenhos originaram bairros recifenses. *Jornal do Commercio*, Recife, 7 mar. 1999, Caderno Cidades, p. 2.

No Recife, muitos engenhos viraram bairros, “na definição clássica, bairro é a denominação de cada uma das partes com que se costuma dividir uma cidade, para facilitar a orientação das pessoas e o controle administrativo dos serviços públicos, como correios, telefonia e limpeza. Os bairros, no entanto, não surgem ao acaso. Lutas e conflitos marcam a formação dessas áreas e até influenciam na escolha dos nomes. No Recife, muitos bairros têm origem nos engenhos situados às margens do rio Capibaribe. Aliás, a conquista do rio é um dos fatores mais expressivos no processo de formação e organização da cidade do Recife.

Para a secretária de Planejamento do Município, o bairro é ‘a expressão da identidade cultural da cidade. Toda pessoa procura morar no lugar que se parece com seu modo de vida, essa é a importância do bairro’¹¹, diz.



Figura 2 – Poço da Panela, desenho ilustrativo elaborado pela autora, segundo as plantas cadastrais n. 81-70-05; 81-71-05; 81-72-00; 81-80-05; 81-81-00; 81-81-05
Fonte: Recife/Fidem, 1989

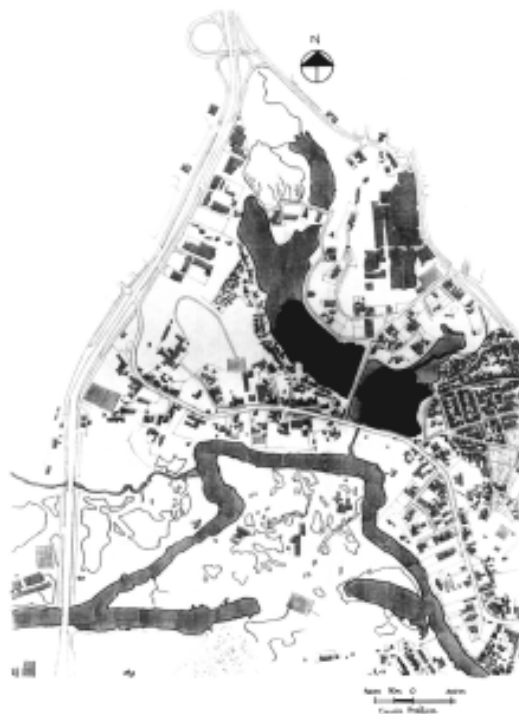


Figura 3 – Apipucos, desenho ilustrativo elaborado pela autora, segundo as plantas cadastrais n. 81-52-00; 81-52-05; 81-62-00; 81-62-05; 81-63-00; 81-63-05; 81-64-00; 81-72-05; 81-73-00; 81-74-00
Fonte: Recife/Fidem, 1989

Rapoport define o bairro como um esquema socioespacial, significativo para as pessoas que notam os limites. Estes limites, muitas vezes ruas, podem ser claros ou difusos. O esquema – edifícios e gente – é mais claro que o fundo informal da cidade. *“Poderiam-se classificar em duas grandes dimensões: físicas e sociais, e os bairros existem, sobretudo, quando ambas as dimensões coincidem. Para definir um bairro, se usam por sua vez, critérios físicos e critérios sociais, com a influência, já indicada, da preferência e da seleção do hábitat, já que gente análoga escolhe áreas similares reforçando o caráter social e físico das mesmas.*

*Quase nunca as divisões oficiais coincidem com as subjetivas. As áreas têm que distinguir-se umas das outras, as fronteiras devem ter significado, com uma vida característica em comum. As divisões políticas e as divisões planejadoras são demasiado grandes. As delimitações mais claras de áreas subjetivas têm lugar quando barreiras físicas bem definidas coincidem com os esquemas cognitivos.”*¹²

Na identificação de um bairro, para os habitantes não interessa seu limite formal porque, se já o identificam físico-cognitivamente, pouco lhes importa até onde se estendem suas linhas. Enfim, limites administrativos e limites subjetivos devem coexistir. Não coincidem, na maioria das vezes, porém, faz-se necessário que existam, caso contrário essa escala urbana não existiria de fato. Os (limites) administrativos são necessários porque é partindo deles que aquele recorte é identificado oficialmente e planejado ou assistido gestivamente; e os (limites) subjetivos se fazem necessários, visto que (o módulo social é aí definido) é a partir de sua definição coletiva que a base social se instaura, as reivindicações tomam corpo e o suporte físico o faz único.

Do ponto de vista histórico-social

O bairro possui, além de uma forma, um tamanho e um limite político-administrativo (que o circunscreve), uma história social – constitui um módulo espaço-social, construído no tempo e vivenciado no espaço. Segundo Lefebvre, *“o bairro seria a ‘diferença mínima’ entre os espaços sociais múltiplos e diversificados, ordenados pelas instituições e pelos centros ativos. Seria o ponto de contato mais acessível entre o espaço geométrico e o espaço social, o ponto de transição entre um e outro; a porta de entrada e saída entre espaços qualificados e espaço quantificado, o lugar de onde se faz a tradução (para e pelos usuários), dos espaços sociais (econômicos, políticos, culturais, etc.) em espaço comum, quer dizer, geométrico.*

*O bairro é uma unidade sociológica relativa, subordinada, que não define a realidade social, mas que é necessária. Sem bairros, igual que sem ruas, pode haver aglomeração, tecido urbano, megalópole. Mas não há cidade”*¹³ (grifos meus).

Poderia ser batizado também de “escala paroquial”¹⁴, já que a paróquia não só tem uma existência religiosa, mas também uma existência civil e política. Não

(12) RAPOPORT, Amos. 1978. p. 162-163.

(13) LEFEBVRE, Henri. 1971. p. 195-200.

(14) *“A separação entre o religioso e o civil, entre a Igreja e as instituições, é um feito real e um conceito teórico ao mesmo tempo. As paróquias constituíam bairros, e quando a cidade, ao fazer-se demasiado grande, perdeu sua unidade e seu caráter de comunidade local, o seu núcleo – a igreja paroquial – perdeu simultaneamente suas funções e sua capacidade estruturante. Em consequência: a conexão bairro-paróquia, que em outros tempos constituía uma realidade, já não tem mais fundamento. Esta passa a ter uma existência simbólica mais que funcional ou estrutural; o que está simbolizado tem sua sede e seu sentido mais longe; é a religião, a Igreja Católica e Romana, cuja sede do poder papal está bem distante.”* LEFEBVRE, Henri. 1971. p. 197-198.

existia o que chamamos “estado civil”; os batismos, os casamentos e os óbitos se inscreviam nos registros paroquiais; os grupos e associações se organizavam ao redor do aparato eclesiástico; as confrarias estavam relacionadas com as corporações e com os grêmios e ofícios, e portanto, com a atividade econômica. *“Em tempos antigos, que precedem a descoberta do Brasil, correspondiam à organização das paróquias da Igreja Católica. Era fácil fazer distinções: cada paróquia tinha seu templo e seu santo, se organizavam em torno deles e de outras facilidades como feiras e mercados. Foi essa a tradição trazida de Portugal. Em geral, nos centros urbanos mais antigos, os bairros são mais fáceis de identificar.”*¹⁵

Uma das primeiras divisões da escala bairro no mundo talvez sejam os burgos parisienses, nos quais cada burgo tinha sua paróquia e seu santo devoto, a circunscrever um recorte urbano sobre o qual exercia suas funções, espacializados e ilustrados na Figura 4. *“Sem paredões, mas igualmente dotado de amplos e bem definidos direitos era o ‘bourg’, o mais antigo dos quais – Saint Germain – ficava na margem esquerda do rio. Embora populoso, todas as suas terras faziam parte dos bens de quatro igrejas que compunham a paróquia; no*

(15) SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. 1988. p. 113-115.

Figura 4 – Carta da Paris medieval, com seus primeiros burgos dentro das muralhas, cerca de 1300

In: SENNETT, Richard. *Carne e pedra: O corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 1997, s/p



Mapa da Paris medieval, cerca 1300.

local da maior delas, situa-se hoje a moderna Igreja de Saint-Sulpice. Um burgo não estava submetido a um controle único (...). A maioria das frações de terreno em uma cité, ou num burgo, estavam arrendadas, e, freqüentemente, vendiam-se os direitos de construção. Assim, as pessoas construía a seu bel-prazer, pagando taxas à Coroa ou à Igreja.”¹⁶

O QUE É LUGAR URBANO?

Do ponto de vista do meio físico e cultural – da formação territorial

A lenda romana do *genius loci* ilustra bem esse ponto de vista. “Genius Loci é um conceito Romano. Os romanos antigos acreditavam que existia um espírito do lugar – o *genius loci* (*genius* – espírito; *loci* – lugar) – guardião para cada cidade. Este espírito dava vida às pessoas e aos lugares, acompanhando-os do nascimento à morte, e determinava seu caráter e essência.

Cada lugar onde ocorria vida continha seu próprio genius, que se manifestava tanto na locação como na configuração espacial e na caracterização da articulação.”¹⁷

Quando o homem habita (no sentido de *lar* – *dwel*), está, simultaneamente, localizado no espaço e exposto a um certo caráter ambiental. As duas funções psicológicas envolvidas podem ser chamadas de “orientação” e “identificação”. “Todas as culturas têm desenvolvido ‘sistemas de orientação’, ou seja, ‘estruturas espaciais que facilitam o desenvolvimento de uma boa imagem ambiental’. Alguns destes sistemas de orientação são baseados ou derivados de uma estrutura natural existente. Onde o sistema é fraco, a formação da imagem torna-se difícil, e o homem se sente perdido. Sentir-se perdido é evidentemente o oposto da sensação de segurança que distingue o habitar, o *lar*. Nas sociedades primitivas, os menores detalhes do meio ambiente eram conhecidos e plenos de significados, perfazendo estruturas espaciais complexas.

E ‘identificação’ significa ‘ser amigo’ de um ambiente em particular, porque este determina o ‘mundo’ acessível. Só sendo amigo é que vem a identificação, o pertencimento, a estabilidade psíquica e emocional frente àquela paisagem conhecida, onde a natureza convida o homem a se estabelecer, fixando-se espacialmente e culturalmente, ou seja, lugares onde hajam estruturas determinadas localmente e condicionadas culturalmente. Assim, o homem nórdico tem de ser amigo do nevoeiro, do gelo e dos ventos frios. Nos países nórdicos, a casa deve dar ao homem proteção física e ser fechada. Mas ao mesmo tempo ele quer simbolicamente aberta para trazer a natureza para dentro. Daí a tendência em usar materiais ‘naturais’ em seu interior. O árabe tem de ser amigo de um infinito e desértico areial e de um sol escaldante. No deserto a casa é fechada,

(16) SENNETT, Richard. 1997. p. 163-164.

(17) NORBERG-SCHULZ, Christian. 1980. p. 18.

tanto num senso prático como num simbólico; ela representa um mundo 'paradisíaco' que forma um complemento ao exterior."¹⁸

Ainda dentro desse viés do meio físico e cultural, la Cecla trabalhou sobre pequenos vilarejos de pescadores na costa italiana, chegando à idéia de "mente local" como sistema de referência da identidade, das coisas comuns, locais, àquela comunidade que vivencia aquele ambiente em particular. *"Isto que distingue o processo de aprendizado individual no que diz respeito ao lugar, a 'mente local' de um lugar, é uma frequência coletiva e assídua no tempo. A mente local que se forma é especializada com respeito a uma geografia, a um clima, a um hábitat, que é aquele específico, ou seja, o sistema de percepção só é possível naquelas condições únicas de luz, de calor, de odor e de sabor. A 'territorialidade humana' se faz com a sobrevivência, nem mais nem menos da palavra. Trata-se de uma sobrevivência social e cultural muito mais que física. Que se faz com o aprendizado e a cognição. Uma cidade não é só aquela que conhecemos, mas a reserva de conhecimento que sabemos, que é o que nos tranquiliza (ou nos perturba) pelo fato que podemos conhecê-la. A identidade parte de uma separação, e a distância as vezes se alarga, às vezes se restringe. A natureza se reserva invisível, torna-se visível pela cultura, o meio, o habitar, que transforma a visibilidade natural de um lugar em um invisível (a mente local) e essa sua invisibilidade constrói o assentamento.*"¹⁹

Essência vivida

Segundo Dolores Hayden, a força do lugar (*the power of place*) pode ser aferida por meio de roteiros espaciais de festas, paradas e procissões. *"Embora sua presença seja temporária, eles podem ser altamente efetivos em reivindicar ou afirmar a importância simbólica dos lugares. Elas entrelaçam tradições artísticas vernaculares (nos seus costumes, musica, dança e performance) com a história espacial (lugares onde começam, marcham e acabam).*"²⁰ Isso é o segredo da força dos lugares históricos, cujas persistências são um *container* de experiências a contribuírem fortemente para sua memorabilidade intrínseca, para sua força de lugar.

De acordo com Tuan, o lugar se expressa por ser o lar, "o **locus** de reminiscências, despido de invólucros, que devido à sua familiaridade, protege o ser humano das perplexidades do mundo exterior. A consciência do passado é um elemento importante no amor pelo lugar. A história é responsável pelo amor à terra natal. Ele vê gravada na paisagem circundante a história antiga das vidas e as realizações dos seres imortais que ele venera."²¹

Muitos lugares, altamente significantes para certos indivíduos e grupos, têm pouca notoriedade visual. São conhecidos emocionalmente, e não através do olho crítico ou da mente. Outra noção a ser colocada sobre o conceito de lugar é a de "uso". *"O habitante, o mortal, só existe pelo seu enraizamento, sua adesão a um terroir, um lugar de origem, uma referência familiar. O vivido tem um caráter*

(18) Idem, p. 21.

(19) LA CECLA, Franco. 1993. p. 43-71.

(20) HAYDEN, Dolores. 1997. p. 38-46.

(21) TUAN, Hi-Fu. 1980. p. 91-129.

espacial local – no bairro. Liga-se ao habitar um espaço produzido. Como o espaço não é para o vivido um simples quadro e como o sujeito vive através de um modo de apropriação, a atividade prática vai mudando constantemente o espaço e os seus significados, marcando e renomeando os lugares acrescentando, por sua vez, traços novos e distintos que trazem novos valores, presos aos trajetos construídos e percorridos. É impossível ignorar o fato de que o homem, para habitar, produz um certo espaço, delimita um território com o qual se identifica. Ao demarcar o lugar, com suas ações, com seu 'ir e vir' no uso, para a vida, o homem se identifica com o espaço porque seus traços, suas marcas o transformam. Na convivência com o lugar, e nele, se produz a identidade.”²²

(22) CARLOS, Ana Fani Alessandri. 1996. p. 81 e 116.

Figura 5 – Perspectiva aérea, manual, artística e aquarelada de Apipucos. Autora e direitos autorais fornecidos: Alessandra Callado Bezerra de Mello, 2002
Fonte: Autora

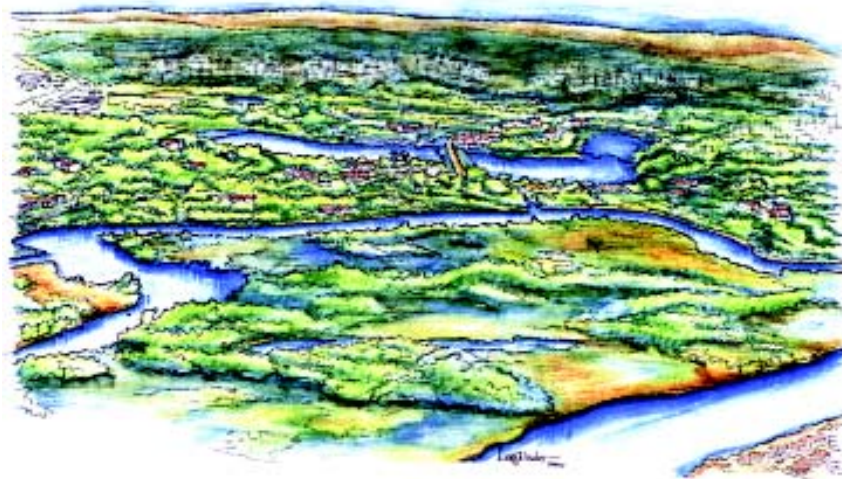
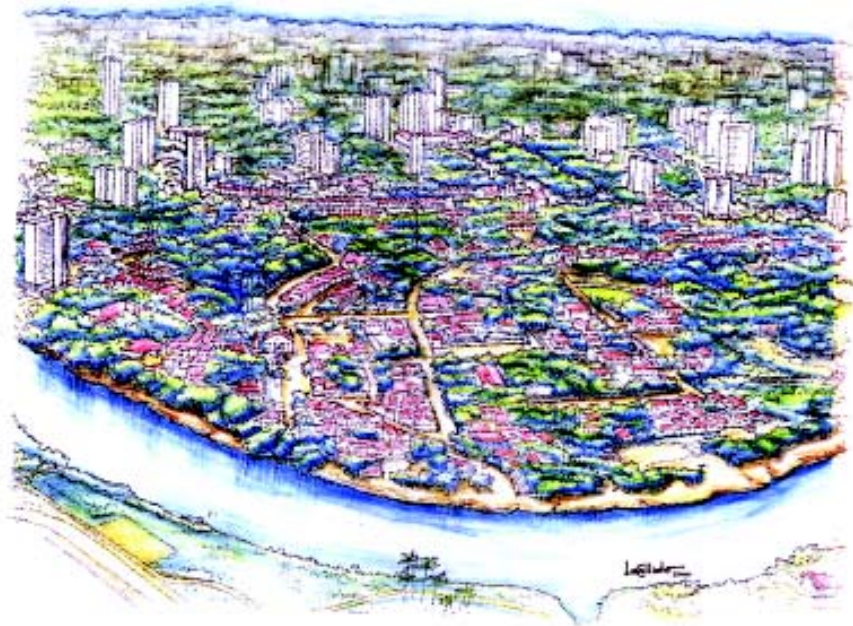


Figura 6 – Perspectiva aérea, manual, artística e aquarelada do Poço da Panela. Autora e direitos autorais fornecidos: Alessandra Callado Bezerra de Mello, 2002
Fonte: Autora



A ESCALA BAIRRO E O CONCEITO DE LUGAR URBANO

A escala bairro pode ser definida por parâmetros numéricos e também qualitativos, mais difíceis de aferir-se, porém, sem grandes obstáculos para se identificar. Essas variáveis compõem a verdadeira essência de um bairro, interagem-se e complementam-se. O bairro é uma unidade territorial, uma unidade político-administrativa, ao mesmo tempo em que enlaça a história e espacializa a sociedade. Essas três características já o qualificam como um recorte fundamental da escala urbana.

Primeiro, o bairro é a unidade territorial perceptível, apreensível em escala humana e com a possibilidade de promoção do sentido de lugar. Bairro é a escala na qual mais se aproximam o espaço social e o espaço geométrico, é o ponto de maior convergência entre eles, como colocava, outrora, Lefébvre. É uma escala intermediária entre “rua” e a “cidade”, essencial para a existência da realidade urbana.

Segundo, é na escala de bairro que se assume a dimensão sociopolítica. Os nomes, muitas vezes, dizem muito a respeito desse ou daquele bairro. Muitas vezes, até o perfil de seus habitantes define esse ou aquele bairro. A rua pode até ter uma ligação mais coesa entre vizinhos, mas é na escala do bairro que os vizinhos se unem perante a cidade, e aí a unidade político-espacial do bairro toma corpo e significado. É por meio dessa escala urbana que o Estado organiza os serviços urbanos sob seu controle oferecidos, como correios, coleta de lixo, telefonia, limpeza urbana, etc. Embora os limites sejam pura formalidade de papéis, na prática, servem de instrumentalização dos órgãos gestores da cidade.

Terceiro, a escala de bairro é a escala imediata da percepção, da percepção dos sentidos, adequada e compatível com as dimensões do corpo humano, passível de ser percorrida a pé. É a escala na qual o microcosmos é o do pedestre, e a percepção é mais aguçada pelos cinco sentidos humanos. O lugar é conhecido/reconhecido para aqueles que o freqüentam porque é trilhado diariamente, dá-se a conhecer pelo “uso”.

OS BAIRROS DE APIUCOS E POÇO DA PANELA

Os bairros de Apipucos e Poço da Panela, situados no vale fértil do Capibaribe, estão presentes desde o início da formação da cidade, palcos de acontecimentos históricos de relevo e desde sempre local e fixação da aristocracia açucareira recifense. Já vêm demarcados há quatro séculos, pois o que era delimitado como “*engenho*” é, hoje, desmembrado em dois ou três bairros. Por exemplo, o que pertencia ao engenho Casa Forte, atualmente, constitui os bairros de Casa Forte, Poço, Santana e parte de Parnamirim, acredita-se; da mesma forma, do engenho Apipucos constitui-se os bairros do Monteiro, Apipucos, Dois

Irmãos. Embora não fossem delimitados no terreno (*in loco*) esses limites, de fato existiam nas escrituras dos engenhos.

O que se tentou trabalhar foram questões de nomenclatura rebatidas no espacial (engenhos – freguesias e povoados – arrabaldes – bairros); assim, podemos dizer que os primeiros recortes ou divisões territoriais nacionais se realizaram com as capitanias hereditárias, doação de sesmarias e engenhos (havia 16 na planície recifense), os quais, aos poucos, vão se transformar em povoados e freguesias (no total de 11), e estas em arrabaldes e bairros, nomenclaturas as quais se sobrepuseram e conviveram por tempos.

A composição urbana inicial (séculos 16 e 17) dividia-se entre a *Vila de Olinda*, de fato instituída como vila com o aparato jurídico e burocrático da capitania (no alto da colina), o *centro portuário* – um agrupamento de pescadores e comerciantes, em um enlameado de poças d'água, bancos de areia e mangue, e a *planície recifense* – um extenso canal longínquo cujo melhor acesso era pelo rio. A oeste ou para trás dessa aldeia de pescadores ficavam espalhados os engenhos açucareiros, próximos aos cursos d'água e matas para seu abastecimento, nessa época, terras distantes em relação ao porto. O vale do Capibaribe vai logo despontar como um dos eixos de ocupação dessa extensa planície. “*Os engenhos eram centros de grande atividade, de cultura, de população numerosa, verdadeiras zonas de riqueza e de prosperidade, assentados às margens do Capibaribe, desse rio que se impôs como acidente geográfico e fator econômico e histórico de primeira ordem, na comunicação desses valores locais, com um centro comum que era o porto.*”²³

(23) COSTA FILHO, Olímpio. 1944.

Dos séculos 17 ao 19, essa escala territorial passa a chamar-se *paróquia* ou *freguesia* a qual, no fundo, era uma célula menor, simultaneamente eclesiástica e administrativa, de um urbano maior, de que fazia parte. Era um posto de reconhecimento elevado ante a província, tinha sua capela curada e reconhecida, e, conseqüentemente, adquiria *status* de um povoado elevado à categoria de freguesia ou paróquia. O limite de uma freguesia era muito extenso, englobava vários bairros de hoje, várias capelas, vários engenhos, vários povoados, vários fogos. A freguesia do Poço incluía o próprio Poço, Apipucos, Casa Forte, Monteiro, D. Irmãos e estendia-se até Olinda ao norte, Camaragibe à oeste, as freguesias da Boa Vista e da Várzea pelo eixo do rio Capibaribe. Limites descritos no *Diccionario Chorographico, Histórico e Estatístico de Pernambuco*, de 1910, de Sebastião Galvão, porém não espacializados cartograficamente. A história do Poço se remonta a partir daí, quando ainda terras do engenho Casa Forte, situadas bem próximas à curva do rio, são prometidas a N. Sa. como cura a uma nobre da região, a qual, obtendo a graça prometida, doa um terreno na localidade para que fosse construída uma capela dotada a N. Sa. da Saúde. Assim surge o povoado, já indicado na época para banhos terapêuticos de rio no Capibaribe, logo a ser erigido em paróquia, por volta de 1820. A casa, a ser construída ao lado da igreja, e na qual mais tarde residirá o abolicionista José



Figura 7 – POST, Frans. Parte da casa-grande e o engenho Apipucos, século 17. Coleção National Gallery, Dublin

Fonte: Arquivo Público Estadual, Recife, PE



Figura 8 – Poço da Panela em 1847, vista da margem direita do Capibaribe. Litografia colorida à mão, executada em Dresden

Fonte: FERREZ, Gilberto. *Raras e preciosas vistas e panoramas do Recife: 1755-1855*. Recife: Fundarpe, 1984, p. 51



Figura 9 – Largo da Igreja de N. Sa. da Saúde e Estrada Real do Poço da Panela

Foto: Gustavo Maia, 1999



Figura 10 – Presença de moradores estrangeiros em Apipucos

Foto: Autor desconhecido. Fonte: Arquivo Público Estadual, Recife, PE

Mariano, também entra para a história do local, pois em seu porão eram escondidos os negros fugidos dos engenhos locais, de madrugada escondidos revestidos nos fundos das canoas que singravam o rio rumo ao Ceará, onde adquiriam a alforria, já que em Pernambuco tardou bem mais para conseguirem.

Em seguida vêm os arrabaldes (séculos 19 e 20), como o próprio nome esclarece – *arrabal* – o que está distante, fora do perímetro urbano adensado – a várzea do Capibaribe ainda era pouco ocupada, se comparada ao centro do Recife (bairros do Recife, Boa Vista, S. Antonio e S. José). Os limites formais desses arrabaldes não estavam espacializados em nenhuma carta conhecida ou levantada, apesar da fartura de bibliografia sobre os arredores e arrabaldes do Recife. É a época áurea desses bairros, tempo dos passatempos de férias, veraneios, hotéis, teatros, saraus noturnos. Tempo da chegada dos imigrantes ingleses e germânicos, funcionários das companhias de serviços públicos os quais começam a ser implantados (saneamento, bonde, abastecimento d'água), que vão escolher esses arrabaldes bucólicos para viver e, aos poucos, vão influenciando os locais com seus hábitos e costumes. É a época também da chegada das ordens religiosas (os Maristas, em Apipucos, e as irmãs francesas da Sagrada Família, em

Casa Forte) e dos viajantes (Tollenare, Korster, Maria Graham, etc.), os quais irão produzir caprichosos elogios a esses arrabaldes.

Finalmente, os *bairros* de Apipucos e Poço da Panela de hoje, de ares saudosos e bucólicos, continuando a abrigar a história e a inspirar novas gerações de artistas e heróis locais. Suas paisagens são fontes de geração e concentração para diversos ateliês espalhados pelos bairros, sedes de blocos carnavalescos, berços da intelectualidade local.

Voltando aos limites, quando a igreja perde o controle da espacialidade (da freguesia ou paróquia e seus povoados) surgem as zonas administrativas (nos anos 50, 60 e 70, que, futuramente, irão servir de base para os locais de votação eleitoral – anos 80) e essas, por sua vez, darão lugar aos limites dos bairros atuais (anos 90), quando se aproveitam as mesmas linhas, as mesmas divisões e limites dos bairros. Hoje o município do Recife está dividido em seis Regiões Político-Administrativas (RPA's), encobrindo um total de 94 bairros componentes. Apipucos, Poço e Casa Forte fazem parte da RPA 3, com 29 bairros no total. Apipucos e Casa Forte engenhos (o Poço fazia parte das terras desse engenho), Poço da Panela freguesia (incluía aí Apipucos e Casa Forte, entre outros), Apipucos, Casa Forte e Poço da Panela arrabaldes, todos bairros hoje (Figuras 11 e 12).

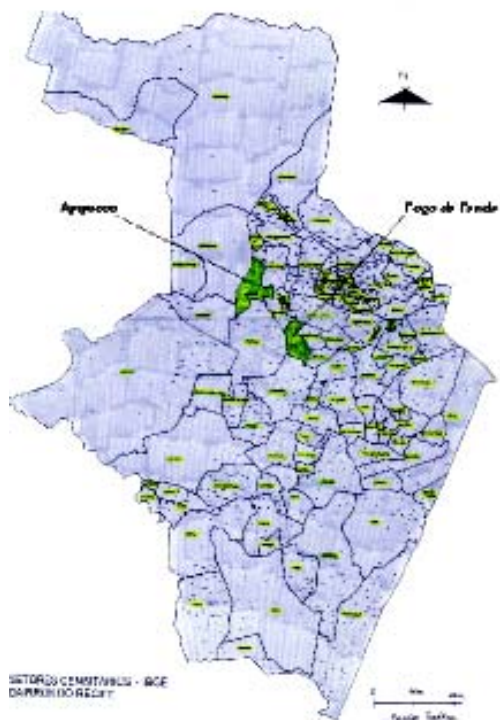


Figura 11 – Os limites dos bairros recifenses, tomando-se como base os setores censitários do IBGE, anos 80
Fonte: PCR/SEPLAN, Recife, PE

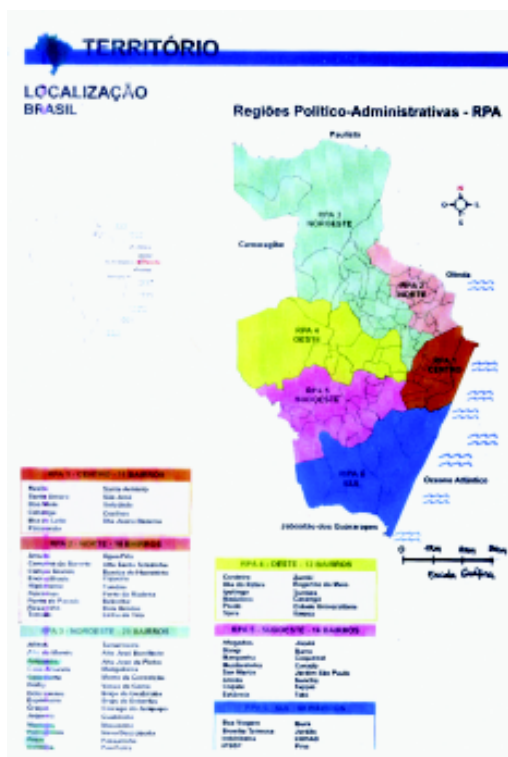


Figura 12 – Delimitação das Regiões Político-Administrativas (RPA's) e bairros componentes
RECIFE, Prefeitura da Cidade do. *O Recife em números*. Recife: Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, 1998 (folheto)

Em Apipucos e no Poço, dados obtidos (baseados no censo populacional do IBGE de 1991 e nos limites político-administrativos oficializados em 1996) referem-se às suas populações – 3.267 hab. e 3.778 hab., suas áreas – 123 ha e 87 ha, e às densidades populacionais – 26,59 hab./ha e 43,43 hab./ha, respectivamente (Figuras 2 e 3). No Poço identificam-se e quantificam-se, claramente, as quadras, os lotes e as vias, enquanto em Apipucos não se consegue fazer o mesmo. As micropaisagens (ou assentamentos sócio-espáço-temporais, se se pode chamar assim – o largo histórico em duas colinas, os assentamentos nos morros circunvizinhos, o loteamento Othon B. Mello na planície central do açude, as favelas nas margens e aterros e o verde como pano de fundo) são mais fortes; no entanto, ambos são “bairros”, e com forte sentido de lugar, a demonstrar que nem sempre os quantitativos se aplicam ou se bastam. O morfológico-dimensional, por si só, não qualifica o todo (o conjunto do bairro como um todo), o político e o histórico-social se complementam e equilibram-se.

A centralidade desses bairros ainda se dá na igreja e em seu largo e casario próximos. A ligação paróquia-núcleo de bairro ainda se mantém forte, em particular nesses bairros. Como era comum no passado, essa ligação sobreviveu. Talvez devido em parte à ligação paróquia-núcleo de bairro a coesão espacial seja forte, os limites sejam facilmente identificados pelos moradores, exista o apego ao lugar. E ao mesmo tempo contribuiu para que os limites não se tenham perdido em vários séculos ou se diluído na mente dos moradores. São lugares nos quais todos se “conhecem” e “reconhecem-se” na vizinhança, existem fortes laços afetivos entre as famílias e com o próprio sítio, diferente do dia-a-dia da cidade grande. E, sem dúvida, esses laços passam, obrigatoriamente, por esses contornos. Contornos que nos parecem ser os mesmos de quatro séculos atrás, e que nos dizem muito. Uma vez que esse parcelamento permanente e contínuo ao longo do tempo conduz ao pertencimento, à identificação, ao apego. Os engenhos que se tornaram bairros. Bairros que são verdadeiros *genius loci* do Recife.

O bairro tem futuro? Não sei se a escala de bairro propriamente dita, mas sua essência, seu sentido deve permanecer. O bairro é a antítese da desagregação social. Pela escala do cotidiano há a possibilidade riquíssima do reconhecimento, do pertencimento e do fortalecimento de vínculos, da promoção do espaço gregário-comunicativo por excelência. É o que trata Richard Sennett em *Carne e pedra*, quando diz que a religião pregava a amarração, o apego ao lugar, as raízes, o contrário da Nova York de hoje, cidade multicultural e plena de virtualizações. Será que o desenraizamento é a solução? O apego ao lugar não se faz mais importante na segurança e na estabilidade humana? Como garantir? Eis a questão. Quais os desdobramentos futuros?

Talvez um caminho seja o de rever nossas espacialidades e uma escala “base” para esses estudos seja justamente a escala do bairro. Os lugares urbanos apresentam sempre as mesmas características em qualquer parte, um conceito

mais sensível e geográfico que propriamente urbanístico, mas ajuda na compreensão da urbanidade como um todo.

Não sei se responderia, com certeza, se os bairros são lugares urbanos; no entanto, afirmaria com convicção que os critérios qualitativos sobrepõem os quantitativos na promoção do sentido de lugar. E assim é em Apipucos e no Poço da Panela. Enfim, são bairros fora do circuito turístico “rentável” da cidade. Não se mostram nem são mostrados à primeira vista. Talvez consciente ou até inconscientemente seus habitantes os preservem da vista alheia e curiosa, para desfrutar eles próprios suas essências, suas utopias, elevarem seus orgulhos e preservarem suas histórias.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Maurício de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Iplan, Zahar, 1987.
- AUGÉ, Marc. *Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus, 1994.
- BARROS, Sandra Augusta Leão. *O que são os bairros: Limites político-administrativos ou lugares urbanos da cidade? O caso de Apipucos e Poço da Panela no Recife*. 2002. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- BENÉVOLO, Leonardo. *A cidade na história da Europa*. Lisboa: Editorial Presença, 1995.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CECLA, Franco Ia. *Mente locale: per un'antropologia dell'abitare*. Milão: Eléuthera, 1993.
- COSTA FILHO, Olímpio. O Recife, o Capibaribe e os antigos engenhos. *Revista do Norte*, n. 2, 1944.
- HAYDEN, Dolores. *The power of place: Urban landscapes as public history*. Cambridge: The MIT Press, 1997.
- LACAZE, Jean Paul. *Os métodos do urbanismo*. Campinas: Papirus, 1993.
- LAMAS, José Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1993.
- LEFEBVRE, Henri. Barrio y vida de barrio. In: *De lo rural a lo urbano*. Barcelona: Ediciones Península, 1971.
- MARX, Murillo de Azevedo. *Cidade no Brasil: Terra de quem?* São Paulo: Edusp, 1991.
- MORRIS, A. E. J. *História de la forma urbana: Desde sus orígenes hasta la Revolución Industrial*. Barcelona: Gustavo Gili, 1984.
- NORBERG-SCHULZ, Christian. *Genius Loci: Towards a phenomenology of architecture*. Nova York: Rizzoli, 1980.
- RAPOPORT, Amos. *Aspectos humanos de la forma urbana: hacia una confrontación de las ciencias sociales con el diseño de la forma urbana*. Barcelona: Gustavo Gili, 1978.
- ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- RUBIÓ, Manuel de Solá-Morales i. *Las formas de crecimiento urbano*. Barcelona: Ediciones UPC, 1997.
- SANTOS, Carlos Néson Ferreira dos. *A cidade como um jogo de cartas*. Niterói: Eduff; São Paulo: Projeto, 1988.

SANTOS, Milton de Almeida. *A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1997.

SENNETT, Richard. *Carne e pedra: O corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

SOUSA, Antonio Candido de Mello e. Os tipos de povoamento. In: *Os parceiros do rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades, 1987.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O bairro contemporâneo: ensaio de abordagem política. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, n. 51, p. 139-172, 1989.

TUAN, Hi-Fu. *Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980.

_____. *Espaço e lugar: A perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1983.

WILHEIM, Jorge. O bairro, unidade urbana. *Projeto São Paulo: Propostas para a melhoria da vida urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

PALAVRAS-CHAVE (KEY WORDS)

Bairro, escala territorial, lugar urbano, limites político-administrativos, identidade urbana, essência vivida, Apipucos e Poço da Panela.

District, territorial scale, urban place, political-administrative limits, urban identity, lived essence, Apipucos and Poço da Panela.

Sandra Augusta Leão Barros

Arquiteta e urbanista (UFPE, 1995), mestre em Estruturas Ambientais Urbanas (FAUUSP, 2002). e-mails: saglbarros@truenet.com.br e galeao@usp.br. Dissertação de mestrado intitulada *O que são os bairros: Limites político-administrativos ou lugares urbanos da cidade? O caso de Apipucos e Poço da Panela no Recife*, desenvolvida sob a orientação da Profa. Dra. Maria Angela Faggin Pereira Leite. Bolsista da Fapesp 1998-2000.

scripção da J.

re. S. João em op. em de fundendo a barra daquella banda por onde se podem entrar
em forma de bu. S. J. 58 braças e meia de de palmos por braça. Tem fuso
muy pouco para Di.

Y V A I N M V C

Mar 50
Realin

canalizo de unbr...

l. axe opente N. 2.

relheia, Sua p...
Kamanta

Finco libras e meia a

...fivel de rocha viva

...faz a p...:

André Costa

Orientador:

Prof. Dr. Paulo Cesar Xavier Pereira

a

ARQUITETURA e PROPAGANDA:
O MARKETING NA
PRODUÇÃO IMOBILIÁRIA
POR INCORPORAÇÃO

076

pós-

RESUMO

Este artigo visa discutir alguns pontos importantes na compreensão da lógica da representação da mercadoria-imóvel, no momento em que a propaganda se apresenta como instrumento estratégico na determinação dos preços, e como elemento que estabelece novos padrões de uso do espaço para quem o apropria. O que se propõe neste texto é iniciar a discussão dos aspectos culturais envolvidos no mercado imobiliário, mas sob um tratamento que permita sua articulação crítica com as especificidades da lógica de produção do imobiliário.

ABSTRACT

This article aims to discuss some important points in the understanding of the logic behind the representation of real estate as a product, at a time when advertising is seen as a strategic tool in helping set prices and as an element to set new standards of use for those who buy this property. The intention of this study is to start a discussion of the cultural aspects of the real-estate industry, but under a perspective which allows a critical articulation with the specific aspects of real-estate output logic.

INTRODUÇÃO

O contexto do qual surgem as questões abordadas neste artigo é caracterizado pelo fato recente de algumas das maiores empresas de incorporação imobiliária de São Paulo estarem contratando profissionais de marketing para suas áreas comerciais, organizando, em sua estrutura, departamentos e diretorias de marketing com poder estratégico decisório, influenciando aspectos importantes de arquitetura na elaboração dos produtos imobiliários e na construção da imagem da empresa no mercado.

Essa inserção profissional parece significar uma nova fase no entendimento da importância da mediação com os valores culturais, na formação do preço da mercadoria-imóvel, na criação de diferenciais com relação à concorrência e no contorno de obstáculos inerentes à realização do produto imobiliário, tais como questões relativas à propriedade da terra e ao longo ciclo de realização do capital no setor.

No âmbito deste artigo, busca-se desenvolver a discussão acerca dos aspectos referentes à apropriação da dimensão cultural na reprodução do capital na atividade imobiliária, examinando a construção de significados no âmbito da configuração dos atributos dos produtos imobiliários. Esse exame envolve a análise de alguns aspectos da formação e inserção de valores de uso no imaginário social, ou seja, a produção semântica a respeito da mercadoria-imóvel, mas buscando apontar para a consideração do contexto específico de sua produção.

Para isso, colocamos frente a frente alguns aspectos da arquitetura e da publicidade em sua inserção na lógica e na estratégia do incorporador imobiliário, considerando ambas atividades como produção de imagens e de diferenciais criados para valorizar o produto imobiliário. Espera-se que dessa maneira possamos criar parâmetros adequados para uma abordagem da propaganda imobiliária e avançar na leitura dos condicionantes da produção da arquitetura para o mercado.

MERCADO IMOBILIÁRIO E A DIMENSÃO CULTURAL: A CONSTRUÇÃO DE UM OBJETO DE ESTUDO

Ao que nos parece, mesmo na crítica especializada ocorre uma redução simplista e limitadora de análise, a conferir ao “mercado imobiliário” e, mais freqüentemente, à sua lógica econômica os motivos da fragilidade da arquitetura como propositora da configuração dos espaços do viver (públicos ou privados). No entanto, se situarmos a análise no terreno da representação social do espaço urbano, uma nova estratégia parece se apresentar na forma como esse “mercado” se relaciona e apropria-se de transformações ocorridas de ordem intersubjetiva e social. A adoção de técnicas mais sofisticadas de propaganda parece representar

essa apropriação por parte das empresas de incorporação imobiliária, o que obrigaria a debruçarmo-nos sobre as transformações de ordem cultural – isto é, o campo da produção de sentidos – que, em princípio, desenvolvem-se exteriormente à lógica do mercado imobiliário.

Porém, diante desses caminhos de análise que se apresentam, voltamos a defrontarmo-nos com outro risco novamente limitador da reflexão: atribuir a degradação dos conteúdos da discussão sobre o espaço urbano, exclusivamente, aos mecanismos de produção simbólica e à evolução da publicidade, processos a que estão submetidos também os mercados de outros bens e serviços. Isso significaria considerar que a comunicação midiática, seu instrumental e sua norma se sobrepuseram às questões produtivas, estéticas e sociais inerentes à arquitetura e ao urbanismo e à lógica econômica da produção do espaço.

Erguer nossa análise sobre substitutos reduzidos como “cultura da imagem”, ou pela explicação de a imagem ser consumida no lugar do produto, certamente nos levaria a negligenciar os verdadeiros processos implícitos nas mudanças das formas de representação/comunicação da mercadoria-imóvel. Pois o que caberia investigar é se esses novos modos de criação da imagem do produto (e de sua arquitetura) não correspondem justamente – e em primeiro lugar – a um momento próprio da lógica de produção imobiliária, mesmo que a força da retórica e das imagens dos anúncios aparente e force-nos a pensar o contrário.

Atribuir essa construção de imagens da arquitetura a uma exterioridade, a uma lógica outra, que é a da publicidade, resumir sua essência ao “marketing”¹ – termo, inclusive, desgastado pelo senso comum e erroneamente usado – como uma tendência a perpassar todo o conjunto da produção social, explicar esses fenômenos somente no nível de trocas simbólicas, sem buscar compreender o ambiente de produção no qual elas ocorrem, toda empreitada, que assim nos ocupasse, afastar-nos-ia da especificidade da mercadoria-imóvel.

Isso significa que, ao analisarmos a instauração da gestão de marketing na indústria imobiliária, será necessário rever suas preposições no que possam atender aos objetivos do incorporador e aos novos desafios colocados pelo ambiente transformado do negócio imobiliário, no que diz respeito às mudanças econômicas, tecnológicas e sociais. Pelo entendimento das práticas sociais e econômicas desse agente poderíamos, então, empreender a análise da propaganda imobiliária.

A produção, combinação e comunicação de ideologias codificadas na propaganda imobiliária não podem ser tratadas apenas como ferramentas mediadoras da *realização* do capital, no âmbito do consumo. Nesse momento ela tem, sim, seu papel de importância na medida em que se constitui como doadora de novos sentidos e diferenciais simbólicos ao imobiliário, influenciando na determinação de novos padrões de uso e, com isso, na formação de preços acima dos praticados pela concorrência. Mas será necessário estender o alcance dessa análise ao que esses códigos manifestem ainda o sistema construtivo e a fase de

(1) Vulgarmente, o termo “marketing” é utilizado, em geral, por uma redução de conceito, significando publicidade e propaganda. Ultimamente, até o discurso político tem em sua crítica as causas de um esvaziamento, conferidas ao “marketing”, sem buscar entender como essas técnicas comunicacionais teriam, em si, sua natureza política. Conferir Costa, 2003, para uma discussão de como o entendimento mais abrangente da filosofia, funcionalidade e operacionalidade da administração de marketing pode nos direcionar à compreensão da comunicação e à produção de significados, em sua inserção nos processos de produção e concepção dos produtos imobiliários.

valorização do capital do setor, compreendendo a lógica da representação da mercadoria-imóvel, no momento em que a propaganda se apresenta como instrumento novo também para sua valorização. Destarte, a publicidade e a propaganda imobiliárias seriam também novos instrumentos no trato das relações inerentes à *produção* do espaço, tais como a transformação do uso do solo, as operações de superação dos entraves da propriedade privada de terra, a captação de financiamento para a produção, etc.

O aprofundamento no estudo dos problemas que constroem esse objeto se dá, em primeiro lugar, pela consideração de, com relação aos demais setores do conjunto da produção social, a assimilação do instrumental da propaganda pelo agente incorporador ser peculiar, porque o imóvel é uma mercadoria singular em termos de sua *valorização* e porque suas condições de *produção* também são especiais.

Em segundo lugar, o papel da cultura nas relações produtivas e no consumo do espaço é também característico. Por isso, é preciso cuidado para não recair em crítica que privilegie indistintamente o estudo da *cultura do consumo*, pois mesmo quando estamos tratando do âmbito do consumo, tratamos, neste caso, do *consumo do espaço*. E este não pode ser entendido somente como produto.

Aqui seria proveitoso assinalar as considerações sobre o conceito de espaço de Henri Lefebvre: “(...) o espaço é produzido como nenhuma outra mercadoria. Tem ao mesmo tempo uma realidade material e uma propriedade formal que o capacita a encerrar a realidade material de outras mercadorias e suas relações sociais. Exatamente como outras mercadorias, ele representa ao mesmo tempo um objeto material e um processo que envolve relações sociais. Ao contrário de outras mercadorias, ele **recria continuamente relações sociais ou ajuda a reproduzi-las** (...) É, portanto, ao mesmo tempo objeto material ou produto, o meio de relações sociais, e o reprodutor de objetos materiais e relações sociais.” (grifo nosso)²

Pensar a codificação ideológica publicitária no rol de questões a envolverem o uso da arquitetura e do espaço urbano, portanto, é pensar no constrangimento tanto das relações as quais envolvem a troca de mercadorias como das que envolvem sua produção. Mas é também criar parâmetros para que possamos pensar em o quê ela impõe aos indivíduos em suas experiências cotidianas na cidade.

A propaganda imobiliária é, hoje, um discurso presente e ativo na formação de valores, recriando, codificando e recodificando os hábitos e preferências do consumo do espaço, assim como a significação dessa mercadoria especial como mediadora de relações sociais.

Para analisarmos como a representação publicitária da habitação e dos espaços de trabalho estabelece os modos de apropriação e uso desses espaços, precisaremos entender os processos que elevam a necessidade primordial de abrigo às atividades humanas – familiares, sociais ou produtivas – a categorias

(2) Apud GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. Edusp: São Paulo, 1993. p. 133.

mais associativas, conotativas, as quais encerrem a complexidade da cultura material para a vida em sociedade.

O marketing nas empresas de incorporação tem, em seu instrumental, o objetivo de alcançar a compreensão dos diversos e mais amplos significados que o produto imobiliário pode assumir para seu público consumidor. A pesquisa de mercado, a qual, em alguns momentos é apresentada como doadora incontestável da autoridade do profissional de marketing, atestando sua legitimidade com relação ao atendimento dos desejos do consumidor, tem como objeto não só as formas materiais que o produto possa assumir, mas também suas possíveis imagens, os signos que possuam trânsito, penetração em identificáveis nichos específicos de demanda.

É nesse sentido que o profissional de marketing se introduz como o emissor das representações dos produtos imobiliários, como produtor de sentido do espaço, papel o qual, socialmente, parecia até aqui ser atribuído ao arquiteto.

O diálogo entre o imaginário social e as práticas de representação da mercadoria produzida pela incorporação imobiliária não se faz sem uma codificação ideológica. As ferramentas de marketing se apresentam como um elemento recente no interior desses processos, revelando uma face nova na relação da apropriação capitalista do espaço com o domínio da cultura.

A ESTRATÉGIA CULTURAL: IMAGENS, SIGNOS E BENS SIMBÓLICOS

As relações entre cultura e consumo, se não são responsáveis por muitas das características de nossos tempos, certamente são responsáveis por muito da atenção da produção crítica atual. A pós-modernidade se caracterizaria por dissolver o cultural no econômico e o econômico no cultural³. Inúmeros autores, entre eles Fredric Jameson, Jean Baudrillard, David Harvey mobilizam uma massa de páginas para discutir o tema, percorrendo a inserção da esfera cultural no processo de acumulação, na fase atual do capitalismo.

Jameson (1996; 2001) e Harvey (1992) buscam construir um quadro de desenvolvimento dessas relações no tempo, atrelando as transformações culturais da pós-modernidade a mudanças na lógica capitalista de uma sociedade pós-industrial. A cultura, saturada de signos e imagens, constituir-se-ia como um elemento específico da sociedade de consumo. Baudrillard (1997), partindo da verificação do que chamou de sistema dos objetos, analisa a transmutação da mercadoria em signos (“mercadoria-signo”) como o pilar do capitalismo avançado.

A constatação conseqüente dessas abordagens é: vivemos no âmbito de uma cultura de consumo, o que significaria mudanças culturais nas práticas e experiências cotidianas. O amplo desenvolvimento técnico da indústria teria, a partir do final do século 19, instaurado a necessidade da construção e extensão

(3) JAMESON, F. *A cultura do dinheiro*. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 22.

dos hábitos de consumo, iniciando-se a racionalização e sistematização das estratégias capitalistas para além das questões referentes às relações de produção. A Escola de Frankfurt aponta a necessidade de atenção crítica para esse deslocamento de foco da manipulação ideológica capitalista: do controle e alienação da força de trabalho, extraindo a mais-valia, ao estabelecimento da ideologia consumista, isto é, a (re)construção do imaginário social fundado nos prazeres individuais do consumo e na promessa de as mercadorias terem o poder de “*criar vínculos ou estabelecer distinções sociais*” (FEATHERSTONE, 1995, p. 35).

A mediação ideológica, antes concentrada no processo de valorização na fase de produção, ganha importância em um momento diferente no circuito de acumulação do capital:

“Once commodities are delivered to the market and put up for sale, capital enters a new phase, the realization and circulation of surplus value through markets and conduits for investments.”⁴

É assim que a ideologia do consumismo se instaura como estratégia fundamental ao capital, promovendo os objetos (produtos) como bens simbólicos: a mercadoria transubstanciada em imagem, em signo de classe social, portanto. Podemos, então, falar de uma *produção cultural* de novas necessidades e formas de vida, empenhada em seduzir os indivíduos para o consumo programado de mercadorias, por meio de um complexo de mecanismos de leitura e troca com o imaginário social, do qual a publicidade seria um instrumento fundamental. O sentido da mercadoria, seu valor-signo, seria o combustível que faria girar as engrenagens da produção do consumo.

A relevância do caráter sógnico da mercadoria levaria Baudrillard ⁵ a cunhar o termo *mercadoria-signo*, sua contribuição para o entendimento da produção de massa como a origem da relevância do valor de troca das mercadorias em detrimento de seu valor de uso. A mercadoria transformada em signo, sob o contexto da lógica capitalista, poderia ter seu significado “*determinado arbitrariamente por sua posição num sistema auto-referenciado de significantes*”⁶. É a liberação da mercadoria de seu referente, “*substituído por um campo instável de significantes flutuantes*”⁷. Esse seria o “mundo simulacional” de Baudrillard.

A publicidade assumiria um papel de protagonista na criação e no trânsito desses “significantes flutuantes”, passando a descrever e divulgar não um produto, mas a experiência a ele associada e com ele consumida. O que se enuncia aqui são estilos de vida: um amplo e complexo mostroário, com opcionais e atributos um tanto flexíveis, postos a servir à busca de uma identidade do sujeito-consumidor para si mesmo e perante a sociedade, engendrando mecanismos complexos de mediação estética e distinção social.

O sujeito, ao comprar um objeto, deve agir como se escolhesse o que quer de sua vida: ele inicia um projeto em cada aquisição. A “liberdade” é um signo

(4) GOTTDIENER, M. *Postmodern semiotics: Material culture and the forms of postmodernism life*. Massachusetts: Blackweel, 1995. p. 141.

(5) Apud GOTTDIENER (1995) e FEATHERSTONE (1995).

(6) FEATHERSTONE (1995, p. 122).

(7) Idem.

importante no capitalismo; no contexto publicitário, geralmente, ela significa individualismo, possibilidade de escolha. Uma escolha bem diferente da pregada pelo existencialismo dos anos 60, na qual o ato de escolher implicava uma responsabilidade prática, somente assim a levar à liberdade. Esta, neste último caso, seria resultado. E resultado do verbo escolher: da ação contida no mesmo. No âmbito da cultura de consumo e da estetização da vida cotidiana, a liberdade é uma condição esvaziada, a qual apenas permite acionar os objetos: a escolha é menos uma ação que uma característica latente nos objetos, e tanto mais se faz perceber quanto mais variável sua gama de opções.

Em seu livro *O sistema dos objetos*, Jean Baudrillard descreve um caminho entre a personalização dos produtos e a estratégia da publicidade. Pelo devotamento das características dos produtos é concedido ao indivíduo acreditar que todo o sistema de produção capitalista se desdobra e oferece-se para lhe atender. “Este discurso ideológico”, observe-se, “prolonga-se até nas considerações sobre a matéria e a forma”⁸. A partir deste raciocínio, o autor pode lançar uma versão para a máxima cartesiana: “Você é visado, amado pelo objeto. E porque é amado, você se sente existir: você é ‘personalizado’”⁹.

Então, existo porque sou amado pelo objeto... O bom objeto pensa o que quero e o que sou. E o faz por mim.

Mike Featherstone (1995, p. 121) é quem ainda atenta para a dupla dimensão do termo “cultura de consumo” na transformação do cotidiano:

1) *na economia*: a evolução da dimensão cultural da economia, na qual cresce a produção de bens simbólicos, o entendimento dos bens materiais como veículos de significados suplantando seu valor de uso primeiro, sua utilidade primeira, sua funcionalidade original;

2) *na cultura*: a inserção dos princípios do mercado de gêneros no âmbito da produção artística, tais como monopólio, competitividade, diferenciação contínua, etc.

Jameson resume este duplo movimento em que economia e cultura se transmudam: o movimento da economia em direção à cultura, em que identifica a estetização do consumo, das mercadorias e de sua imagem; e o movimento da cultura em direção à economia, no qual aponta para o crescimento astronômico da indústria cultural (ou do entretenimento) nos EUA¹⁰.

Se pretendermos contextualizar sob o domínio de uma cultura de consumo as novas condições que se impõem à produção arquitetural, teríamos de situá-la sob esses dois aspectos? Sim, mas teremos de considerar algumas especificidades na produção, no consumo e fruição da arquitetura que a difere em muito das demais expressões artísticas.

Neste artigo, no entanto, poderemos apenas iniciar uma discussão sobre como esse quadro de relações entre cultura e economia empreenderia novidades peculiares à produção imobiliária.

(8) BAUDRILLARD, Jean. *O sistema dos objetos*. São Paulo: Perspectiva, 1997. p. 178.

(9) Idem. p. 180.

(10) JAMESON, 2001, op. cit. p. 22-23.

MERCADORIA-IMÓVEL E MERCADORIA-IMÓVEL-SIGNO

“A economia simbólica recicla o imobiliário
tal como ela faz com a moda nas roupas.”

Sharon Zukin¹¹

A fim de podermos avaliar o incremento da importância da imagem, do signo, na produção da mercadoria imobiliária, e o processo pelo qual o projeto da mercadoria-imóvel incorpora a estratégia da propaganda, seria instrutivo refletirmos sobre o significado (concreto e abstrato) do produto em nossa sociedade.

Para Henri Lefebvre¹², todo produto possui uma dimensão dual, objetiva e subjetiva: em cada um, “*l’activité et la chose, sont intimement liés*”. Os produtos são destacados “abstraidos” da natureza pela definição que o homem lhe dá: suas características, seus contornos, sua funcionalidade, seus nomes. Estes objetos carregam o nome e o conceito que se inserem no âmbito do discurso humano e, portanto, em sua existência social.

O nome e o conceito é que separam o objeto da natureza, e em gradações distintas. (No caminho entre o nome “terra” e a alcunha de “solo urbano”, quão imensa gama de relações sociais – materiais e subjetivas, concretas e abstratas – guarda o objeto a que se referem?). Abstrair significa destacar, separar da materialidade. Mas a abstração dos objetos em sua interação com o sujeito é parte da atividade prática e não somente conceitual, ainda segundo Lefebvre¹³.

A forma e o material do objeto são condição à ação, um meio à sua função. Objeto e sujeito se unem, concretamente, em uma relação dialética. O que mudaria nessa relação com a estratégia da interposição publicitária? Ao que nos parece, não é com o objeto que o sujeito se une, mas com a prevalência do “sujeito”. Nesse sentido, a subjetividade da união passa a vir mais do conceito atribuído pelo objeto do que pelo sujeito. Uma subjetividade mediada.

A impostura que a liberdade humana pode contestar na publicidade é que o ponto de partida da doação de sentido ao objeto deixa de ser a relação prática entre este e o sujeito, passando a ser exclusivamente conceitual. Não que aqui se deva impor a dicotomia entre *desejo* e *necessidade* para explicar e atribuir uma função perversa da publicidade em seduzir, ludibriar, iludir com relação às características do objeto. Ora, a arte também confere aos objetos essa transcendência, e guarda sua força e importância justamente pelo fato de retirar do objeto sua funcionalidade, sua necessidade primeira, denotativa. A arte opera com o desejo. E nem por isso a arte recebe tal aversão. (Veremos, mais à frente, que essa é, inclusive, uma das aproximações possíveis entre arquitetura e publicidade quando as analisamos no âmbito do mercado imobiliário)¹⁴.

(11) ZUKIN, Sharon. *The cultures of the cities*. Cambridge: Blackwell, 1995. p. 9.

(12) LEFEBVRE, Henri. *Le materialisme dialectique*. Paris: Press Universitaires de France, 1957. p. 103-104.

(13) Idem, p. 105-106.

(14) Não se pode nem mesmo engendrar nessa dicotomia fácil porque tanto o desejo quanto a necessidade, ambos têm uma dimensão metafórica e uma metonímica. Ambos podem advir e desdobrar-se em denotações e conotações.

A crítica à doação de sentido, proveniente da estratégia publicitária, talvez se dê, sem sabê-lo de forma transparente, não por conta da irracionalidade do sentido dado ao produto, tampouco pelo desejo ou necessidade de serem produzidos por outro que não o homem a dispor (ou planejar dispor) do objeto, mas pelo fato de a poética da propaganda partir de um ponto exterior à atividade prática do homem com o objeto e, no entanto, guarda – ao fim do túnel – uma funcionalidade servil a uma lógica: a do consumo programado.

É nesse sentido que a publicidade se faz ideologia. Mas ideologia também pode fazer arquitetura e quaisquer outras habilidades capazes de empreender com o imaginário social um diálogo eficiente, dotado de técnica e expressão material e simbólica. E todas as outras linguagens que se posicionem e desenvolvam seu campo de atuação entre as características denotativas e conotativas da mercadoria, entre seus atributos materiais e simbólicos, usos funcionais e emotivos, seus valores sensíveis e imaginários, sua exata medida e potencialidade prática e social. Entre esses meandros da concretude e da abstração, a mercadoria abre espaço para o discurso: para a publicidade e – por que não aqui? – para a arquitetura. Discurso informativo, discurso persuasivo, discurso poético: nuances distintivas que só podem ser analisadas em cada caso.

A mercadoria (a mercadoria-imóvel) é um produto, advindo do trabalho social. Separar, mesmo na análise crítica, a mercadoria do trabalho que a produz e das relações sociais (materiais e simbólicas) que ela promove seria incorrer em uma argumentação idealista. Em nosso entendimento, não cabe conferir à publicidade uma exterioridade absoluta com relação à mercadoria. É por essa característica ambígua (imaginária e real) da mercadoria (imobiliária) que a publicidade é capaz de operar.

Ainda para Lefebvre: *“A publicidade não seria acima de tudo a linguagem da mercadoria levada à mais alta elaboração, dotada de uma expressão simbólica, de uma retórica, de uma metalinguagem? Não é o modo de existência do objeto trocado e do valor de troca (ambíguo: abstrato-concreto, formal-prático) que assim se manifesta?”*¹⁵

É sob essas considerações que propomos o estudo da propaganda no mercado de imóveis: uma linguagem apropriada pelas estratégias da incorporação imobiliária a qual, embora possa nos fornecer material para muita discussão pelo que ela opera com atributos simbólicos dos produtos imobiliários, é no entremeio e na articulação entre estas imagens e as características materiais e funcionais do produto que podemos elucidar uma análise comprometida com a totalidade das relações sociais representada pela mercadoria-imóvel.

O anúncio a seguir é, originalmente, uma página inteira do jornal *Folha de S. Paulo*, publicado, algumas vezes, no começo do segundo semestre de 2002. Nele, vale atentar para as seguintes informações:

Tipo: apartamentos, residenciais, 1, 2 e 3 dormitórios

Slogan principal: Um lugar nos Jardins criado para renovar sua saúde física e mental

(15) LEFEBVRE, Henri. A vida cotidiana no mundo moderno. São Paulo: Ática, 1991, p. 114.

Figura 1: Imagem de anúncio imobiliário. Empreendimento Hype Jardins
 Fonte: *Folha de S. Paulo*, 2002



Mensagens secundárias (atribuídas às fotos e desenhos):

- Ambientes que traduzem seu jeito de ser (foto do *lobby* decorado, pé-direito duplo);
- Áreas para estimular os sentidos do corpo (com a foto de uma tenda de massagem nos jardim do edifício) (foto de banheira de ofurô no jardim);
- Morar nos Jardins é uma das coisas que fazem São Paulo valer a pena (fotomontagem de imagens do bairro Jardins: restaurante, loja e um carro importado). A referência do local é um conjunto de equipamentos privados, destinados ao consumo.

Em que medida a propaganda imobiliária aproveita a lógica consumista, as diretrizes da estetização da vida cotidiana e articula-a como argumentação de vendas? E como ela promove, divulga, amplifica essa ideologia do consumo? São questões que talvez não possamos responder neste trabalho, mas sua aproximação deve considerar o propositor dessas imagens – o incorporador – e o contexto de sua produção e sua lógica.

Se um incorporador imobiliário vende “saúde mental e física” (ver Figura 1), não é, no entanto, de seu raso saber técnico sobre o tema que vai lhe aflorar o

lucro. Tampouco meramente deste *slogan* no jornal. Mas a partir do momento em que um gazebo, uma tenda de massagens se instala no jardim do empreendimento e uma banheira de ofurô lhe faz companhia sobre um pedaço de solo urbano, fica tanto mais complexo definir o que é real e o que é imaginário quanto mais próximo de alguma constatação a levar-nos a um entendimento mais específico e podendo capturar a pertinência dessas operações.

Os limites entre a criação publicitária¹⁶ e a criação arquitetônica se tornam obscuros, ilegíveis. E podemos verificar em que medida isto ocorre quando nos debruçamos sobre os aspectos da contratação de profissionais de marketing na estrutura organizacional das empresas de incorporação imobiliária. Mas, por enquanto, o que podemos no espaço deste texto é refletir sobre como um produto imobiliário nasce de uma necessidade (ou desejo) que possa ser socialmente identificável e acaba por determiná-lo, fixá-lo. E diferenciá-lo¹⁷.

Ora, essa também é a tarefa que se atribui à arquitetura. E não somente à arquitetura atuante no mercado imobiliário. O movimento modernista no Brasil produziu inúmeros exemplos de projetos de habitação social que pressupunham ler, antecipar, racionalizar as necessidades humanas em uma perspectiva que se colocava como libertária: o objeto o qual liberta o homem para ação. Uma arquitetura funcional que almejava o sentido na procura do “*comportamento prático dos homens; dirigindo-se a sua razão*”, desejava lhe “*arrancar decisões, permitindo que o usuário opine como um especialista, visto que as vantagens funcionais podem ser racionalmente demonstradas*”, como relembra Otilia Arantes em sua citação de *História da arquitetura moderna*, escrita por Leonardo Benevolo¹⁸.

Sabemos que essa funcionalidade do objeto, no entanto, ganha o *status* de signo e passa a operar como premissa esvaziada, na qual se apoiaria a pretensão de um projeto universal para a humanidade – as metas narrativas. “*Não é possível dissociar a evolução de conjunto da arte moderna e, em particular e muito menos, da Arquitetura Moderna, de sua forma de inserção no mundo da produção capitalista, diluindo suas aporias na abstração dos ‘equivocos categoriais’, das ‘sobrecargas indevidas’, do ‘programas extravagantes’ etc. À medida que a forma-mercadoria se generaliza, e no caso da arte de massa, que é sobretudo o caso da arquitetura contemporânea, se estende até a forma-publicidade, a sujeição da funcionalidade estrita à funcionalidade sistêmica, além de fatal, é o primeiro dado do problema e, de modo algum, um acréscimo extrínseco.*”¹⁹

É no cerne da crença na produção em massa, portanto, que nasce o projeto da arquitetura moderna. Sua responsabilidade social não se desvincula desta aliança perigosa: as residências como produtos de um processo industrial homogeneizador, justificadas pela expectativa de um consumo de massa. “*Não surpreende então que, ao término desta linha evolutiva, as imagens arquitetônicas funcionem como imagens publicitárias.*”²⁰

(16) Veremos mais adiante que, embora estejamos aqui tratando como “criação publicitária”, em algumas das grandes incorporadoras imobiliárias essas imagens não são concebidas pelas agências de publicidade, tampouco pelas empresas de vendas de imóveis (as “corretoras”), mas sim por profissionais de marketing. (Capítulo 3).

(17) LEFEBVRE, Henri. *Le materialisme dialectique*. Paris: Press Universitaires de France, 1957. p. 106.

(18) ARANTES, Otilia. *O lugar da arquitetura depois dos modernos*. São Paulo: Edusp, 1995. p. 24.

(19) Idem. *Urbanismo em fim de linha*. São Paulo: Edusp, 1998. p. 71.

(20) Idem.

Nesse momento, vale lembrar Harvey²¹ e sua argumentação que o modernismo pode ser compreendido no contexto de um capitalismo fordista, de produção e consumo de massa. O autor relaciona a cultura pós-moderna com o desenvolvimento capitalista aos moldes de um processo de acumulação de caráter flexível “pós-fordismo”. É com isso em mente que podemos pensar na evolução da publicidade.

A publicidade, do final do século 19 para cá, também teve seu papel bastante modificado no sistema capitalista. Da função de divulgar, descrever o produto e provocar o desejo, as mensagens publicitárias passam a adotar a estratégia da segmentação do mercado, da personalização, da flexibilidade. É o projeto não mais de um produto divulgado, mas o projeto de um indivíduo. “Ambientes que traduzem seu jeito de ser” (Ver mensagem da propaganda imobiliária da figura) diz tanto da configuração espacial do empreendimento quanto de como você sujeito-consumidor deveria ser. Isso tudo, no entanto, passa-se como se todo o empreendimento imobiliário fosse planejado para se encaixar em sua individualidade, em sua personalidade, o qual só poderia se realizar no espaço planejado e construído para isso: “Hype Jardins”. A publicidade não somente determina o atendimento da necessidade e do desejo da moradia e as formas de atendê-los: ela também determina a maneira de necessitar, o modo de desejar.

Com a publicidade, abre-se um diálogo entre todo o sistema de produção capitalista do espaço e o sujeito-consumidor: como se o primeiro esforçasse-se, conformasse-se para atendê-lo. E não é só o sistema que se oferece: é como se a cidade também o fizesse. Em uma oportunidade única, a cidade se oferece.

Se o produto imobiliário se desdobra, transfigura-se em todo esse discurso, se o consumidor é pela publicidade mediado e tem em suas imagens a representação primeira que inaugura sua relação com o imóvel – representação esta a conferir-lhe sentido e que o une subjetivamente (como sujeito) ao imóvel (como objeto) – podemos antecipar a sobreposição dos campos da arquitetura e da publicidade em suas funções na lógica da incorporação imobiliária.

ARQUITETURA COMO PRODUTO IMOBILIÁRIO: ARTE E/OU MERCADORIA

Retomemos uma questão. Como situar a prática e o pensamento referente à arquitetura no contexto das transformações que ocorrem na relação entre capitalismo e cultura? Vimos que há de considerar-se, de um lado, a visão econômica descobrindo a cultura como elemento eficiente de elevação dos lucros no mercado de bens de consumo e de uso, e de outro lado, o mercado de artes e entretenimento (bens simbólicos) como possibilidade econômica de sobrevivência e expansão da atividade cultural. A publicidade é a linguagem a qual justifica e

(21) HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

interliga as duas esferas, estabelecendo uma economia de símbolos entre e interambas.

Outras atividades artísticas têm recebido de sua crítica uma concentração maior na análise dos efeitos estéticos, promovidos pela inserção da arte em um circuito complexo e efetivo de uma indústria cultural massificante, que chega a impor certas características às obras para lhes garantir seu trânsito como mercadoria. Mas quando falamos em arquitetura, sua especificidade como arte se desdobra em algumas considerações que devemos ter em mente.

Primeiramente, a arquitetura ser considerada como meio de comunicação de massa é, segundo Eco (1997, p. 224-5), uma idéia que “está bastante difundida” e justifica-se por ser *“uma operação que se dirige a grupos humanos para satisfazer algumas das suas exigências e convencê-los a viver de determinado modo”*. O autor assinala ainda inúmeras características que permitem entendê-la como uma arte de massa. Voltaremos a discuti-las mais adiante, quando tratarmos do papel da arquitetura e da publicidade na produção do sentido do imobiliário.

Em segundo lugar, embora não possamos dizer que a arquitetura se desenvolva sempre em um circuito industrial, ela, fora ou dentro dele, está sempre condicionada pelas particularidades da produção e do mercado imobiliário. Nesse contexto econômico, tecnológico e social – a propriedade da terra traça uma condição social peculiar, por exemplo – é que se define a produção arquitetural. Esta não é uma atividade artística a qual, a partir de um determinado momento histórico, passa a ver como caminho possível a inserção no circuito da indústria cultural: a própria aceção de sua atividade já surgia no âmago das questões inerentes à construção econômica e social do imobiliário. Arquitetura sem imobiliário é apenas uma representação da arquitetura, tal como se vê exposta a arquitetura das bienais.

Quanto à apropriação da arquitetura pela indústria da construção, seria instrutivo verificarmos a história da verticalização da cidade de São Paulo, na qual se observa que, na década de 40, tem início a produção imobiliária por incorporação. A Lei do Inquilinato de 1942 faz com que a produção para aluguel deixe de ser uma atividade rentável (SOUZA, 1994, p. 98) e vê-se, então, surgirem pela cidade inúmeros condomínios. A participação de um arquiteto reconhecido e de um bom projeto na viabilidade e no sucesso do negócio de empreendimentos imobiliários passa a ser claramente notada como estratégia mercadológica. Na década de 50, *“arquitetos e artistas famosos são convidados a trabalhar em São Paulo numa perspectiva de valorização da atividade imobiliária. É assim que Portinari, por exemplo, vai executar uma série de painéis em edifícios”* e Niemeyer vai ser chamado do Rio de Janeiro para seu primeiro projeto na capital paulista (SOUZA, 1994, p. 109-111).

Se a atividade arquitetônica já era intensa nesse contexto de mercado, a apropriação da arquitetura pelo circuito econômico capitalista mais amplo é algo cuja origem se pode situar ainda no movimento moderno. É quando essa

arquitetura, como comunicação de massa, também historicamente tão utilizada para o discurso material (e propagandista) do Estado, passa a ter um papel importante na comunicação social das grandes corporações capitalistas. É preciso lembrar: do cerne do movimento arquitetônico modernista suscitam os projetos da verticalidade das torres espelhadas, a constituição da paisagem urbana como um discurso simbólico do capital. As empresas vêem, na exterioridade do edifício que ocupam, a possibilidade de justificar-se, de legitimar-se, simbolicamente, na cidade, pela fusão entre a imagem da empresa e a imagem de *modernidade*, *poder econômico*, *progresso* que o imóvel pode proporcionar. Essa simbiose entre imagem da arquitetura e imagem do usuário desenvolve novos códigos de estruturação social.

Essas imagens gozam de respaldo. Com elas se fortalecem e expandem-se elementos ideológicos, alastram-se barreiras culturais as quais autenticam, por exemplo, a presença de empresas multinacionais no país, em nome de um pretenso objetivo transcendental a lidar com valores como “*progresso, tecnologia*” – por si só fetichizada –, “*eficiência, crescimento econômico*” etc.²² A paisagem urbana, assim, apresenta-se como o palimpsesto no qual se renova o discurso de legitimação do poder do capital.

No entanto, além da mensagem ideológica a que a paisagem destina à sociedade (e à cidade) como um todo, essa simbologia também guarda uma funcionalidade econômica bem determinada dentre os mecanismos de uma economia financeira: com a imagem da empresa na sociedade, com a construção de seu papel social na cidade, convive a divulgação de sua imagem no setor do mercado capitalista no qual opera. Isso significa que as mensagens emanadas da fachada do edifício ocupado também podem comunicar ao mercado a estabilidade econômica da empresa, sua eficiência operacional, seu poderio, sua saúde financeira. As características arquitetônicas (ou publicitárias?) do imóvel são regidas por essas exigências e valores (culturais e econômicos) do mercado nas quais o usuário empresarial opera. O edifício, uma espécie de capital simbólico, é crédito de seu usuário na praça, portanto.

No mercado imobiliário residencial, é de atribuição da arquitetura pensar o espaço doméstico, dar-lhe contorno, destacá-lo, designá-lo. O usuário, na maioria das vezes, não é um indivíduo, mas uma família, composta por personalidades diferentes – de uma mesma classe e de costumes muito próximos, é bem verdade, mas essa multiplicidade de individualidades projeta sobre o espaço, se não necessidades funcionais bastante díspares, requisições simbólicas diversas. Se pensarmos nas características e potencialidades da mercadoria-signo em assumir uma ampla gama de sentidos, fundindo sujeito e objeto de forma simbólica e desprendida da materialidade, o livre trânsito entre significantes, defendido por Baudrillard²³, torna-se, neste caso, uma argumentação, se não menos aceitável, mais complexa. Essa é uma característica da mercadoria-imóvel que será preciso não negligenciar: seu consumo é, em geral, familiar.

(22) Ver HALLYDAY, T. A *retórica das multinacionais: A legitimação das organizações pela palavra*. São Paulo: Summus Editorial. 1987.

(23) Entre outros títulos, em BAUDRILLARD, J. *Sistema dos objetos*. São Paulo: Perspectiva, 1997.

Um automóvel, um bem de uso que também possui preço elevado e representa muito da economia do consumidor poupada a custos, de seu tempo e trabalho, comporta, por isto, uma abordagem de compra diferente dos outros bens de uso ou consumo. Frente a isso, dir-se-ia que o consumidor teria na compra uma decisão mais racional, atentando para aspectos funcionais, práticos, como o espaço interno, a economia de combustível, a segurança, o conforto, etc. Mas sabemos que o automóvel há muito tempo desfila em nossa sociedade como signo de *status*, mensagem, imagem a qual seu comprador quer que se tenha (ele e os outros) de si mesmo. Um carro esportivo, porque sou esportista. Se não o sou, sou ao menos ativo, viril. Assim é o trânsito de automóveis. Um trânsito livre de significantes, no caso.

É que o automóvel se tornou um bem de uso primordialmente individual. A fusão de sua imagem com a personalidade do sujeito que o possui seria muito mais fácil de compreender (com a condição de aceitar-se os labirínticos delírios materialistas do desejo humano). O consumidor escolhe entre um rol muito amplo de ofertas de signos e preços, e mesmo a segurança e o conforto (e até o preço) passam a ser imagens possíveis de representar sua distinção social.

Talvez seja por isso, como podemos ver no caso dos *lofts*²⁴, que os produtos imobiliários destinados a pessoas sozinhas *singles* são os que assumem em sua concepção – tanto em sua arquitetura quanto em sua publicidade – um número amplo de conotações em detrimento das atribuições denotativas.

O que nos interessa (e nos preocupa) é pensar o papel da arquitetura diante dessa nova aliança que se coloca no mercado imobiliário. A linguagem da publicidade, incondicionalmente disposta a metaforizar o consumo do imobiliário, a dar-lhe a chance de ter uma imagem decisiva, começa a trabalhar com a arquitetura em algumas empresas de incorporação imobiliária.

Entre essas duas linguagens, no entanto, há, potencialmente, papéis sociais bem diferentes. Como arte, a arquitetura é *apropriação* do tempo e do espaço. Em seu trato com a materialidade, ela constrói um tempo e um espaço que se dispõem à significação²⁵. Em seu arcabouço técnico e teórico ela dispõe de recursos os quais lhe permitem pensar e construir as dimensões conotativas e denotativas dos desejos e das necessidades humanas com relação ao espaço.

A linguagem publicitária, por sua vez, é a técnica que se dispõe do imaginário como *pressão*²⁶, ou seja, um determinismo a impor o desejo, o tempo e o espaço, de forma estruturada, organizada, codificada.

Se a arquitetura, em um certo momento histórico, dispôs de sua bagagem técnica e teórica para determinar o espaço de convívio, o modo de vida, ela pode ter sido exercida como pressão. Se impôs esse determinismo apoiada nos benefícios de uma produção industrial de massa, tanto mais grave. Se a arquitetura se posicionou na estrutura da incorporação imobiliária e passou a enfeitar (e perfumar) o cotidiano de seus espaços criados em um diálogo com o

(24) Para compreender mais o caso dos *lofts*, ver videodocumentário *Lofts: conceito para morar*. São Paulo: FAUUSP, 2001, com direção de André Costa.

(25) O termo *apropriação* é utilizado por Henri Lefebvre, em *A vida cotidiana no mundo moderno*. Op. cit.

(26) Idem.

imaginário, seguindo à regra os ditames da lógica de consumo, ela, em muitos aspectos, pode ter servido como pressão. Mas a partir do momento em que, com a arquitetura, absorve-se a técnica da linguagem ideológica da publicidade nas incorporadoras, não é somente o fato de os objetivos da arquitetura serem direcionados para atender às leis competitivas do mercado imobiliário, mas também a questão de todo o seu arcabouço prático e imaginário, técnico e teórico, passar a dissolver-se enquanto agrega o da propaganda.

Quanto ao objetivo da arquitetura como arte, em sua tarefa de planejar e construir um espaço, ela comunica imagens, certamente. As imagens que comunica possuem um caráter cognitivo, de apreensão do espaço construído. Quem usufrui o espaço criado pela arquitetura termina por lê-lo e aprendê-lo. Ao acionar as técnicas da publicidade (ou permitir que elas prevaleçam), o espaço construído por ela passa a ter um caráter dominante de representação, comunicação, destinada a exercer-se, principalmente, não no espaço construído, mas no espaço publicitário (mídia, jornais).

Quanto ao processo de criação da arquitetura, pode-se dizer que ela trabalha com a imagem, com a representação do espaço. É a imagem na constituição da forma. Com a forma, o projeto trava uma relação criativa, de determiná-la pela imagem; um esforço no sentido de antecipá-la nas condições espaciais e materiais alheias à prancheta. Alinhado ao projeto de campanha publicitária, o projeto arquitetônico trabalha com a imagem a qual é uma função do mercado: seu esforço guarda mais a regra e a condição de um espaço comunicativo, midiático.

Essa imagem que se objetiva é, portanto, também a imagem da qual se parte no projeto arquitetônico sob essa condição do mercado imobiliário e imagético. Se o conflito (real?) entre *projeto da mercadoria* e *projeto de arquitetura* guardava já restrições apontadas pela crítica preocupada com os destinos da arquitetura, quais novas relações guardariam após o desenvolvimento da mercadoria-imóvel como mercadoria-imóvel-signo? A contradição primeira que pode se levantar nesse termo é a da inércia a que remete o termo “imóvel”, justaposta à circulação do termo “signo”, sua mobilidade, sua volatilidade. Essa característica permite aderir mais livremente não só a um e outro significado, mas o liberta um tanto para aderir a outros solos urbanos. Liberta não só o imóvel, mas também o solo urbano.

Essa imagem com nova acepção, a qual se projeta no interior dos processos de criação da arquitetura, acaba por permear também na designação social da profissão, em sua representação social (em sua imagem social, se quisermos o trocadilho). No contexto da cultura de consumo, dentro a lógica da produção imobiliária, seus arquitetos e profissionais de marketing – funcionários ou terceirizados das empresas de incorporação – desenvolvem o papel de especialistas em uma esfera que, como discutimos anteriormente, é estratégica para o processo de acumulação capitalista: a cultura, intermediadores culturais a

permitirem o acesso da economia aos benefícios (lucros) oriundos da estratégia de estetização da vida cotidiana.

Na verdade, esta, então, faz-se a novidade que se coloca para o projeto arquitetural atuante no mercado imobiliário: não é tão-somente a forma material do imóvel que deve seguir a lógica de aceleração de vendas, mas a referência e o objetivo da materialidade e da simbologia arquitetônica passam a ser o da comunicação, o da publicidade. Porque se fosse para persuadir, a arquitetura já guardaria, em si, esse dom. *“O discurso arquitetônico é persuasivo: parte de premissas adquiridas, coliga-as em argumentos conhecidos e aceitos, e induz a determinado tipo de consenso (vou morar assim porque você me propõe, com base em formas espaciais que se alinham a outras já conhecidas, e porque você me demonstra que, relacionando-as desta maneira, poderei viver ainda mais cômoda e confortavelmente.”*²⁷

E podemos seguir nesse argumento, considerando que o arquiteto produz a necessidade. O objeto que desenha, não somente interpreta as funções a que atende, mas *designa* sua necessidade, fixa-a como tal e impõe um modo de ação. O espaço desenhado – e todo o objeto – comunica sua função e determina-a: divulga costumes, divulga sua linguagem, seu recorte.

Ainda, a arquitetura no dia-a-dia é fruída de forma quase distraída, sem grande absorção, contemplação. O que permite a ela estar carregada de mensagens, sem o destinatário perceber o que está recebendo.

Essas características todas podiam fazer da arquitetura – e não o fizeram? – uma linguagem já bastante adequada para a promoção do consumo, para a adequação às estratégias mercadológicas da incorporação imobiliária. *“Os arquitetos parecem ter estabelecido e dogmatizado um conjunto de significações, mal explicitado como tal e que aparece através de vários vocábulos: ‘função’, ‘forma’ e ‘estrutura’ (...) Elaboram-no não a partir das significações percebidas e vividas por aqueles que habitam, mas a partir do fato de habitar, por eles interpretado. Esse conjunto verbal é discursivo, tendendo para a metalinguagem.”*²⁸

É, portanto, pela práxis que se pode pensar em planejar os espaços do homem. Qualquer outra forma de concepção não imbuída da práxis em seu objetivo e em seu processo, qualquer empreendimento colocado como mediação entre o sujeito e os objetos trata de uma imposição. O que há do processo de transdução na tradição arquitetônica, de verificação e troca com a realidade cotidiana dos espaços criados, todo seu caminho apto à *apropriação* corre o risco de ser assimilado pela publicidade imobiliária e utilizado como retórica. Isso representaria o fim de qualquer possibilidade inventiva e de proposição.

No mercado imobiliário, a atribuição artística do arquiteto converteu-se na figura do “arquiteto-decorador”: uma estrela, uma grife absorve os termos e o *status* atribuídos à “criação”, à inventividade; apropria-se de conceitos tais como *qualidade de vida*, *conforto* – para não falar dos mais explícitos como “sofisticação” – e busca seu reconhecimento social pelo reconhecimento do

(27) Conferir para essa discussão ECO, Umberto. *A estrutura ausente*. São Paulo: Perspectiva, 1997. p. 224-226.

(28) LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991. p. 66.

mercado. A volatilidade que se pode atribuir à criação artística incorporou e justificou o desprendimento prático, transformador, atuante, o qual poderia partir da esfera do real – e objetivá-la. É a criação exclusiva da imagem para circular por entre a esfera do mercado.

CONCLUSÃO

Buscamos desenvolver considerações a respeito de como a dimensão cultural possui relevância na reprodução do capital no setor imobiliário. Examinar o significado dos atributos dos produtos imobiliários envolve lidar com a formação e inserção desses valores de uso no imaginário social. Porém, como atentamos anteriormente no começo deste artigo, é preciso evitar que o campo objetual seja reduzido a um sistema de signos puros. Há nos objetos, em geral, e em sua inserção social características a operarem mais no nível denotativo que no conotativo, tornando-se ainda mais relevantes quando as colocamos diante das especificidades da mercadoria-imóvel. Não se pode cair no vício da análise do nível interpretativo de uma habitação, sem que se continue considerando tanto o contexto de produção dessa mercadoria quanto sua funcionalidade primeira, isto é, o abrigo localizado não só simbolicamente, mas, fisicamente, dentro de um contexto material e de condições materiais.

Nesse sentido podemos dizer que até aqui chegamos a dois pontos importantes os quais devem ser abordados com atenção, mas que não pudemos esgotar neste texto:

1) A necessidade de conhecer-se a lógica economicista do setor em que estamos analisando a inserção da propaganda: o da produção imobiliária por incorporação. Para tanto, será preciso desenvolver a identificação dos agentes a interagirem nesse processo, e determo-nos no entendimento de alguns aspectos do agente incorporador, de suas operações e de suas estratégias;

2) a possibilidade da existência de novos especialistas da cultura, “intermediadores culturais” dentro dessa economia específica, sobrepondo-se (substituindo?) ao arquiteto, a quem usualmente era atribuído esse papel na lógica do incorporador. Para tanto deverão ser verificadas as transformações que se referem à produção de bens simbólicos no âmbito da produção imobiliária por incorporação. E com este intuito também será preciso compreender as formas de inserção dos instrumentos desses novos intermediadores culturais – os profissionais de marketing.

O avanço nessas duas discussões está presente na dissertação de mestrado (COSTA, 2003). Mas, no presente texto, se alinhamos arquitetura à publicidade por meio de sua produção de imagens e diferenciais criados para o produto imobiliário, foi para demonstrar que a propaganda imobiliária, seu discurso verbal e imagético, sua sintaxe não pode ser analisada separadamente à lógica da

produção por incorporação. Tanto a arquitetura quanto a propaganda são pelos interesses da incorporação imobiliária apropriadas e constituem parte de seus recursos na diferenciação de sua mercadoria.

Para o mercado imobiliário, diferenciar a mercadoria significa diferenciar a localização, a arquitetura, a construção e os bens simbólicos, todos componentes do que se compra como mercadoria-imóvel. A propaganda caracteriza socialmente tanto o lugar (localização) como todos os demais atributos materiais e simbólicos. Assim, ela se posiciona como mediadora da concepção e desenvolvimento desses diferenciais, significando uma transformação cultural, social e material da mercadoria-imóvel e da arquitetura.

Dentre os pontos que buscamos esclarecer, portanto, está o fato de não ser como uma fase de ascensão do imperativo da publicidade em setores significativos do ramo imobiliário que se pode explicar tais transformações. Colocaríamos melhor a questão, se entendêssemos que se vive na produção imobiliária por incorporação à ascensão de um imperativo muito mais próprio do que aquele a reger o mercado das demais mercadorias. Imperativo esse que tem na publicidade sua linguagem mais lapidada.

Assim, quando pensamos arquitetura e publicidade servindo no contexto de determinadas lógicas produtivas e de mercado – o da incorporação imobiliária –, o papel de produtora de mercadorias para o mercado imobiliário torna a arquitetura companheira da publicidade: ambas compartilham o objetivo comum da construção desse produto imobiliário o qual, como vimos, é hoje uma cesta de bens que faz dos bens simbólicos, das imagens, seus principais atributos distintivos e, portanto, competitivos.

Mas o que há de peculiarmente novo nessa parceria não é só a possibilidade de um *objetivo* comum entre ambas, qual seja, o de produzir a *mercadoria* para o *mercado*, buscando sua forma mais elaborada – a imagem e a linguagem publicitária. Vejamos.

Jameson (1996, p. 145) ainda comenta que, para Gilles Deleuze, “*o cinema é um modo de pensar, ou seja, é também uma maneira de fazer filosofia, mas em termos puramente cinematográficos: seu filosofar concreto não tem nada a ver com a maneira pela qual um ou outro filme possa ilustrar um conceito filosófico, e isso exatamente porque os conceitos filosóficos do cinema são conceitos fílmicos, não conceitos ideativos ou lingüísticos*”. (grifo do autor)

Essa reflexão nos serve, pois, se apontamos a característica de comunicação de massa que detém a arquitetura, vale aqui pontuarmos algumas ressalvas no momento em que colocamos a mesma, novamente, frente a frente com a publicidade e comparamos não mais seus objetivos – os quais, como vimos, podem bem ser comuns, afinados –, mas comparamos seu “*filosofar concreto*”, a materialidade com que lidam, em seus processos criativos e de desenvolvimento de *linguagem*. Se a arquitetura como prática e teoria é uma forma de pensar o

espaço em termos cognitivos e propor conceitos espaciais para o pensamento e a vida do homem, à medida que ela absorve a *linguagem* exclusiva da mercadoria e sua forma final (a imagem publicitária), passa a elaborar não mais um conceito espacial ou uma linguagem espacial: ela passa a pensar em termos de uma linguagem publicitária.

A arquitetura que tem trabalhado para o mercado imobiliário é ainda arquitetura, mesmo com objetivos comerciais, apropriada aos fins publicitários, mesmo compartilhando com a propaganda seus *objetivos* no âmbito de uma produção para o mercado. Mas quando o projeto arquitetural incorpora a *linguagem* e as questões formais da publicidade, ainda o será?

Aqui, sim, a arquitetura deixaria de sê-lo? Seus objetivos são e sempre foram condicionados ao momento histórico e com ele puderam se alterar de acordo com o tempo, o lugar, tal como sempre foram inconformados e mutáveis os objetivos da arte. Mas, se a arquitetura passa a não mais conceituar espacialmente para conceituar em termos de imagem e *slogans* propagandistas, ela não deixaria de ser, definitivamente, arquitetura?

Com base nessa absorção do pensamento e da linguagem publicitária, pode-se explicar a presença de alguns nomes de arquitetos destacados como grifes nos anúncios imobiliários. Suas assinaturas garantem um diferencial relevante ao produto. E quando se legitima um diferencial pela assinatura de uma grife, esta não precisa mais ser necessariamente arquitetônica. Um decorador, desde que de renome, pode passar a representar a “assinatura do edifício”. E, se um decorador pode, alguns figurinistas, estrelas da moda do vestuário também podem, como nos atestam, recentemente, alguns anúncios imobiliários amplamente divulgados.

Esse fato seria explicado não por uma aterrissagem assombrosa da publicidade sobre o campo da arquitetura, mas por um desenvolvimento próprio da mercadoria-imóvel e do mercado imobiliário no qual o projeto arquitetural atua. Entender essa evolução da mercantilização e da lógica de produção mostra-se promissor e ainda absolutamente necessário para qualquer futura investigação sobre relações entre publicidade e arquitetura no mercado imobiliário. Como se mostra próspero também o estudo da evolução histórica da linguagem da publicidade imobiliária, a linguagem da mercadoria imobiliária “elevada à mais alta elaboração”²⁹. E também uma abordagem semiótica da publicidade imobiliária e sua economia lingüística com a arquitetura, entendendo a língua e a fala na oferta de imóveis, esses produtos concebidos por equipes multidisciplinares envolvidas com o compromisso da comunicação do produto para a conquista do consumidor em um mercado competitivo.

Na consideração conjunta dessas duas dinâmicas, o mercado da produção imobiliária e a linguagem publicitária, é que podemos avançar no entendimento crítico sobre esses caminhos apresentados para a arquitetura.

(29) LEFEBVRE, op. cit.

BIBLIOGRAFIA

- ARANTES, Otilia. *O lugar da arquitetura depois dos modernos*. 2 ed. São Paulo: Edusp, 1995.
- _____. *Urbanismo em fim de linha*. São Paulo: Edusp, 1998.
- BAUDRILLARD, J. *O sistema dos objetos*. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- COSTA, André. *A arquitetura da imagem e a imagem da arquitetura: Uma investigação sobre a construção dos discursos na produção do espaço urbano*. 2003. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- ECO, U. *A estrutura ausente*. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- _____. *As formas do conteúdo*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- FEATHERSTONE, Mike. *O desmanche da cultura: Globalização, pós-modernismo e identidade*. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 1997.
- _____. *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo: Studio Nobel, 1995.
- GOTTDIENER, M. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1993.
- _____. *Postmodern semiotics: Material culture and the forms of postmodernism life*. Massachusetts: Blackweel, 1995.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. 6 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- JAMESON, F. *Pós-modernismo: A lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996.
- _____. *A cultura do dinheiro*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.
- _____. *A Vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.
- _____. *Le matérialisme dialectique*. Paris: Press Universitaire de France, 1957.
- SOUZA, Maria Adelia A. de. *A identidade da metrópole*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1994.
- ZUKIN, Sharon. *The cultures of the cities*. Nova York: Blackwell Publishers, 1995.

PALAVRAS-CHAVE (KEY WORDS)

Marketing imobiliário, arquitetura, representação, imagem, propaganda imobiliária, incorporação imobiliária, publicidade.

Real-estate marketing, architecture, representation, image, real-estate advertising, real-estate development, advertising.

André Costa

Graduado em cinema, mestre em arquitetura e urbanismo pela FAUUSP.

scripção da J.

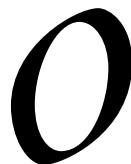
re. S. João em op. em de fundendo a barra daquella banda por onde se podem entrar
em forma de bu. S. J. 58 braças e meia de de palmos por braça. Tem fuso
muy pouco para Di.

YI VIXI M VTC

Ar 50
realin
das sev
a de poz
canalizo de unbr
i. axe opmto N. 2.
re. Honra, Sua pta. sc.
Tinas libras e meia a

re. fivel de rocha viva
& faz a pmoa.:

Tomás Antonio Moreira
Elza Helena Camargo do Canto e Castro



LHAR SOBRE AS
CIDADES AMERICANAS e
EUROPÉIAS A PARTIR DE
LÉVI-STRAUSS

098

pós-

RESUMO

Este trabalho é resultado de uma pesquisa sobre a percepção das cidades européias e americanas a partir de uma análise de Lévi-Strauss: o declínio e o progresso dessas cidades. Para a compreensão de sua afirmação foram focados: o ritmo de crescimento da população urbana, a relação entre a urbanização e a industrialização, a dinâmica de centros urbanos e o crescimento de periferias.

ABSTRACT

This work is the result of research on the perception Lévi-Strauss had of european and american cities. He analysed both the decline and the progress of these cities. To better understand his assertion, this study focused the pace of growth of the urban population, the relations between urbanization and industrialization, the dynamics of urban centers as well as the growth of the outlying areas of these cities.

“... Para as cidades européias, a passagem dos séculos constitui um progresso; para as americanas, a passagem dos anos é um declínio.”

Claude Lévi-Strauss, *Tristes tropiques*

(1) “Un esprit malicieux a défini l’Amérique comme un pays qui a passé de la barbarie à la décadence sans connaître la civilisation. On pourrait, avec plus de justesse, appliquer la formule aux villes du Nouveau Monde: elles vont de la fraîcheur à la décrépitude sans s’arrêter à l’ancienneté. [...] Dans les villes du Nouveau Monde, que ce soit New York, Chicago ou São Paulo qu’on lui a souvent comparée, ce n’est pas le manque de vestiges qui me frappe: cette absence est un élément de leur signification. [...] Pour les villes européennes, le passage des siècles constitue une promotion; pour les américaines, celui des années est une déchéance. Car elles ne sont pas seulement fraîchement construites: elles sont construites pour se renouveler avec la même rapidité qu’elles furent bâties, c’est-à-dire mal.” (Claude Lévi-STRAUSS, *Tristes tropiques*, Plon, 1971, p. 106-107)

(2) Octavio Paz, questionando os tipos de decadências, declarou: “Verlaine e Montezuma, Louis XV e Góngora, Boabdil e Gustave Moreau foram chamados de decadentes por razões diversas e opostas.” (PAZ, 1985, p. 37)

Pretende-se, neste estudo, questionar as diferenças, delineadas por Lévi-Strauss, entre as dinâmicas socioeconômicas e dos ciclos de vida das cidades americanas e européias. Em seu livro, *Tristes trópicos*, ele apresenta: “Um espírito malicioso definiu a América como um país que passou da barbárie à decadência sem conhecer a civilização. Poder-se-ia, com maior precisão, aplicar uma fórmula às cidades no Novo Mundo: elas vão do frescor à decrepitude sem parar na antiguidade. [...] Nas cidades do Novo Mundo, seja Nova Iorque, Chicago ou São Paulo, freqüentemente comparadas, não é a falta de vestígios que assusta: esta ausência é um elemento de sua significação. [...] Para as cidades européias, a passagem dos séculos constitui um progresso; para as americanas, a passagem dos anos é um declínio. Elas não são apenas recentemente construídas: elas são construídas para se renovar com a mesma rapidez que elas foram edificadas, isto não é bom.”¹ (*Tristes tropiques*, Plon, 1971, p. 106-107)

Embora suas colocações tenham sido baseadas nas diferenças temporais entre essas cidades, algumas considerações devem ser feitas a esse respeito, em especial quanto à caracterização do declínio das cidades americanas e progresso ou ascensão das européias.

Deve-se considerar que, ao utilizar a palavra declínio², Lévi-Strauss exagera na definição do estado atual das cidades americanas. Lévi-Strauss, quando utiliza esse termo, descreve parcialmente a situação dessas cidades e excede-se ao utilizá-lo para fazer referência ao fim de uma cidade ou de uma civilização. Esse termo é apropriado para classificar cidades que possuem ciclos de mudança mais curtos e processos diferenciados de formação, comparativamente, às cidades européias. Esse raciocínio conduz às seguintes indagações:

1. Como falar em declínio diante de uma realidade de rápida transformação?
2. As cidades americanas não seriam, sobretudo, a representação de uma época crepuscular do que de declínio, cujo maior predicado se evidenciaria pelo rápido crescimento dessas cidades?

Esse rápido crescimento provocou uma condensação das etapas que consolidaram a cultura americana, deixando-a mais receptiva à modernidade e menos enraizada às tradições. As cidades européias, resultantes de ciclos mais lentos de transformações, são muito mais enraizadas às tradições e tornam-se seletivas em relação às mudanças ocasionadas pela modernidade.

(3) Sobre esse paradoxo, Octavio Paz afirma, atualmente: *“a anomalia histórica parou e os Estados Unidos entram na normalidade. Eles podem se reconhecer sem se envergonhar entre os grandes impérios do passado. Eles encontraram a mortalidade: eles possuem uma história.”* (PAZ, 1985, p. 35-36)

As cidades européias e americanas não possuem a mesma formação temporal nem tiveram a mesma composição de ciclos de vida. Conforme Lévi-Strauss, as primeiras são *“les villes des traditions”*, cidades de acumulação de anos de história. As americanas são *“les villes du commencement”*, cidades que não perpetuam a tradição, mas consagraram um novo tempo a partir de seu rápido crescimento. A idéia de estabelecer um novo período, abstraindo o passado, repete-se sem cessar ao longo da história americana. Cada um de seus episódios se definiu não em relação ao passado, mas, preferencialmente, ao futuro. O caso dos Estados Unidos é o exemplo mais relevante. Eles se caracterizaram por progredir pela *“de la tradition d’être nouveau”*, da tradição de serem novos, fazendo alusão a um constante nascimento de um mundo novo, bem como de uma nova civilização. Contudo, nos bastidores desse cenário se esconde a própria contradição desse país: os Estados Unidos, ao ignorar as tradições, ao propor um mundo novo, paradoxalmente, cultuam a própria história³.

Quando Lévi-Strauss diz que a América não conhece a civilização, considera-se que essa afirmação não reconhece que a América seja o resultado de 4.000 anos de história européia, e, ao mesmo tempo, o reconhecimento da civilização ocidental a partir das primeiras civilizações do continente americano, maya, asteca ou inca.

Conforme propõe Lévi-Strauss, pode-se afirmar que a passagem dos séculos representou um declínio para as cidades americanas e um progresso para as cidades européias? Ou ainda: o progresso das cidades americanas não se diferencia do encontrado nas cidades européias? Não existiriam progressos e declínios em ambos os casos, considerando as características e dinâmicas próprias?

As diferenças das dinâmicas entre cidades européias e americanas podem ser observadas por meio de quatro pontos que fazem parte da análise a seguir:

1. O ritmo de crescimento da população urbana;
2. a relação entre urbanização e industrialização;
3. a dinâmica do centro urbano;
4. o processo de formação da periferia.

O RITMO DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA

A Europa e a América apresentam ritmos diferentes de crescimento de população urbana. O velho continente passou por transições demográficas de maneira menos acentuada que na América, verificadas nas taxas de: mortalidade, natalidade, imigração e emigração (BAIROCH, 1985; PINOL, 1991). No caso americano encontra-se ritmo de crescimento diferente: em especial um rápido crescimento na parte central e sul do continente.

O resultado da relação entre a população urbana e rural na Europa e na América influenciou os processos de desenvolvimento de suas cidades e acentuou as diferenças entre elas. A divisão da população urbana, assim como suas respectivas dimensões, definem as diferenças entre suas dinâmicas. Na Europa, a população urbana se distribui mais uniformemente sobre o território, mesmo sabendo da existência de um maior desenvolvimento urbano da Inglaterra à Itália, seguindo o vale do rio Rhin. Na América a distribuição da população urbana se deu de maneira mais concentrada nas metrópoles. Exemplo disso é a planície litorânea atlântica na América do Norte, um dos espaços de maior concentração de população urbana. As grandes cidades, tanto na América do Norte como na do Sul, são também caracterizadas por uma forte concentração populacional (PINOL, 1991; MONNET, 1996; SABBAN, 1996).

Além do fator descrito acima, as transformações econômicas são também elementos importantes a serem observados. As revoluções industrial e agrícola são fenômenos que contribuíram para modificar a vida das cidades. O crescimento da população urbana, provocado pelo aumento da produção alimentar, resultante da revolução agrícola, contribuiu, conjuntamente à Revolução Industrial, ao processo acelerado da urbanização (DAVIS, 1965; BAIROCH, 1985).

A RELAÇÃO ENTRE URBANIZAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO

A relação entre urbanização e industrialização apresenta características diferentes na Europa e na América, em especial pelos diferentes níveis de urbanização. Em um primeiro momento, esses continentes apresentavam processos semelhantes de urbanização; somente após a Revolução Industrial eles se alteraram.

A urbanização contribuiu ao início da Revolução Industrial (LEFEBVRE, 1974; BAIROCH, 1985), a qual transformou profundamente a amplitude e a forma da urbanização. Antes que a Revolução Industrial causasse nos países desenvolvidos, tanto na Europa como na América do Norte, um processo de urbanização acelerado, os futuros países em via de desenvolvimento possuíam nível de urbanização parecido com o da Europa (BAIROCH, 1985). Somente após essa revolução, os níveis de urbanização dos países desenvolvidos da Europa e da América cresceram mais do que os dos países em desenvolvimento.

Nos países desenvolvidos a urbanização do século 19 teve como foco o crescimento da produtividade agrícola e um forte processo de industrialização, enquanto nos países em desenvolvimento a urbanização foi caracterizada como sendo sem excedente agrícola e industrialização (LEFEBVRE, 1974; BAIROCH, 1985).

A urbanização não pode ser caracterizada unicamente como a transferência demográfica da população da zona rural à urbana, mas deve ser

identificada por novas condições, valores e necessidades da sociedade (HOHENBERG, 1992).

Da mesma forma que as mudanças demográficas, as diferentes características socioeconômicas transformam a percepção da urbanização, como analisado por diferentes correntes de pensamento. Os teóricos clássicos – Marx, Weber e Durkheim –, consagrando suas análises sobre a urbanização, a partir da implicação de forças sociais e suas transformações (ABRAMS, 1978; CLAVAL, 1992), deram ênfase aos seguintes fatores: as lutas sociais, as organizações sociais e a divisão social do trabalho. Eles procuraram, tendo como pressupostos esses fatores, especificar as dinâmicas socioeconômicas próprias a cada sociedade (WEBER, 1921; MARTINDALE, 1966; KATZNELSON, 1992). Os culturalistas – Simmel, Tonnies e Spengler –, considerando os tipos e condutas das organizações sociais, identificaram as dinâmicas sociais atribuídas às diferentes sociedades para caracterizar a urbanização (SIMMEL, 1903). Os teóricos da Escola de Chicago – Park, Wirth e Burgess –, valorizando as relações sociais partindo do contexto dos Estados Unidos, interpretaram as formações territoriais como as expressões derivadas dos processos das relações sociais urbanas associadas às forças econômicas de cada sociedade e aos ritmos do crescimento urbano (BURGESS, 1925; PARK et WIRTH, 1926). Os teóricos da Escola Francesa de Sociologia Urbana – Lefebvre e Castells –, considerando mais que o caráter social do espaço urbano, identificaram o valor desse espaço como suporte e componente das transformações sociais (LEFEBVRE, 1970). Segundo Castells, a urbanização pode ser considerada como um processo da organização e do desenvolvimento do espaço engendrado pelas relações entre forças produtivas, classes sociais e formas culturais (CASTELLS, 1988). Para esses teóricos o fenômeno da urbanização se refere, portanto, ao estabelecimento das formas espaciais específicas das sociedades, como a existência e a difusão das dinâmicas socioeconômicas e culturais particulares. Pode-se, então, compreender a estrutura específica das cidades européias e americanas enquanto resultado das dinâmicas históricas das sociedades respectivas e também enquanto combinação particular dos elementos de suas estruturas sociais e econômicas.

Em um panorama mais recente, outras linhas teóricas fazem referência à urbanização. Os teóricos da Escola da Regulação, estudando as mudanças econômicas urbanas, consagraram suas interpretações sobre os novos modos de regulação e os regimes de acumulação, e sobre os mecanismos de distribuição e localização do produto social para melhor compreender as transformações atuais das sociedades (FILION, 1993). A análise dessas mudanças foi desenvolvida a partir da pesquisa sobre as inovações tecnológicas (ASCHER, 1995), o desenvolvimento econômico financeiro (SASSEN, 1996), as inovações organizacionais e as estruturas institucionais (BILLAUDOT, 1995; VILLEVAL, 1995), assim como as relações de força na sociedade (REMY et VOYÉ, 1992). Todos esses são fatores inerentes aos tipos de urbanização.

Com a análise sobre esse fenômeno, as diferentes correntes de pensamento destacaram as dinâmicas sociais, econômicas, culturais e políticas próprias tanto à sociedade européia quanto à americana.

A DINÂMICA DO CENTRO URBANO

As cidades européias e as cidades americanas apresentam diferenças quanto à estrutura urbana da área central. No caso europeu, incidiu uma forte concentração das funções administrativas, comerciais e de serviço no centro da cidade. Processo ocorrido por um período muito mais curto nas cidades americanas do que nas européias.

No interior das cidades norte-americanas se verificam diferenças entre as estruturas urbanas centrais. As cidades da América do Norte sofreram mais transformações em seu centro que as da América Central e do Sul. Essa diferença pode ser explicada segundo:

- Os diferentes processos de desenvolvimento social, econômico e político;
- as escolhas de localização de atividades ou grupos de atividades⁴ de produção e consumo;
- as concorrências espaciais;
- a influência da estrutura espacial na organização de atividades;
- a escolha da localização de classes sociais;
- as transformações e valorizações das redes de transporte (CLAVAL, 1968; DURAND-LASSERVE, 1986; TELLIER, 1993);
- as formas de colonização no interior do continente (MARX, 1991).

Ao contrário das estruturas urbanas centrais européias, os centros das cidades americanas não se confinam geograficamente, pois grande parte de suas atividades econômicas foi expandida para além da área central (ASCHER, 1995).

A estabilidade das áreas centrais européias sempre ocorreu, apesar da instabilidade de suas configurações territoriais, resultantes históricas de modificações políticas e administrativas (HOHENBERG, 1992; BENEVOLO, 1993). Isso se verifica porque as cidades européias tiveram seus centros, constantemente, reinvestidos dentro do mesmo tecido urbano (BRAUDEL, 1979). Observação válida também para as cidades americanas, mas estas apresentaram outros resultados.

Pode-se observar a expansão geográfica dos centros americanos, mas sua adequação, em face de seu crescimento, é mais perceptível no caso sul-americano e, mais notadamente, nas grandes cidades dessa parte do continente. Tanto na Europa como na América do Sul importantes funções desenvolvidas nas áreas centrais deslocaram-se sem suscitar forte impacto de expansão, como o verificado nas cidades norte-americanas.

Além dessa análise sobre o contraste entre os centros, deve-se ter em conta os processos de formação de suas periferias.

(4) Atividades relacionadas ao comércio de atacado, bancos, estabelecimentos de créditos, empresas financeiras, editoras, rádio e televisão, administrações públicas, hospitais, instituições de ensino, indústria e atividades de lazer, entre outros.

O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA PERIFERIA

A formação da periferia é um fenômeno comum nas estruturas urbanas na Europa e nas Américas. Essas formações evoluíram, estabelecendo processos de desenvolvimento diferentes. A periferia é um fenômeno antigo. Para Ebner, ela é originária da Idade Média européia (EBNER, 1997) e, segundo Munford, é precedente de períodos anteriores à Idade Média. Para ele, grupos de pessoas já se estabeleciam em zonas periféricas, fora de muros das cidades, na época helênica. Afirma ainda que vestígios da formação de áreas periféricas podem ser encontrados nas pinturas egípcias (MUNFORD, 1978).

É a partir do fim do século 18 e início do 19 que um novo êxodo de pessoas em direção a espaços distantes das cidades apareceu com maior intensidade. Como exemplo, o fato ocorrido nas proximidades de Londres, quando um conjunto de caminhos, pontes e sistemas rudimentares de transporte favoreceu o estabelecimento de pequenas comunidades inglesas. Ebner e Munford entendem que a formação da periferia moderna é, portanto, reflexo desses períodos anteriores.

O crescimento das periferias provocou modificações significativas tanto no contexto social das cidades como na ordem espacial, e isso ocorreu diferentemente na Europa e nas Américas. O desenvolvimento das periferias pode ser observado pelos seguintes fatores:

- O desenvolvimento dos sistemas de transporte;
- a localização da população;
- os investimentos públicos e privados;
- a evolução da localização das funções de produção e consumo.

Esses fatores se desenvolveram de maneira distinta e em períodos específicos nas cidades, criando impactos diversos e influenciando, diferentemente, o desenvolvimento das periferias de cada um dos continentes.

O estabelecimento das periferias esteve relacionado ao progresso dos meios de transporte, os quais provocaram e acentuaram a orientação dos modos de inserção e localização da população urbana (CERDA, 1867; MEURIOT, 1919; ASCHER, 1995). O desenvolvimento dos sistemas de transporte: cavalos, trens a vapor e automóveis, teve um papel fundamental no processo de formação das periferias. A implantação desses sistemas e das infra-estruturas nas cidades está diretamente relacionada ao desenvolvimento. Ambos geraram diferentes níveis de formação de periferias e evoluíram de maneira semelhante, em um mesmo período na Europa e na América do Norte. Contudo, de forma diversa, esses sistemas evoluíram de maneira diferente na América Central e do Sul, produzindo outras condições e criando outros impactos na formação das periferias. Esses elementos contribuíram, na Europa e na América do Norte, para a formação de periferias destinadas às classes média e alta⁵, enquanto na América Central e do Sul favoreceram o estabelecimento de periferias destinadas a classes sociais mais

(5) O termo subúrbio (*suburbs*) é comumente utilizado na América do Norte para designar essas periferias.

baixas. Isso permite a visualização de duas estruturas espaciais de periferias, distintas com relação às classes sociais.

Na América Central e do Sul se estabelecem periferias semelhantes às da América do Norte e Europa. Contudo, esses processos não se desenvolvem da mesma maneira, nem apresentam o mesmo resultado. Desses processos decorre uma outra configuração urbana e de desenvolvimento de periferias.

Em um primeiro momento, as condições para o desenvolvimento das periferias permitiram a formação de cidades dormitório, que se transformam, em seguida, em periferias com serviços de consumo. Essa evolução tornou as periferias cada vez mais independentes das cidades originárias. Esse modelo sempre foi desenvolvido nas grandes cidades dos países em desenvolvimento da América. Pode-se identificá-los como um modelo de periferia da Apartheid Urbana (SAMPAIO, 1995) ou de guetificação sociocultural (MULLER, 1986), em que a segregação social é definida em relação ao conjunto da estrutura urbana. Esse modelo de periferia é o reflexo das dinâmicas econômicas e sociais próprias de cada país.

A diferença entre a formação das periferias na Europa e na América é constatada segundo a localização das classes sociais. Na Europa há uma forte concentração das classes média e alta na área central, como também na América Central e do Sul. Em oposição, na América do Norte essas mesmas classes se localizam no exterior do perímetro central (MORICONI-ÉBRARD et PUMAIN, 1996).

A diferença dos processos de formação de periferias é identificada entre os valores das culturas anglo-americana, latino-americana e européia (FISHMAN, 1987). As dinâmicas de localização das classes sociais são influenciadas por sistemas de regulamentação fundiária, transformações de conjuntos habitacionais, preços de locação e equipamentos públicos. As formas de divisão social que se reproduzem no espaço não são, unicamente, o resultado de um processo de localização de classes sociais no espaço urbano, mas o resultado de sistemas de investimentos públicos e privados. A formação de periferias é, geralmente, induzida pelo setor privado; entretanto, constatou-se que nos EUA o investimento público favoreceu a formação das mesmas. Nesse país, a periferia se submeteu a um processo particular de desenvolvimento, configurando a uma estrutura de periferias bem específica.

A dinâmica da formação de periferias nos EUA cresceu após a Segunda Guerra Mundial e modificou a estrutura geográfica das cidades, ocorrendo com maior visibilidade do que nas cidades européias ou outros países americanos. Observa-se que 44% da população norte-americana vivia, em 1990, em periferias (MULLER, 1986). O aumento do número de periferias nos EUA, resultante da desconcentração metropolitana de empresas, estabelecimentos públicos, indústrias e de serviços especializados (FISHMAN, 1987) constitui um papel importante para a compreensão moderna das transformações espaciais urbanas.

Isto porque demonstra o impacto das dinâmicas socioeconômicas, culturais e políticas que se produzem atualmente no espaço.

As periferias norte-americanas passaram por transformações importantes em suas composições: do *status* de cidades dormitórios à condição de periferia: a abrigar vários tipos de atividades, tornando-se cada vez mais autônomas, social e economicamente, de suas cidades originárias, como coloca Garreau a respeito das *edges cities* (GARREAU, 1994). Sobre esse assunto Ascher considera que as periferias se tornaram uma entidade em si, mas não totalmente independentes da estrutura urbana original, seja na escala da metrópole seja da metápole (ASCHER, 1995). Na mesma orientação, mas com alguma divergência, Fishman se refere às periferias atuais como entidades autônomas, as *technoburbs*, considerando-as como pólos importantes nas novas dimensões urbanas (FISHMAN, 1987). Essa estrutura polinuclear de cidade é também mencionada por Gottdiener para a compreensão das novas funções da estruturas urbanas (GOTTDIENER, 1993).

CONCLUSÃO

O desenvolvimento desses quatro temas permitiu constatar que as diferenças das cidades européias e americanas não definem progressos ou declínios específicos, conforme apresentou Lévi-Strauss. Como verificado nos temas, cada cidade apresenta uma especificidade própria e é resultante de suas manifestações históricas. Isso endossa a idéia que processos semelhantes e até mesmo paralelos entre essas cidades conduzem a resultados diferentes. Estes modelam a *performance* ou declínio ou progressos das cidades. Dessa forma, a passagem dos séculos não representa um declínio para as cidades americanas nem um progresso das cidades européias. Essa passagem contribuiu para definir o estado atual das cidades da Europa e das Américas, estabelecendo diferentes atuações territoriais.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMS, Philip. Towns and economic growth: Some theories and problems. In: ABRAMS, Philip; WRIGLEY E. A. (Dir.). *Towns in societies: Essays in economic history and historical sociology*. Londres: Cambridge University Press, 1978.

BAIROCH, Paul. *De Jérico à Mexico. Villes et économie dans l'histoire*. Paris: Gallimard, 1985. 708 p. (Collection Arcades).

BENEVOLO, Leonardo. La formation d'un nouveau système urbain. In: *La ville dans l'histoire européenne*. Paris: Seuil, 1993.

BILLAUDOUT, Bernard. Formes institutionnelles et macro-économie. In: BOYER, Robert; SAILLARD, Yves, (Dir.). *Théorie de la régulation. L'état de savoirs*. Paris: La Découverte, 1995.

- BRAUDEL, Fernand. Les villes. *Civilisation matérielle, économique et capitalisme XVIe-XVIIIe siècles. Tome 1, Les structures du quotidien: le possible et l'impossible*. Paris: Colin, 1979.
- BURGESS, Ernest W. The growth of the city: An introduction to a research project. In: LE GATES, Richard T.; STOUT, Frederic. *The city reader*. Nova York: Routledge, 1996.
- CASTELLS, Manuel. *La cuestión urbana*. México: Siglo XXI, 1988. 517 p.
- CLAVAL, Paul. La théorie des villes. In: RONCAYOLO, Marcel; PAQUOT, Thierry (Dir.). *Villes et civilisation urbaine, XVIIIe-XXe siècle*. Paris: Larousse, 1992.
- DAVIS, Kingley. The urbanization of the human population. In: LE GATES, Richard T.; STOUT, Frederic. *The city reader*. Nova York: Routledge, 1996.
- EBNER, Michel. American cities, suburbs, and the dual metropolis. (Bibliog. essay). *H-Urban*, 1997.
- FILION, Pierre. *Urbanisation et transition économique: du fordisme à l'après-fordisme*. Ontario: Université de Waterloo, 1993. 33 p.
- FISHMAN, Robert. Beyond suburbia: The rise and fall of the technoburb. In: FISHMAN, Robert. *Bourgeois Utopias: The rise and fall of suburbia*. Nova York: Basic Books, 1987.
- GARREAU, Joel. Edge cities in profile, *American Demographics*, v. 16, n. 2, p. 24-33, 1994.
- GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1993. 310 p.
- HOHENBERG, Paul. L'industrialisation et les villes. In: HOHENBERG, Paul M.; LESS, Lynn Hollen. *La formation de l'Europe urbaine, 1000-1950*. Paris: Presses Universitaires de France, 1992.
- KATZNELSON, Ira. Marxism and the city. *Marxism and the city*. Nova York: Clarendon Press, 1992.
- LEFEBVRE, Henri. Industrialisation et urbanisation. In: RONCAYOLO, Marcel; PAQUOT, Thierry (Dir.). *Villes et civilisation urbaine, XVIIIe-XXe siècle*. Paris: Larousse, 1974.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes tropiques*. Paris: Plon, 1971.
- MARTINDALE, Don. Prefatory remarks: The theory of the city. In: WEBER, Max. *The city*. Nova York: The Free Press, 1996.
- MARX, Murilo. *Cidade no Brasil, terra de quem?* São Paulo: Nobel, 1991. 142 p.
- MEURIOT, Paul. Du concept de ville d'autrefois et aujourd'hui. In: RONCAYOLO, Marcel; PAQUOT, Thierry (Dir.). *Villes et civilisation urbaine, XVIIIe-XXe siècle*. Paris: Larousse, 1992.
- MONNET, Jérôme. L'Amérique Latine. In: PAQUOT, Thierry (Dir.). *Le monde des villes. Panorama urbain de la planète*. Bruxelles: Complexe, 1996.
- MORICONI-ÉBRARD, François; PUMAIN, Denise. L'Europe. In: PAQUOT, Thierry (Dir.). *Le monde des villes. Panorama urbain de la planète*. Bruxelles: Complexe, 1996.
- MULLER, Peter Oskar. L'urbanisation des banlieues ou la banlieue américaine aujourd'hui. In: RONCAYOLO, Marcel; PAQUOT, Thierry (Dir.). *Villes et civilisation urbaine, XVIIIe-XXe siècle*. Paris: Larousse, 1992.
- MUNFORD, Lewis. O subúrbio e depois. *A cidade na história. Suas origens, suas transformações, suas perspectivas*. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- PARK, Robert; WIRTH, Louis. L'École de Chicago et la ville. In: RONCAYOLO, Marcel; PAQUOT, Thierry (Dir.). *Villes et civilisation urbaine, XVIIIe-XXe siècle*. Paris: Larousse, 1992.
- PAZ, Octavio. États-Unis: la démocratie impériale. *Une planète et quatre ou cinq mondes. Réflexions sur l'histoire contemporaine*. Paris: Gallimard, 1985.
- PINOL, Jean-Luc. *Le monde des villes au XIXe siècle*. Paris: Hachette, 1991. 230 p.
- REMY, Jean; VOYÉ, Liliane. *La ville: vers une nouvelle définition*. Paris: L'Harmattan, 1992. 173 p.
- SAMPAIO, Plinio de Arruda. L'apartheid urbain dans les grandes villes. *Le Monde Diplomatique*. Paris: Le Monde Diplomatique, 1995.

- SABBAH, Catherine. L'Amérique du Nord. In: PAQUOT, Thierry (Dir.). *Le monde des villes. Panorama urbain de la planète*. Bruxelles: Complexe, 1996.
- SASSEN, Saskia. *La ville globale. New York, Londres, Tokio*. Paris: Descartes & Cia. 1996. 530 p.
- SIMMEL, Georg. Métropoles et mentalités. In: RONCAYOLO, Marcel; PAQUOT, Thierry (Dir.). *Villes et civilisation urbaine, XVIIIe-XXe siècle*. Paris: Larousse, 1992.
- VILLEVAL, Marie-Claire. Une théorie économique des institutions. In: BOYER, Robert; SAILLARD, Yves (Dir.). *Théorie de la régulation. L'état de savoirs*. Paris: La Découverte, 1995.
- WEBER, Max. Définir la ville. In: RONCAYOLO, Marcel; PAQUOT, Thierry (Dir.). *Villes et civilisation urbaine, XVIIIe-XXe siècle*. Paris: Larousse, 1992.

PALAVRAS-CHAVE (KEY WORDS)

Cidades européias e americanas, crescimento populacional, urbanização e periferização.

European and american cities, population growth, urbanization, growth of outlying areas.

Tomás Antonio Moreira

Arquiteto pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, mestre pela Université Catholique de Louvain e doutorando – Université du Québec à Montreal. Atualmente é professor da Universidade Santa Cecília e do Institut pour la Ville en Mouvement, Brasil.

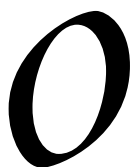
Elza Helena Camargo do Canto e Castro

Arquiteta pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas e mestre pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Atualmente presta serviço ao MinC/IPHAN.

4 | CONFERÊNCIA
NA FAUUSP

Donatella Calabi

Professora titular de Storia della Città
e del Territorio do Dipartimento di
Storia dell'architettura do Istituto
Universitario di Architettura di
Venezia



ENSINO DE MANFREDO TAFURI
NOS ANOS 70 e 80 e A
CRIAÇÃO DO DEPARTAMENTO
DE HISTÓRIA DA
ARQUITETURA DE VENEZA. OS
ÚLTIMOS ESCRITOS: O
RETORNO AO RENASCIMENTO

I IO

pós-

Na disciplina Diálogos da Arquitetura e do Urbanismo¹ colocou-se, desde o início, a necessidade de discutir a questão do método de pesquisa em história da arquitetura e do urbanismo como recurso para a reflexão sobre os pontos de articulação entre os dois campos de conhecimento. Reconhecendo que lógicas diferentes estruturam os dois campos com temporalidades, os quais, muitas vezes, não coincidem, percebeu-se que a reflexão sobre método era uma estratégia importante para identificar os pontos de contato.

Foi nesse contexto que Donatella Calabi, respondendo ao nosso convite, proferiu a conferência sobre os ensinamentos de Tafuri nos anos 70 e 80 no Departamento de História de Arquitetura de Veneza.

Donatella Calabi é professora titular de Storia della Città e del Territorio do Dipartimento di Storia dell'architettura do Istituto Universitario di Architettura di Venezia. Ela vem desenvolvendo pesquisa sobre a história do urbanismo europeu nos séculos 18 e 19 e sobre a história da cidade moderna, com especial atenção à área do

mercado nas cidades europeias. Como observa ao iniciar a conferência, falar sobre os anos 70 e 80 no departamento, sob a direção de Tafuri, é também falar sobre uma parte importante de seu próprio percurso. Ela estava apenas concluindo a graduação quando ele assume a direção e, mais tarde, desenvolve pesquisa nas equipes sob sua coordenação.

A escolha do arquiteto e historiador de arquitetura como tema da aula não é casual. A reflexão de Tafuri sobre a arquitetura do século 20 opera, no corpo da história contemporânea, uma autêntica quebra epistemológica, como observa Jean Louis Cohen: *“Uma das maiores contribuições de Projeto e utopia – mas também de A esfera e o labirinto – é precisamente explodir com os esquemas cronológicos vistos como estáveis pelos historiadores dos ‘movimentos’ e dos ‘invariantes’.* No campo da arquitetura, Tafuri consegue a passagem do estudo das conjunturas para aquele das estruturas, uma passagem que revela a relação com a historiografia francesa dos Annales. E ele faz este salto sem aderir à longa duração por ela mesma, mas propondo uma espécie de

rearticulação diacrônica para revelar os ciclos estruturais nos quais a crise do capitalismo e da arquitetura se refletem e articulam.”²

A relação entre arquitetura e história da arquitetura parece-me ser uma das questões importantes no debate sobre método. A pesquisa e o ensino em história da arquitetura, a partir da direção que Tafuri propõe e imprime ao departamento, define um campo específico de pesquisa e interpretação, diferente da história operativa de Bruno Zevi e Giulio Carlo Argan – operativa no sentido de refletir no passado as necessidades do presente. Uma história para fazer arquitetura com uma continuidade na mesma pessoa dos ofícios de historiador e arquiteto, o que tornava impossível distinguir entre arquitetura e história da arquitetura³.

O amplo trabalho de pesquisa desenvolvido em Veneza por Tafuri, a partir dos anos 70, envolve professores e alunos em torno de alguns temas como a cidade americana e a cidade soviética. O interessante, como observa Donatella, é que esse trabalho é, ao mesmo tempo, de equipe, mas cada pesquisador mantém relativa autonomia.

Tafuri, depois de um período marcado pela crítica ideológica da arquitetura, passa a dedicar-se cada vez mais a uma pesquisa de caráter filológico, procurando desvendar e interpretar, partindo do documento, com especial atenção para as peças gráficas, o período em que se insere. A frase de Moneo⁴ sobre o último trabalho de pesquisa a respeito do renascimento é indicativo desse interesse: *“Tafuri segue nos traços dos desenhos o processo mental seguido pelo arquiteto.”*

O papel do crítico, e aqui não se faz a distinção entre crítica e história, é observar a arquitetura pelos olhos do arquiteto, descobrir e revelar o contexto ideológico atrás de cada construção, de cada obra de arquitetura, entendendo que o contexto ideológico no qual o trabalho foi produzido não é externo ao mesmo. Nesse sentido, a história operativa contra a qual se insurgiu Tafuri parece encontrar um outro sentido quando confere um novo estatuto ao fazer arquitetônico.

Maria Cristina da Silva Leme

Professora no curso de graduação e professora/orientadora no curso de pós-graduação da FAUUSP.

L'INSEGNAMENTO DI
MANFREDO TAFURI NEGLI ANNI
'70 E '80 E LA CREAZIONE DEL
DIPARTIMENTO DI STORIA
DELL'ARCHITETTURA DI
VENEZIA. GLI ULTIMI SCRITTI:
IL RITORNO AL RINASCIMENTO



Figura 1
Manfredo Tafuri nella
copertina della rivista
Domus n. 618, giugno
1981. (a lui dedicata)
(Manfredo Tafuri na capa
da revista *Domus*, dedicada
a ele, n. 618, 1981)

“L’elenco degli scritti di Tafuri è lunghissimo, ma io vorrei partire dalla pubblicazione di un libro e dalla preparazione di un corso universitario: cioè da due episodi di particolare peso per la mia stessa biografia, perché coincidono con il periodo della conclusione dei miei studi universitari e con l’inizio della mia carriera di ricercatore: si tratta di Teorie e storia dell’architettura, uscito nel 1968 e del corso 1972/73, il cui tema era l’evolversi del pensiero e della prassi urbanistica nei confronti della grande città: L’ideologia anti-urbana, dai processi di bonifica del territorio Veneto nel ‘500 alla Megalopolis.

Ciò che Tafuri mette in discussione nei primi passi del suo insegnamento a Venezia (a partire dal 1969) sono i caratteri e il significato del mestiere di storico. Come professore si era appena trasferito allo IUAV e aveva trovato un gruppo di giovanissimi intellettuali intelligenti e ambiziosi, sui quali costruisce il suo Istituto di Storia dell’architettura. I primi programmi didattici sono incentrati su aspetti della cultura architettonica sovietica e di

quella americana (avanguardie, città e pianificazione); documentano la scelta di problemi storiografici diversi da quelli in voga. Nello stesso periodo esce La città americana (con Manieri Elia, Ciucci e dal Co): frutto di un lavoro di gruppo che è molto legato alla riflessione sulla città, ma anche allo studio dell’oggetto (il grattacielo).”



Figura 2
Schreve, Lamb, Harmon foto
dell’ Empire State building,
uno dei grattacieli studiati da
Tafuri all’epoca della “Città
americana”

“Già era presente il problema del valore filologico: presente già allora nell’insegnamento, nella bibliografia e nei suoi scritti.

Non c’è dubbio che in questi anni (’70-’80), Venezia è un’esperienza, un laboratorio e un tentativo di depersonalizzare il lavoro critico, ma anche un’operazione di potere e di legittimazione di una disciplina, che Tafuri andava creando. L’istituto prima, il dipartimento poi hanno funzionato come tali in Italia e all’estero. Arrivando a Venezia, Tafuri ha pensato che si poteva veramente creare una ‘scuola’. I primi anni dell’Istituto di Storia (poi divenuto Dipartimento) sono caratterizzati da un bilanciamento tra interpretazione e documentazione: si lanciano anche dei programmi più vasti. Per esempio (1973-75) un programma collettivo sulla Socialdemocrazia in Europa (rimasto con esiti parziali o individuali, ma che ha dato origine a un’iniziativa di collaborazione italo-francese su un tema di grande respiro). Nell’università di massa dell’Italia degli anni Settanta, si trattava per Tafuri

di formare degli storici specializzati, preparati sul piano tecnico.

Poco a poco le ricerche si spostano su altri terreni, legandosi anche a problemi di politica urbana: il tema dell'Arsenale, prima; di Rialto poi, di piazza San Marco e di San Francesco della Vigna finiscono per creare un polo di interesse all'interno del dipartimento. Senza monopolizzare tutte le attenzioni, perchè i temi tradizionali delle avanguardie continuano ad essere presenti all'interno del dipartimento: Teysot lavora sull'Ottocento, De Michelis sulla Germania di Weimar, Ciucci sugli anni trenta in Italia, dal Co sul concetto di modernità e sugli USA; quello di Venezia è però un ambito la cui importanza è crescente negli scritti dello stesso Tafuri, nei suoi corsi di insegnamento, nelle proposte di ricerca fatte ad alcuni di noi, nelle letture degli studenti.”



Figura 3
Gropius, Bartning,
Forbat, Haring,
Scharoun, case nel
quartiere Siemenstadt a
Berlino, 1930: esempio
degli studi promossi da
Tafuri sull'architettura
della Socialdemocrazia
tedesca

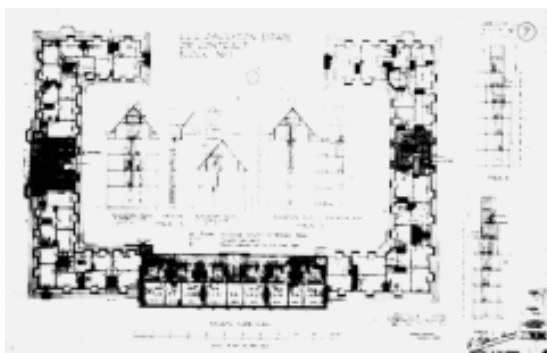


Figura 4
LCC pianta del piano tipo e sezioni del complesso di
Ossulston Estate a Londra 1926: esempio degli studi
comparativi promossi da Tafuri sull'architettura domestica in
Gran Bretagna ai tempi di "Vienna rossa"



Figura 5
Planimetria di Via Giullia con la datazione dei diversi palazzi
e che Tafuri ha studiato singolarmente in dettaglio

“Il lavoro che inizia a Venezia (anche se fondamentale) non è un lavoro che comprende tutto ciò che Tafuri produce. Gli interessa il lavoro collettivo che il dipartimento gli permette di costruire e di cui resta sempre il vero coordinatore: ma Via Giulia (1973) è un'opera che si compie interamente fuori dal dipartimento, così come a vent'anni di distanza: Raffaello, Giulio Romano, Francesco di Giorgio Martini.

Il libro Venezia e il Rinascimento [Sette storie sull'architettura veneziana in età rinascimentale] costituisce un riferimento obbligatorio per la storiografia veneziana, da un lato, e per quella relativa all'architettura del Rinascimento, dall'altro: non si tratta, infatti, di un testo 'neutrale' nè rispetto all'uno, nè all'altro dei due campi di studio. Il libro dichiara come sua finalità prioritaria, quella di eliminare -per quanto possibile - una serie di pregiudizi che esistono in merito alla storia dell'arte; intende cioè liberare la storia dell'architettura e delle trasformazioni urbane dal 'ghetto' nel quale alcuni dei suoi cultori l'hanno di fatto confinata. E già questa è una dichiarazione polemica: da qui occorre cominciare. Partendo dall'ipotesi della necessità di incrociare molte storie, ciascuna dotata di proprie tecniche d'analisi, la protagonista del libro diviene necessariamente la società veneziana nel suo insieme, anche se il tema resta quello dell'architettura che essa ha voluto, prodotto, consentito o rifiutato, secondo i casi.”



Figura 6
Jacopo Tatti detto il Sansovino, Veduta in dettaglio Del punto di congiunzione fra la Zecca e la Libreria Marciana queste architetture sono state oggetto di studio da parte di Tafuri per tutta la vita, 1972

“Tafuri aveva già lavorato più volte su Venezia e, perfino, sugli stessi oggetti, fin da tempi abbastanza lontani: la monografia sull’opera del Tatti (Tafuri, Jacopo Sansovino, Padova 1972) risale a quasi quindici anni prima. Ma il ritornare ora sulle stesse questioni, in modo così ampio, assume un ben preciso significato: non è tanto la revisione critica di qualche attribuzione, nè una diversa lettura di qualche dettaglio architettonico, che sembra interessare l’autore (anche se in questo egli risulta particolarmente meticoloso), quanto la volontà di collocare la propria analisi in un quadro storiografico totalmente diverso. Davanti alla ricchezza d’immagini, ma di fronte anche all’esaltazione della superiorità del centro lagunare, alla pretesa continuità di alcune sue scelte e all’ostentazione di una sua ‘diversità’ rispetto agli altri Stati europei (così enfatizzata in tutte le Storie di Venezia), in definitiva dinnanzi alla mitizzata capacità di conservarvi la libertà, la giustizia, la pace, la sicurezza, lo storico non può che essere diffidente. Lo incuriosiscono più le contraddizioni e i problemi irrisolti, che il conclamato equilibrio raggiunto.”



Figura 7
Veduta aerea di Piazza San Marco: uno dei soggetti di studio di Tafuri per almeno due decenni, 1990



Figura 8
Planimetria di Piazza San Marco con l’indicazione dell’antico filo della piazza modificato dai lavori di Jacopo Sansovino e Vincenzo Scamozzi: ipotesi di restituzione dei processi di cambiamento messi in atto nel XVI secolo

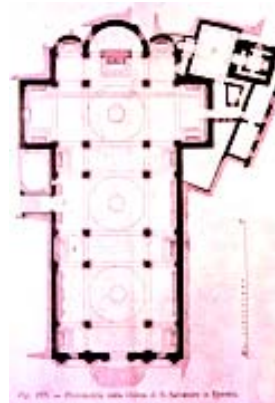


Figura 9
Giorgio Spavento, Tuillio Lombardo, Jacopo Sansovino, pianta della chiesa di San Salvador, 1534

“Già messe in discussione nei primi capitoli, alcune categorie cadono qui in modo definitivo: non c’è più coincidenza, o analogia facile tra conservatori e difesa delle tradizioni, o viceversa tra innovatori della scienza e della lingua e istanze di novità politica e commerciale tra Venezia, l’Europa e il Mondo Mediterraneo. Le carte si sono completamente rimescolate. Dal punto di vista delle tecniche utilizzate, va rilevato che la filologia vi è dominante, in modo quasi ossessivo: un amore, che si esercita contemporaneamente sui documenti di progetto, sulle decisioni, sui personaggi, sugli intrecci famigliari, quasi si trattasse di stabilire una nobile competizione con gli altri storici (gli ‘storici veri’) ed ottenerne una legittimazione.”

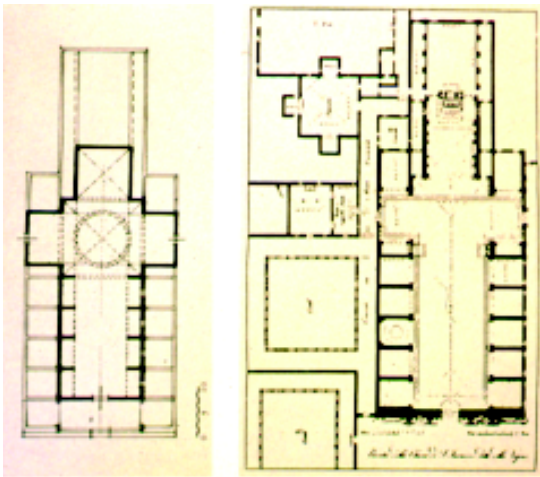


Figura 10
 Andrea Palladio, Pianta attuale della chiesa di San Francesco della Vigna sovrapposta a quella Del primo progetto (1572); disegno di rilievo ottocentesca di Cicognara, Diedo, Selva



Figura 11
 Andrea Palladio, Rilievo della facciata della chiesa di San Francesco della Vigna con l'indicazione delle ammorsature e dell'occhio sansoviano: l'edificio è stato oggetto di uno studio particolarmente importante di Tafuri su Venezia e la sua cultura nel XVI secolo

“L'ultimo libro di Tafuri (Ricerca del Rinascimento), quasi un testamento spirituale, le cui illustrazioni sono state riviste (e con fatica) in ospedale prima di essere operato negli USA: un libro densissimo, complicato, ansioso di trasmettere messaggi e suggestioni. In particolare il capitolo in cui tenta una comparazione tra Firenze, Roma, Venezia (con alcune riflessioni su Milano) è stato per alcuni dei suoi allievi un contributo fondamentale. Ne voglio dare una

lettura parziale: quella relativa alla città (che non è che un capitolo in cui la necessità della ricerca comparativa e la mancanza di lavori approfonditi compiuti in questo settore è richiamata con forza. Questo suggerimento ha spinto altri ricercatori a proseguire in questa direzione. In particolare il mio libro sugli spazi di mercato nelle grandi città europee, come gli scritti dei più giovani sulle piazze delle città dell'Italia centro-settentrionale, o sulle trasformazioni urbane delle piccole Signorie dell'Italia padana, o sulle piccole città venete hanno tratto grande energia e la propria impostazione metodologica proprio da quell'appello.”



Figura 12
 Planimetria della Firenze di Lorenzo il Magnifico: ricostruzione di Caroline Elam. L'esempio è stato studiato da Tafuri e comparato con interventi coevi in altre città italiane



Figura 13
 Struttura viaria principale a Roma con l'indicazione degli interventi di Nicolò V e Sisto IV restituzione fatta da Tafuri delle trasformazioni effettuate nel XV secolo

“Per tutti noi si trattava in altre parole di cogliere l’invito di Manfredo Tafuri quando, analizzando la Firenze laurenziana, la Roma di Leone X, la Venezia del doge Gritti e la Milano di Ludovico il Moro, sollecitava ‘a moltiplicare le analisi comparate, onde evitare, insieme alle generalizzazioni, la chiusura in studi localistici’. Alcuni degli studi compiuti anche recentemente nel Dipartimento di Storia dell’Architettura vogliono essere anche una proposta di metodo e una sollecitazione, da un lato ad ampliare le indagini, dall’altro a continuare su un binario in parte tracciato.

Storia locale e storia comparata, dunque: esse si presentano come due fasi entrambe necessarie della storia della città: quest’ultima si precisa cioè come un ambito di studi che impone un passaggio alternato da fasi di indagine specifica, localistica, quasi maniacale nell’approfondimento dei caratteri individuali del luogo indagato, a fasi in cui si scoprono analogie e differenze con episodi simili, in cui cambiano cioè la lente di ingrandimento utilizzata e la scala degli oggetti osservati.”

NOTAS

(1) Disciplina do curso de pós-graduação FAUUSP; professores responsáveis: Fernanda Fernandes, Luis Antonio Jorge e Maria Cristina da Silva Leme.

(2) COHEN, Jean Louis. Ceci n’est pás une histoire. *Casabella* Ano LIX, n. 619-620, p. 52, 1995.

(3) Tafuri, em entrevista a CORSI, Pietro. Per una storia storica. *Casabella* Ano LIX n. 619-620, p. 146, 1995.

(4) MONEO, Jose Rafael. La ricerca come lascito. *Casabella* Ano LIX, n. 619-620, p. 137, 1995.

Crédito das imagens: Diateca do Departamento de História da Arquitetura da Universidade IUAV de Veneza

5 | *e*VENTOS

SOBRE O ENSINO DE PROJETO DE ARQUITETURA NA PÓS-GRADUAÇÃO

Wilson Edson Jorge

O ensino de projeto de arquitetura é sempre uma questão complexa e não de fácil trato, mas acaba por condicionar a formação dos estudantes, constituindo-se em uma das questões críticas do ensino da graduação da FAUUSP.

O presente artigo pretende retomar esse tema na pós-graduação, que se apresenta de forma bastante diferente daquele da graduação. Os objetivos, mais do que discutidos e sabidamente reiterados da pós da FAUUSP, um curso *strictu sensu*, são: o ensino e a pesquisa, significando que o aluno que nela se gradua deve estar preparado para ser um professor e um pesquisador. Não basta ter feito uma boa pesquisa em seu mestrado ou doutorado, mas estar preparado para fazer qualquer outra pesquisa surgida em seu trajeto acadêmico. Da mesma maneira, deve estar em condições de contribuir efetivamente para o ensino em seus aspectos mais amplos: organizando cursos, ministrando disciplinas, etc. isto é, deve terminar a pós sabendo ensinar.

É, portanto, na perspectiva desses objetivos precípuos da pós que deve ser entendido o significado do ensino de projeto. A graduação tem de oferecer ao aluno condições para ele aprender a projetar, e sua aprovação no final do curso, quando se gradua, significa, perante a sociedade, que se encontra habilitado para exercer aquela atividade. Na pós, por sua vez, não se pretende ensinar o aluno a projetar. Se bem que, reconhecidamente, o ato de projetar requeira uma prática permanente para seu aperfeiçoamento, esse não é o objetivo a ser pretendido na pós, devendo o ato de projetar ser considerado apenas um meio ou um instrumento voltado para as metas principais citadas acima. O curso adequado para aperfeiçoamentos da capacidade de projetar seria aquele ligado a um curso de especialização, ou seja, uma pós-graduação *lato sensu*.

O projetar somente ganha sentido na pós, se ele está voltado objetivamente, para enriquecer as questões ligadas à pesquisa e ao ensino. É nessa direção que pretendemos desenvolver nossa argumentação.

Seminário – Pós-Graduação e Projeto de Arquitetura

Em outubro de 2000 foi realizado, na Pós-Graduação da FAU, um seminário sobre o projeto de arquitetura na pós-graduação. O seminário propôs questões amplas sobre o tema, principalmente o que é pós-graduação em

projeto de arquitetura. Dentre os expositores, esteve presente o arquiteto Prof. Dr. Pedro George, da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, de Lisboa, que apresentou, em sua fala, as seguintes observações sobre o projeto: este não pode ser considerado investigação em si, mas pode ser o veículo para uma investigação que, por sua vez, exige reflexão crítica baseada em método científico; o projeto poderia se constituir em uma tese, enquanto meio de testar ou reafirmar teorias vigentes; o tempo da síntese da investigação científica é diferente do tempo da síntese do projeto; a investigação científica exige o conhecimento do “estado da arte”, enquanto o projeto de arquitetura não.

O professor Pedro George salienta a diferença entre um projeto e uma investigação científica, a qual se resumiria em: para um projeto ser considerado tese ou dissertação, ele precisa atender às condições que a academia estabelece para reconhecer uma tese ou dissertação. Por outro lado, se, na abrangência colocada para a elaboração de uma dissertação ou tese é necessária uma montagem especial em torno do projeto, o que não dizer de uma disciplina de projeto que se constitui em um dos segmentos da trajetória do aluno?

Aproveitando essas considerações e retomando a linha de raciocínio anterior, dos objetivos da pós, vinculados à pesquisa e ao ensino, como se estender a uma disciplina de projeto de arquitetura o contexto da pesquisa e ensino? Qual a questão, no ato de projetar, que possui relevância suficiente a fim de ser formulado, para aquela atividade, um caminho didático em uma disciplina ou em uma pesquisa?

A nosso ver, essa é a questão do método.

A questão do método é o elemento crítico na didática do projetar, na pós. O projetar seria, então, um meio pelo qual se possa pesquisar, racionalizar ou extrair o método. As grandes escolas de arquitetura sempre explicitaram seu método de ensino em relação ao projeto. Os professores (profissionais, inclusive) os quais participavam dessas escolas, trabalhavam com esse método, o que dava coerência aos trabalhos da escola e permitia aos alunos entenderem o caminho a eles oferecido e pelo qual trilhavam nesse aprendizado. Na tentativa de explorar o assunto, de forma a torná-lo mais compreensível, seria importante esclarecer o que se entende por método. Nesse sentido, vamos abordar o tema, tendo em vista duas perspectivas: como compreendê-lo e como avaliá-lo, consideradas a seguir.

Como compreender o método

1. A primeira questão que condiciona o método no processo do projeto está no fato de ele envolver um processo criativo no qual participam, mentalmente, a intuição e a racionalidade, a arte e a técnica. É preciso aí entender o papel da arte, isto é, intuição, sensibilidade e criatividade, processos

e qualidades, às vezes, entendidos como talento. Essas qualidades são importantes, mas não dominantes para o ato de projetar. É necessário explorá-las e não simplesmente aceitá-las como inatas no aluno. Devem ser desenvolvidas por processos didáticos. Assim, um ponto crítico na explicitação do método está na inserção no processo de projetar, tratado desde atividades racionais até etapas indicando onde e como se insere a capacidade criativa, imaginativa e intuitiva, que não se reduzem, estritamente, ao racional. A invenção ou criação está presente em todas as etapas de desenvolvimento do projeto, mas ela é decisiva e crítica em poucas etapas.

2. A segunda questão, decorrente do processo criativo envolvido no processo de produção do projeto, é que este termina por ser um produto caracteristicamente artesanal, isto é, ele não pode ser reduzido a processos mecânicos ou repetitivos. O processo criativo torna o projeto irreduzível a padronizações sumárias. A questão do método precisa ser visto, nesse contexto, como um elemento para racionalizar o processo criativo, nunca para substituí-lo. Um método adequado garante melhor qualidade ao projeto, mas por si só não pode garantir que dele resulte um bom projeto.

3. A terceira questão, mais uma característica do processo de projetar, é que existe mais de um método para efetivar tal processo, aliás, existem muitos. Nesse sentido, o aluno, o arquiteto, tendo desenvolvido seus estudos e aprendizado escolar sob determinado método, ele iria adaptá-lo, aperfeiçoá-lo no decorrer de sua experiência profissional. Nem por isso deveria ser considerado como um instrumental absolutamente pessoal, pois, por absurdo, não haveria necessidade de escolas, ou então, o processo de projetar seria um contínuo *happening* de acertos e erros. Afirmamos que o ensino da arquitetura tem de organizar-se incorporando as propostas claras de método, no processo de projetar, que se pretenda desenvolver com os alunos; mesmo que esse ensino ofereça alternativas de como projetar, elas devem ser suficientemente explícitas para sua escolha e avaliação.

4. A quarta questão seria a especificidade do método – ele é condicionado pelo momento histórico e a sociedade em que ocorre o processo de projetar e seu ensino. A compreensão do significado da arquitetura, as técnicas existentes, o contexto mais específico no qual se situa a obra a ser concebida e edificada, as experiências históricas, são importantes na compreensão dos métodos de projetar das diversas épocas e escolas. Isso significa a necessidade de contextualizar o método.

5. A quinta questão abordaria o objeto sobre o qual o arquiteto intervém. Esse objeto, por sua magnitude, escala, ou complexidade diferenciada, exigiria métodos diferenciados? Aqui estamos em um terreno bastante polêmico. Ele se agudiza ao se considerar a escala da cidade ou, em um sentido mais amplo, o urbano. Compreendendo este como uma entidade complexa por cuja produção

toda a sociedade responde, considero importante que a abordagem de uma ação ampla sobre a estrutura urbana tenha, necessariamente, um componente político a extrapolar o tratamento específico de um método de produção de projeto. Assim, o cenário de compreensão e ação sobre aquela realidade urbana passa por um processo anterior à visão arquitetônica, ou seja, de criação de espaços para a coletividade. Haveria, portanto, uma estágio da ação mais ampla, inclusive envolvendo variáveis políticas, a partir do qual seria possível assentar as bases para a entrada do projeto arquitetônico, com seu controle sobre as variáveis mais específicas com as quais trabalha. Nessa linha de raciocínio, o método no processo do projeto deve ser estudado até mesmo com seus limites, que precisam ser bem delimitados.

Essa complexidade envolvendo a questão do método, evidenciada nas questões acima, é um motivo a mais para que ele seja tratado e investigado como um instrumento indispensável ao arquiteto, justificando pesquisas específicas e reflexões contínuas. A pós-graduação é o lugar adequado para esse investimento, principalmente das disciplinas voltadas para o projeto de arquitetura.

Como avaliar o método

O método não é, evidentemente, a condição para se garantir a qualidade de um projeto, mas é um dos elementos a favorecerem aquela qualidade. Tão importante quanto entender e organizar um método de projetar, seria sua avaliação. Se o método deve ser explicitado, discutido, criticado, como avaliar sua efetividade? Um critério importante seria avaliá-lo pela **qualidade dos resultados obtidos**, não só no projeto enquanto mensagem codificada do futuro produto edificado, mas enquanto produto obtido por ele, a obra construída.

Essa qualidade deve incorporar, em sua avaliação, o uso do espaço construído. Na perspectiva que estamos desenvolvendo neste artigo, em termos de uma disciplina da pós-graduação, a avaliação poderia ser, inicialmente, estrita apenas ao projeto arquitetônico, no âmbito em que for adequado ao desenvolvimento da disciplina: estudo básico, anteprojeto, projeto básico ou, se a disciplina se propor seqüencial, as etapas de desenvolvimento do projeto se sucederiam na continuação da disciplina.

Outra perspectiva seria **avaliar um projeto concluído e construído**, as condições nas quais foi realizado, o resultado no uso do espaço, etc. Uma outra perspectiva vinculada à proposta anterior seria avaliá-lo **pelo próprio testemunho de seu(s) autor(es)**.

Nossa expectativa, na linha do exposto no presente artigo, é que os professores das disciplinas de projeto de arquitetura disponham-se a debater o assunto tratado com seus alunos e a responder às questões aqui colocadas.

Notas

No Seminário sobre ensino de projeto de arquitetura na pós-graduação, lembrado no artigo, participaram vários professores de conhecida competência, com posições ricas e até antagônicas sobre o tema aqui apresentado. Uma reflexão mais ampla sobre o tema deverá considerar o material disponível do seminário.

Uma pesquisa importante para o tema aqui abordado foi desenvolvida, como tese de doutorado, pela arquiteta Paula Katakura, orientada do professor Joaquim Guedes, na pós da FAUUSP. O trabalho se intitula “O ensino do projeto de arquitetura”, defendido em 5/9/03. O capítulo 2 da tese trata especificamente de modelos e métodos de ensino da arquitetura com seus paradigmas, vistos em uma perspectiva histórica. Nesse capítulo, a autora traça uma síntese dos trabalhos de Christofer Alexander, e dos esforços do mesmo para, em sua proposta de método de projetar, ampliar a racionalidade no processo de projetar. Apesar da própria crítica de Alexander, posteriormente a seu método, foi um passo importante para as reflexões sobre o processo do projeto. E por aí vão as diversas propostas as quais vão contribuindo, historicamente, para o mesmo.

Wilson Edson Jorge

Professor titular do Departamento de Projeto, professor e orientador no curso de Pós-Graduação e presidente da Comissão de Pós-Graduação da FAUUSP.

6 | *Re*SENHAS



CONHECENDO O AMBIENTE DE TRABALHO E SEUS USUÁRIOS: DIRETRIZES PARA PROJETOS DE QUALIDADE NO SETOR ADMINISTRATIVO

VOORDT, D. J. M. VAN DER. *Costs and Benefits of Innovative Workplace Design*. DELFT, HOLANDA: CENTER FOR PEOPLE AND BUILDING/FACULTY OF ARCHITECTURE, DELFT UNIVERSITY OF TECHNOLOGY, 2003. 163 P. ILUSTRADO, EM CORES.

Sheila Walbe Ornstein

Voordt, com essa obra, traz à tona o amplo leque de pesquisas desenvolvidas nos EUA e na Europa, que tentam medir e analisar indicadores qualitativos e quantitativos, no campo do *desempenho físico do ambiente de trabalho e da produtividade* de seus usuários (funcionários de empresas). Assim, *Costs and benefits*, com os livros considerados clássicos, de Becker e Steele (1995), a coletânea editada por Clements – Croome (2000) e o trabalho de Brill (2001), este falecido recentemente, são quatro títulos de referência no campo da discussão a propósito das questões: Pode o ambiente – o projeto de arquitetura – incrementar a produtividade? Se a resposta for afirmativa, de qual forma? É possível medir, por meio de pesquisas científicas, os eventuais ganhos de produtividade em função das qualidades do ambiente de trabalho?

O engenheiro Voordt faz parte do quadro de pesquisadores e conferencistas do Department of Real Estate & Housing (antigo Real Estate & Project Management), da Faculdade de Arquitetura da Universidade Tecnológica de Delft, Holanda, e suas pesquisas aplicadas sobre inovações no projeto dos ambientes de trabalho seguem uma das mais importantes linhas de investigação desse departamento, ao qual pertence um grupo de pesquisadores, docentes envolvidos com o tema, por si só, bastante inovadores (MELL, 2000).

É interessante observar que inovação e experimentação, nos campos dos projetos de arquitetura, de urbanismo e da tecnologia da construção sustentável, têm sido a tônica da construção holandesa nos séculos 20 e início do 21.

Especialmente no caso do mercado imobiliário voltado para os edifícios de escritórios/ambientes de trabalho, considerando-se as conhecidas restrições no uso da terra (escassa) naquele país, é preciso lembrar que há anos, tanto no setor público como no setor privado, corporações, entidades e empresas, em geral, tentam utilizar, de modo muito racional, as áreas úteis/de carpete dos pavimentos-tipo, e que várias adotam o uso de edifícios de escritórios, pavimentos ou setores de pavimento, com suas infra-estruturas, equipamentos e até mesmo recursos humanos, por períodos específicos (horas, dias, semanas ou meses) para o desenvolvimento de projetos/produtos específicos, quando necessário, nos moldes de aluguéis ou do compartilhamento flexível (horários distintos) de espaços

existentes na própria empresa evitando, assim, ociosidade e, conseqüentemente, custos operacionais elevados.

Tendo como centro da análise a Holanda, a obra amplia as discussões para outros países desenvolvidos, e várias das conclusões e resultados de pesquisas compiladas no livro, a propósito do ambiente de trabalho nos países desenvolvidos, são também recorrentes em países em desenvolvimento, como o Brasil. Daí o interesse especial nesse trabalho.

O doutor Voordt vem, há muitos anos, perseguindo temas de pesquisa bastante diferenciados e de ponta, apresentando resultados com clareza e didatismo. Foi assim anteriormente, com os temas: (a) acessibilidade a pessoas com dificuldades de locomoção e o desenho urbano; (b) métodos para pesquisa em arquitetura e em desenho urbano; e agora com inovações nos projetos do ambiente de trabalho.

A obra, ora resenhada, apresenta-se com estrutura lógica e clara, por meio da qual o autor descreve:

1. O significado contemporâneo do **ambiente inovador de trabalho** (voltado à prestação de serviços administrativos e ao desenvolvimento de idéias e trabalhos chamados intelectuais, incorporados aos edifícios de escritórios, independentemente do porte destes), suas relações com a **flexibilidade** no trabalho (por exemplo, em termos de horário e local) e ambiente físico (leiaute) no qual ele é desenvolvido;

2. o modo pelos quais, **custos e benefícios**, em termos de resultados financeiros da empresa, podem estar associados às incorporações de inovações no ambiente de trabalho, suas vantagens e suas limitações;

3. **satisfação dos funcionários** da empresa em relação ao ambiente de trabalho, termos e definições, pesquisas e resultados já obtidos, as efetivas possibilidades de medição do impacto das características e das qualidades do ambiente de trabalho agregadas pela inovação;

4. o conceito – polêmico – da **produtividade** no ambiente – intelectual e administrativo – de trabalho, os indicadores internacionalmente já medidos e reconhecidos por meio de pesquisas e seus resultados e aqueles sobre os quais ainda existem relativamente poucas pesquisas, fora dos países altamente desenvolvidos, tais como temas específicos os quais inter-relacionam cultura e sociedade, cultura e filosofia da empresa, produtividade e características físicas de desempenho no ambiente de trabalho;

5. **custos de gerenciamento/administração** (*facility costs*) do ambiente de trabalho, possibilidades de medição e discussão sobre resultados de pesquisa;

6. reflexões, conclusões e recomendações para futuros estudos e pesquisas sobre o tema – inovação no ambiente de trabalho – de forma que, nesse capítulo, Voordt sugere aspectos metodológicos dessas pesquisas e procedimentos de medição os quais mereceriam avanços.

A obra é finalizada com **bibliografia extensa** sobre o tema, abrangendo o que há de mais recente (últimos 10 anos), internacionalmente, sobre projeto de edifícios de escritórios, projetos de interiores de ambientes de trabalho e pesquisas, em geral, relacionadas a esses aspectos.

Ainda contempla dois anexos de leitura obrigatória para os iniciantes no tema, quais sejam, resumos bem organizados sobre a evolução do ambiente de trabalho: um, em uma perspectiva histórica; e outro, em uma perspectiva econômica.

Para os estudiosos, pesquisadores, docentes e projetistas de edifícios de escritórios/ambientes de trabalho no Brasil, o trabalho do engenheiro Voordt é leitura muito recomendável, sobretudo por realizar, de modo abrangente e em profundidade, uma análise dos resultados das principais pesquisas desenvolvidas nesta última década, com destaque para a experiência holandesa e experiências, nessa mesma direção, em outros países europeus e nos Estados Unidos, semelhanças e divergências. Fornece exemplos, com destaque especial para os resultados em termos de medição da produtividade percebida pelos funcionários, no caso das mudanças nos ambientes de trabalho implementadas em distintos edifícios do ABN AMRO Bank na Holanda (por exemplo, em Amsterdã e Breda).

Voordt, com base em pesquisas desenvolvidas na Holanda e nos EUA, por distintos autores, relaciona, em termos qualitativos e quantitativos, os aspectos positivos e negativos e os ganhos em produtividade em distintos ambientes de trabalho (dos setores público e privado). Por exemplo, as reduções de absenteísmo, no caso de modificações na estrutura organizacional das empresas, na introdução do teletrabalho, reformas no edifício, melhoramentos na ergonomia do mobiliário, introdução de maior qualidade ambiental em termos de iluminação, térmica, acústica, introdução de elementos de ecosustentabilidade, aumentos das possibilidades (em termos de ambiente físico) do trabalho em equipe, associadas a melhorias nas condições de privacidade, redução de distrações/menor concentração no trabalho, sempre que necessário, introdução de avanços na Internet e intratecnologia da informação, introdução da possibilidade de controle pessoal das condições térmicas e de iluminação; maior participação dos funcionários nas proposições de modificação do leiaute físico.

Enfim, Voordt discute e abre para futuras pesquisas os escritórios panorâmicos (*landscape offices*), os escritórios fechados (ambientes individuais), os escritórios combinados (*combi offices*), reunindo ambientes individuais com aqueles para reuniões, os quais, atualmente, têm absorvido as inovações em termos de menor número de estações de trabalho em relação ao número de funcionários, facultando agendamento de usos compartilhados em empresas que estimulam os horários flexíveis de trabalho, visando à redução de custos financeiros e operacionais, mas implicando em mudanças culturais e comportamentais em toda a hierarquia de funcionários, para rompimento do forte “espírito” de territorialidade.

Nessa diversidade e filosofia de empresas, muitas multinacionais, com redes administrativas em distintos países e funcionários locais, como medir e considerar os projetos de interiores de ambientes de trabalho visando à produtividade e ao bem-estar? Voordt coloca em xeque e discute esses temas nesse trabalho de fôlego.

Por outro lado, mas sem reduzir o mérito geral do conteúdo da obra, verifica-se que, em termos da qualidade da impressão, as legendas de fotos e figuras são pouco legíveis e talvez o autor pudesse, nesse percurso, pelas pesquisas realizadas nos países desenvolvidos, incluir também aquelas já em andamento, por exemplo, em São Paulo e Rio de Janeiro, cidades as quais contemplam uma significativa área construída de torres de escritórios, sob a ótica da avaliação de desempenho, em geral, e da avaliação pós-ocupação, em específico, cujos resultados, mesmo que parciais, foram objeto de artigos nos periódicos *Environment and Behavior* e *Facilities*.

Bibliografia

BECKER, Franklin; STEELE, Fritz. *Workplace by design. Mapping the high – Performance workscape*. São Francisco, California: Jossey – Bass Inc. Publishers, 1995. 228 p.

BRILL, Michael; WEIDEMANN, Sue; Bosti Associates. *Disproving widespread myths about workplace design*. Buffalo. Nova York: Bosti Associates, 2001. 63 p.

CLEMENTS – CROOME, Derek. (Ed.) *Creating the productive workplace*. Londres: E & FN Spon, 2000. 360 p.

MEEL, Juriaan van. *The european office. Office design and national context*. Rotterdã: 010 Publishers, 2000. 182 p.

Sheila Walbe Ornstein

Arquiteta e urbanista e professora titular do Departamento de Tecnologia da Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. É bolsista-produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pesquisadora sênior do Núcleo de Pesquisa em Tecnologia da Arquitetura e Urbanismo da USP (NUTAUUSP) e coordenadora da área de ensino e pesquisa em Avaliação Pós-Ocupação (APO) na FAUUSP. Foi vice-diretora da mesma (1998-2002).



DESÍGNIO, REVISTA DE HISTÓRIA
DA ARQUITETURA E DO
URBANISMO, N. 1, MAR. DE 2004.
REVISTA SEMESTRAL

PREÇO: R\$ 30,00 (AVULSO) E R\$ 50,00
(ASSINATURA ANUAL)

Andréa de Oliveira Tourinho

A iniciativa de uma publicação acadêmica, como veículo de amplificação do conhecimento, deve ser recebida sempre com entusiasmo, principalmente quando se pretende consolidar um canal de divulgação permanente das idéias de uma área específica de pesquisa, como é o caso de *Designio, revista de História da Arquitetura e do Urbanismo*, publicação semestral da área de concentração de pós-graduação História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo da FAUUSP.

Coube à socióloga doutora Maria Irene Szmrecsanyi, como coordenadora da referida área, dirigir o projeto que se inicia nesse número, com a pretensão de ser “*um encontro entre tradição e renovação, procurando a qualidade presente da produção acadêmica e a qualidade duradoura da cidade-sociedade brasileira*”, como afirma a própria diretora em seu editorial (p. 7-8).

A revista se organiza em três seções: Dossiê, Artigos e Crítica, além de um espaço final de Notas, dedicado a informações gerais relacionadas à área de conhecimento enfocada pela revista. Essa estrutura, aparentemente muito simples, pode ser considerada como um dos principais acertos da publicação, uma vez que não só organiza de forma racional e clarificadora o material oferecido, como também permite um cotejo subliminar de seu conteúdo, agrupando-o de tal modo que favorece um olhar abrangente e, ao mesmo tempo, dirigido sobre os temas apresentados.

Nesse sentido, a seção Dossiê favorece, inicialmente, uma visão antidogmática ao propor um tema analisado e questionado sob distintas óticas. Nesse primeiro número, o tema proposto foi “História e Projeto”, com trabalhos apresentados por Olgária Matos: “Historicismo em arquitetura” (p. 11-14) – em que se evoca o tema no campo da filosofia, a partir do pensamento de Walter Benjamin (1892-1940), tratando a arquitetura no âmbito do fascínio da mercadoria e da alienação; Regina Meyer: “Cidade, história e projeto” (p. 15-16) – no qual se questiona o papel da história no ensino da arquitetura; Mário Henrique D’Agostino: “Adversidades do moderno” (p. 17-22) – acerca do problema da ideologização do movimento moderno pela historiografia; e Maria Irene Szmrecsanyi: “Uma pós-modernidade secular?” (p. 23-32) – no qual a autora discute a trajetória dos espaços de lazer como espetáculos da sociedade capitalista e de sua arquitetura promocional.

Em seguida, a seção Artigos oferece não só uma visão panorâmica da produção da referida área de pós-graduação, refletindo os temas e as preocupações da pesquisa no momento atual, como também apresenta a contribuição de professores de outras escolas no país e exterior. Esse primeiro número traz trabalhos de historiografia nacional, como os de Júlio Katinsky: “Povoados, vilas e cidades coloniais do Brasil” (p. 81-92) – sobre a urbanística luso-brasileira, especialmente dos séculos 16 ao 18; e de Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno: “O ensino de arquitetura nas aulas de engenharia militar da Bahia no século XVIII” (p. 93-100) – com documentação ilustrada, composta por trabalhos dos bolsistas desse curso enviados à Coroa; além do artigo de Maria Lucia Bressan Pinheiro e Mário Henrique D’Agostino: “A noção de pitoresco no debate cultural das primeiras décadas do século XX no Brasil” (p.119-128), o qual apresenta um enfoque mais voltado para a teoria da arquitetura, com ênfase no pensamento de John Ruskin (1819-1900), autor, entre outros trabalhos, do inovador livro *Seven lamps of architecture* (1849), e sua influência nos arquitetos brasileiros do início do século 20.

Tratando especificamente de São Paulo, aparecem os artigos de Paulo Cesar Xavier Pereira: “Fundação e surto urbanístico: Metáforas da transformação de São Paulo” (p. 129-136) – em que se confrontam as metáforas utilizadas pelo historiador Eurípedes Simões de Paula, o urbanista Prestes Maia e o geógrafo Pasquale Petrone, e também o artigo de Anat Falbel: “Imigração e urbanização na cidade de São Paulo: Dois momentos” (p. 137-146) – no qual se identifica a contribuição ao urbanismo e à arquitetura de duas levas de imigração judaica: uma no século 19 e outra no século 20.

O campo do urbanismo internacional está representado pelo artigo sobre as mudanças históricas do caráter visual e físico de Londres, intitulado “On the art of urban design” (p. 35-58), de Robert Tavernor, professor da Universidade de Bath, que esteve recentemente no Brasil participando, entre outras atividades, do simpósio internacional “A Cidade do Amanhã”, promovido pela FAUUSP e pelo IAB-SP.

As relações entre conceitos da produção em massa e as artes plásticas são analisados por Stéphane Huchet, da Universidade Federal de Minas Gerais. O número inicial da revista traz, ainda, o artigo de Beatriz Mugayar Kühl: “Questões teóricas relativas à preservação da arquitetura industrial” (p. 101-117), a respeito do interesse recente pela conservação do patrimônio industrial.

Finalmente, a seção Crítica, tão oportunamente proposta pela revista *Desígnio* em sua própria estrutura organizacional, direciona o olhar do leitor para os problemas desse tipo de trabalho, o qual, nas palavras de Tafuri, busca “apreender a fragrância histórica dos fenômenos, submetê-los ao crivo de uma rigorosa avaliação, revelar as suas mistificações, valores, contradições e dialéticas íntimas, fazer explodir toda a sua carga de significados” (TAFURI, Manfredo: *Teorias e história da arquitetura*. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1979. p. 21).

Adverte-se, no entanto, que a divisão das seções propostas pela revista carrega o perigo da definição, ou melhor dito, da indefinição, dos limites do conteúdo das matérias. Essa situação obriga, necessariamente, a uma opção pedagógica que permita identificar se um artigo, em particular, deve ser disposto na seção geral de Artigos ou de Crítica. Uma discussão fundamental na hora de definir a organização e apresentação da edição, tendo em vista que se trata de

uma publicação de caráter acadêmico e dirigida para uma área específica do conhecimento.

No primeiro número da revista, o instigante trabalho de Stéphane Huchet: “Paradigmas arquiteturais e seus devires: Durand, Duchamp e Eisenman” (p. 59-79) chama a atenção para essa discussão. A matéria, encontrada na seção geral de Artigos, guarda maior relação com o trabalho de crítica, uma vez que cumpre com a intenção de explodir os significados ocultos de uma relação inédita e, ao mesmo tempo, poética, como a que o autor estabelece entre os díspares personagens de sua tese: o arquiteto da Ilustração e tratadista Jean-Nicolas-Louis Durand (1760-1864), também desenhista de Etienne-Louis Boullée; o dadaísta, surrealista e, fundamentalmente, indefinível artista Marcel Duchamp (1887-1968) e, por fim, o experimental e inovador arquiteto Peter Eisenman (1932-), o qual, entre outras atividades, foi co-editor da famosa revista *Oppositions*.

Essa matéria seria, sem nenhuma dúvida, uma companhia desejada e ajustada para o trabalho apresentado na seção Crítica por Ana Elena Salvi: “Tafari e a construção da historiografia da arquitetura” (p. 147-158), no qual a autora procura recuperar parte do gigantesco edifício conceitual e cultural construído por Manfredo Tafuri, para reintegrá-lo ao cotidiano do pensamento de nossos meios acadêmicos.

A situação exposta não deve, contudo, ser considerada em detrimento da revista. Muito pelo contrário, apresenta-se como fator positivo, ao revelar uma questão que a própria revista suscita, demandando seu aprofundamento. Esta questão poderia, inclusive, ser objeto de debate sobre o tema da sempre conflitante, ainda que cativante, relação entre história, crítica e teoria. É evidente que pela riqueza temática, seriedade e profundidade conceitual transmitidas pelos diferentes trabalhos apresentados e exigente orientação acadêmica de sua direção, o espírito a guiar essa nova publicação pode oferecer muitos caminhos para esta reflexão, assim como outras as quais enriquecerão o alto padrão de qualidade demandado por essa primeira edição e, com certeza, por outras que virão.

Por último, gostaríamos de chamar a atenção sobre o fato de esse número estar dedicado a Nestor Goulart Reis Filho, Júlio Roberto Katinsky, Carlos Lemos e Benedito Lima de Toledo, eméritos professores do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto da FAUUSP. Essa postura da revista revela o reconhecimento e a gratidão da nova área de concentração da pós-graduação da FAUUSP aos seus ilustres pares, fundamentais na formação do núcleo duro do Departamento de História. Mas também, com esta dedicatória, sinaliza-se o empenho na construção e divulgação de um novo pensamento enriquecedor da identidade cultural, social e histórica, apoiado em nossa mais elevada tradição acadêmica, a partir do incessante trabalho das sucessivas gerações de pesquisadores, representadas já nesse primeiro número da *Designio*.

Definitivamente, uma tarefa de busca do encontro da tradição e da renovação.

Andréa de Oliveira Tourinho

Arquiteta, *master* em estética e teoria das artes, pela Universidad Autónoma de Madrid, e doutora pela FAUUSP.

7 | NÚCLEOS e
LABORATÓRIOS De
PESQUISA DA
FAUUSP

Denise Duarte

LABAUT – LABORATÓRIO DE CONFORTO AMBIENTAL E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA
ARQUITETURA DA FAUUSP

I. APRESENTAÇÃO

O Laboratório de Conforto Ambiental e Eficiência Energética do Departamento de Tecnologia da Arquitetura da FAUUSP – LABAUT foi criado em 1999 e é inscrito no CNPq como grupo de pesquisa desde junho de 2002.

O LABAUT atua nas seguintes áreas:

- Conforto térmico das edificações e do espaço urbano;
- conforto luminoso natural e artificial das edificações e do espaço urbano;
- conforto acústico das edificações e do espaço urbano;
- ergonomia aplicada às edificações, ao espaço urbano, ao mobiliário e equipamentos;
- eficiência energética das edificações e do espaço urbano.

O LABAUT tem por objetivos:

- Desenvolver pesquisas voltadas para a implementação de linhas ainda não consolidadas dentro de sua área de atuação;
- fornecer suporte técnico ao desenvolvimento de pesquisas da graduação e pós-graduação, inclusive, de outras áreas, de outras unidades da USP ou de outras instituições;
- disponibilizar apoio laboratorial aos TFGs da FAUUSP;
- oferecer apoio a projetos de interesse social;
- atender às solicitações da indústria da construção e setores públicos afins.

2. EQUIPE

Atualmente a equipe docente do LABAUT é formada por: Márcia Peinado Alucci (coordenadora), Marcelo de Andrade Roméro (vice-coordenador), Joana Carla Soares Gonçalves, Denise Helena Silva Duarte e José Jorge Boueri Filho, todos em RDIDP, Anésia Barros Frota e Paulo Sérgio Scarazzato, em RTC, e José Fernando Cremonesi, em RTP. Também atuam como colaboradores os professores Reginaldo Luiz Nunes Ronconi, Ualfrido Del Carlo, Rosária Ono, Khaled Ghoubar e Fúlvio Vittorino (IPT).

3. INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS E RECURSOS COMPUTACIONAIS

Desde sua implantação o LABAUT vem ampliando a capacitação do laboratório com recursos provenientes de projetos didáticos apoiados pelas pró-reitorias de graduação e pós-graduação da USP, de projeto para aquisição de equipamentos, apoiado pela Fapesp, de projeto de pesquisa, apoiado pelo CNPq, e pela prestação de serviços.

Desde fevereiro de 2002 o LABAUT conta com um espaço físico de aproximadamente 110 m², que inclui bancada de trabalho, heliodon, espaço para armazenamento e montagem de equipamentos, sala de reuniões e postos de trabalho da equipe. O LABAUT conta, atualmente, com os seguintes equipamentos:

- 15 kits-conforto que incluem luxímetro, decibelímetro, termohigrômetro, anemômetro, contador e bússola;
- 01 heliodon de régua para simulação de insolação em modelos físicos;
- 01 heliodon em arco (em construção), em parceria com o Laboratório de Modelos e Ensaios – LAME;
- 01 estação meteorológica portátil com sensores de temperatura, umidade, ventos e chuva;
- 01 estação meteorológica fixa com dois piranômetros (radiação direta e difusa), termohigrômetro, anemômetro (direção e velocidade de vento), pluviômetro (chuva);
- 01 luminâncímetro;
- 02 Norsonic (equipamento de acústica para medida estatística de ruído L5, L10, L50, L90 e Leq, medidas com filtros A, B, C e D e linear, tempo de reverberação);
- 01 01dB (software de acústica com interfaces para isolamento por reciprocidade, análise estatística de ruído urbano, medida estatística de ruído L5, L10, L50, L90 e Leq, medidas com filtros A, B, C e D e linear, tempo de reverberação);
- 02 confortímetros (temperatura operativa);
- 01 confortímetro/IBUTG;
- 01 termômetro infravermelho para medição de temperatura superficial;
- 02 registradores de temperatura, umidade e iluminância;
- câmera digital com lente grande angular para quantificação de fator de visão de céu;
- fotocélulas para ensaios em modelos físicos.

O LABAUT conta com a colaboração do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo – IPT – para uso do túnel de vento do Laboratório do Agrupamento de Vazão (Projeto temático Fapesp n. 98/15402-5), nas pesquisas vinculadas ao laboratório, e com a colaboração do Laboratório Nacional de Engenharia Civil – LNEC – Lisboa, Portugal, também para o uso do túnel de vento.

O LABAUT dispõe de softwares de simulação computacional e bancos de dados produzidos por integrantes da equipe, todos de domínio público e disponíveis no site da FAUUSP. São eles: Acústico 2.0, Fachada 1.5, Lux 1.0 e Chaminé 2.5 (Márcia Alucci); Humano 1.1 (Daniel Cóstola e Márcia Alucci); Climaticus 1.5 (Márcia Alucci e Gabriela Audi); Obstrução 1.0 (Rafael Brandão); Windoor (Fernando Cremonesi); CTCA (Tiago Ribeiro e Karin Marins); Banco de

Dados de Acústica (Márcia Alucci e Paula Constante Santos); Banco de Dados de Vidros (Márcia Alucci, Celso Longo e Marcos Inoue); e DLN (Paulo Scarazzato). Dentre os softwares comerciais, as licenças recentemente adquiridas pelo LABAUT incluem Ecotect 5.2, Tas 8.5 e Fluent 6.1.2 (licença da Escola Politécnica da USP, em colaboração com a FAUUSP).

4. PESQUISAS DA PÓS-GRADUAÇÃO

Nos últimos anos o grupo de estudos urbanos vem se fortalecendo e agregando novos resultados em relação à proteção do acesso ao sol, acesso à luz natural e consumo de energia em edifícios, em função dos arranjos urbanos. Crescem também os estudos das condições de ventilação urbana, em função do uso e ocupação do solo, e dos índices de conforto em ambientes externos, áreas essas ainda não consolidadas. Iniciam-se também os estudos de desempenho térmico e luminoso de membranas utilizadas para coberturas em áreas externas (projeto CNPq em andamento).

Em relação ao conforto e à eficiência energética nos edifícios, as pesquisas estão direcionadas para sistemas inovadores de fachadas, legislação relacionada ao consumo de energia, à reabilitação tecnológica de edifícios, ao conforto associado à produtividade do trabalho em edifícios de escritórios, ao estudo de indicadores de adequação ambiental de edifícios e ao desenvolvimento de metodologia para tratamento de dados de ventilação para projeto de edifícios.

Figura 1 – Estudo de ventilação urbana em túnel de vento
Fonte: Doutorado de Alessandra Prata

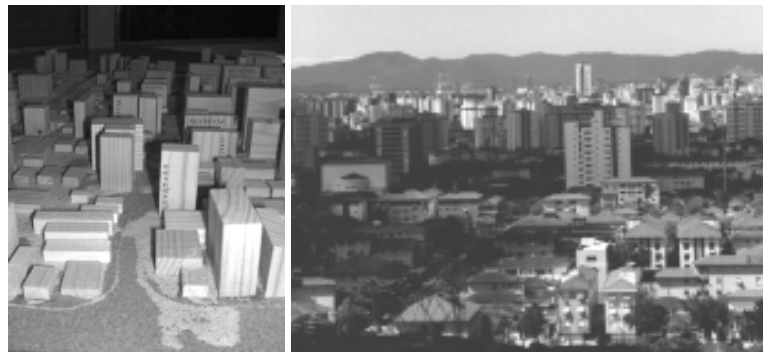


Figura 2 – Efeitos da obstrução, provocados pelo entorno no consumo de energia dos edifícios
Fonte: Mestrado de Rafael Brandão

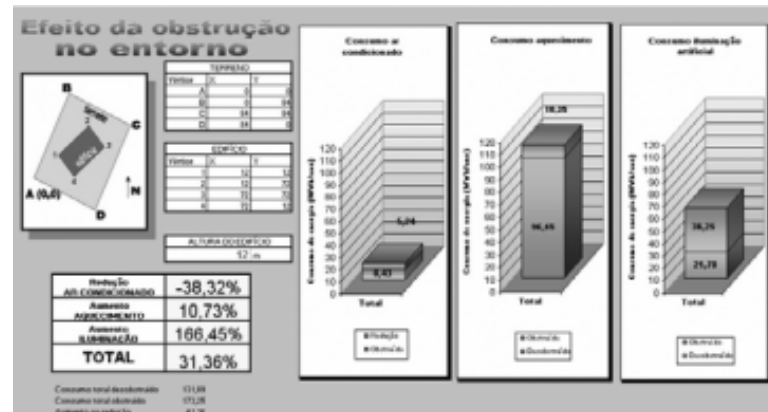


Tabela 1 – Pesquisas da pós-graduação vinculadas ao LABAUT

Período	Aluno (a)	Orientador (a)	Título	Nível	Bolsa
2001/04	Rafael Silva Brandão	Márcia Alucci	Acesso ao sol e à luz natural (concluída)	Mestrado	CNPq
2001/07	Norberto C. da Silva Moura	Márcia Alucci	Segurança, eficiência energética e conforto visual em arcos e emboques de túneis rodoviários: soluções arquitetônicas	Doutorado	Capes
2004/07	Leonardo M. Monteiro	Márcia Alucci	Uso de ferramentas computacionais para estudo de ventilação de edifícios	Mestrado	Fapesp
2004/08	Tiago Randuz	Márcia Alucci	Conforto térmico de estádios esportivos	Doutorado	-
2001/04	Valéria Cristina D. L. Resende	Márcia Alucci	O aproveitamento da iluminação natural em edifícios universitários, visando à conservação de energia elétrica e ao conforto luminoso	Mestrado	-
2004/07	Daniel Cóstola	Márcia Alucci	Desenvolvimento de software para avaliação de ventilação interna de edifícios	Mestrado	CNPq
2000/03	Antônio Gil da Silva Andrade	Márcia Alucci	Alta tecnologia: a arquitetura de 1970 a 2000 (concluída)	Mestrado	-
2003/07	Antônio Gil da Silva Andrade	Márcia Alucci	Sistemas construtivos utilizados em edifícios esportivos	Doutorado	-
2001/05	Alessandra Rodrigues Prata	Anésia Frota	Dimensionamento do impacto da altura de edifícios nas condições de ventilação natural do meio urbano, simulado em túnel de vento – o caso da cidade de Santos/SP	Doutorado	Fapesp
2004/07	Cíntia Mara de Figueiredo	Anésia Frota	Estudo de fachadas de edifícios comerciais	Mestrado	-
2004/07	Cecília Mattos Muller	Anésia Frota	Procedimentos de medição para avaliação do comportamento térmico de edificações construídas sem sistemas ativos de condicionamento	Mestrado	-
2001/05	Lúcia Dionardo	Anésia Frota	Eficiência energética de edifícios comerciais: uma abordagem econômica	Doutorado	-
2000/04	Ana Virginia C. Sampaio	Anésia Frota	A valorização do conforto ambiental na elaboração dos projetos de ambientes hospitalares	Doutorado	-
2000/04	Victor Aramis Berti	Anésia Frota	Ventilação em áticos	Doutorado	-
2004/07	Thiago Zaldini Hernandez	Denise Duarte	Indicadores de sustentabilidade LEED™, BREEAM™ e SPEAR: análise crítica de escala de valores, propostas e aplicabilidade para a realidade nacional	Mestrado	-
2003/06	Anna Christina Miana	Rosana C. Assis (EESC/USP)	Avaliação do desempenho térmico e luminoso de brise-soleils opacos e transparentes	Mestrado	Fapesp
2002/05	Fábio Luís Abreu	Marcelo Romero	Parâmetros climáticos para a arquitetura: o efeito de ilha de calor nas aglomerações urbanas e a definição de um zoneamento climático para o estado de São Paulo	Mestrado	-
2002/05	Juliana Bechara Saft	Marcelo Romero	Propriedades termofísicas de materiais e componentes na arquitetura dos setores comercial e residencial no estado de São Paulo	Mestrado	-
2003/06	Juliano Beraldo	Marcelo Romero	Aferição do algoritmo de cálculo de uma proposta de regulamento de eficiência energética para o estado de São Paulo	Mestrado	Fapesp
2002/05	Marcelo Mendonça	Marcelo Romero	Escritórios residenciais: espaço, comportamento e produtividade	Mestrado	-
2001/04	Ricardo Laurentino Vasconcelos	Marcelo Romero	Retrofit e eficiência energética: análise e eficiência energética e pay-back de investimentos para retrofit, dos sistemas elétricos na cidade de São Paulo, construídos na década de 80	Mestrado	-
2001/05	Maria Inês Lage de Paula	Marcelo Romero	Gestão energética	Doutorado	-
2004/07	Giusele S. Benedetto	Marcelo Romero	Consumo desagregado por usos finais no setor residencial em São Paulo	Mestrado	Nisam USP
2000/05	Ana Lúcia de A. Gonçalves	Marcelo Romero	A iluminação urbana nos centros históricos – adequação do projeto à ambiência. Uma metodologia para planos diretores e projetos de iluminação. O caso de Paraty	Doutorado	-
1998/03	Roberta Kronka Mullerfarth	Ubaldo Del Carlo	Arquitetura de baixo impacto humano e ambiental (concluída)	Doutorado	Fapesp
1998/03	Joana Carla S. Gonçalves	Ubaldo Del Carlo	A sustentabilidade do edifício alto: uma geração de edifícios altos e sua inserção urbana (concluída)	Doutorado	-
2004/07	José Ovidio Peres Ramos	Ubaldo Del Carlo	Acústica de espaços urbanos em São Paulo	Mestrado	-
2004/07	Andrea Vosgueritchian	Ubaldo Del Carlo	O processo de projeto de arquitetura e a sustentabilidade	Mestrado	-
1996/00	Denise Helena Silva Duarte	Geraldo Gomes Serra	Padrões de ocupação do solo e microclimas urbanos para a região de clima tropical continental (concluída)	Doutorado	Fapesp
2003/04	Gustavo Brunelli	Joana Carla S. Gonçalves	Conforto ambiental em edifícios industriais	Mestrado AALondon	Alban (EC)
2003/04	Mônica Pereira Marcondes	Joana Carla S. Gonçalves	Eficiência energética de fachadas duplas	Mestrado AALondon	Alban (EC)
2004/07	Dimas Bertolotti	Paulo Scarazzato	Escolas sustentáveis em São Paulo: critérios de projeto	Mestrado	-
2004/07	Daniela Laudares	Paulo Scarazzato	Modelos de avaliação da iluminação natural para edificações. Estudo comparativo por medições em ambientes reais, modelos físicos em escala reduzida e simulações computacionais	Mestrado	-
1999/05	Denise Dantas	Jorge Boueri	Novos métodos de projeto em design frente às novas tecnologias digitais	Doutorado	-
1999/04	Nilson Franco Martins	Jorge Boueri	A hierarquização viária como tecnologia para as interfaces urbano-rodoviárias	Doutorado	-
2000/04	Tânia Pietzschke Abat	Jorge Boueri	Dados antropométricos da infância e adolescência aplicados no dimensionamento do mobiliário e dos equipamentos da habitação	Mestrado	-
2000/05	Selso Dal Belo	Jorge Boueri	Arquitetura do ferro e do aço e o crescimento e desenvolvimento no Vale do Paraíba paulista	Doutorado	-
2001/05	Adriana Volpon Diogo Righetto	Jorge Boueri	Evolução do espaço tridimensional por meio do desenho	Doutorado	-
2001/05	Suzi Maria C. Mariño Pequini	Jorge Boueri	Aspectos ergonômicos na seleção e uso da bicicleta	Mestrado	-
2002/05	Alexandre Kenchian	Jorge Boueri	Modelos e técnicas de dimensionamento dos ambientes da habitação	Mestrado	-
2003/06	Maria Valéria Afonso Lopes	Jorge Boueri	Adaptações dimensionais dos ambientes da habitação para cuidados com a saúde	Mestrado	-
2004/07	Claudia Maria L. Lapetina	Jorge Boueri	Estudos dimensionais dos projetos de apartamentos de 4 dormitórios da cidade de São Paulo no início do século 21	Mestrado	-

Fonte: Autora

5. PESQUISAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

As pesquisas em iniciação científica têm abordado estudos urbanos de conforto ambiental, com trabalhos de campo em São Paulo, simulação de insolação e iluminação com modelos físicos, caracterização térmica e luminosa de material têxtil para uso em coberturas e medições das condições de conforto em edifícios com simulações computacionais.



Figura 3 – Leitura e representação gráfica das condições ambientais urbanas. Estudo de caso: Avenida Paulista
Fonte: Trabalho de iniciação científica de Tatiana M. de Souza



Tabela 2 – Pesquisas de iniciação científica vinculadas ao LABAUT

	Aluno (a)	Orientador (a)	Título	Bolsa
2001/02	Fábio Faria	Anésia Frota	Formas de garantir um conforto térmico ao usuário na cidade de São Paulo. Estudo de caso: edifício CDHU (concluída)	Fapesp
2001/02	Cristina Mizuki Umetsu	Anésia Frota	Formas de garantir um conforto térmico ao usuário na cidade de São Paulo. Estudo de caso: unidade residencial unifamiliar CDHU (concluída)	Fapesp
1996/97	Celso Longo	Márcia Alucci	Banco de dados de características térmicas, acústicas e luminosas de vidros e policarbonatos (concluída)	PIBIC
1996/97	Marcos Inoue	Márcia Alucci	Banco de dados de características térmicas, acústicas e luminosas de vidros e policarbonatos (concluída)	Fapesp
2002/03	Paula Constante Santos	Márcia Alucci	Banco de dados de características acústicas (concluída)	Fapesp
2002/03	Gabriela Audi Ferreira	Márcia Alucci	Banco de dados climáticos (concluída)	Fapesp
2002/03	João Luiz Bellia	Denise Duarte / Joana Carla S. Gonçalves	A influência da arquitetura no conforto luminoso de uma nova geração de edifícios altos de escritórios no contexto internacional (concluída)	PIBIC
2003/04	Tatiana Moreira de Souza	Denise Duarte	Leitura e representação gráfica das condições ambientais urbanas: Estudo de caso avenida Paulista (concluída)	Fapesp
2003/04	Marisa Bueno e Souza	Denise Duarte / Reginaldo Ronconi	Pesquisa, projeto e construção de ferramentas de ensaio para modelos físicos em conforto ambiental: heliodon	PIBIC
2003/05	Luciana Schwandner	Márcia Alucci	Estudo de iluminação natural de edifícios através de modelos físicos em escala reduzida	PIBIC
2003/04	Kátia Zanellato	Reginaldo Ronconi / Márcia Alucci	Pesquisa e ensaios de membranas e diretrizes para a otimização do processo de projeto das tensoestruturas	PIBIC
2003/05	Bruna Luz	Paulo Scarazzato / Márcia Alucci	Estudo de iluminação natural de edifícios por meio de modelos físicos em escala reduzida	Fapesp
2004/05	Rodrigo Cavalcante	Joana Carla S. Gonçalves	Avaliação do conforto térmico do edifício da FAUUSP, Cidade Universitária: medições de campo	PIBIC
2004/05	Patricia Mara Sanches	Joana Carla S. Gonçalves	Avaliação do conforto térmico do edifício da FAUUSP, Cidade Universitária: simulações computacionais	Fapesp

Fonte: Autora

6. APOIO AOS TRABALHOS FINAIS DE GRADUAÇÃO E ÀS PESQUISAS EXTERNAS

O LABAUT disponibiliza apoio laboratorial aos trabalhos finais de graduação da FAUUSP, inclusive de outras linhas de pesquisa, e também às pesquisas externas. Foram feitos, por exemplo, ensaios em túnel de vento para auxiliar as decisões de projeto de um trabalho final de graduação, ensaios de transmitância térmica e luminosa por meio de membranas para alimentar as simulações de desempenho de coberturas têxteis, medições de clima externo e medições internas para avaliação pós-ocupação de um edifício de escritórios em São Paulo, e medições de conforto térmico e ventilação no edifício da FAUUSP para alimentar as simulações computacionais de uma dissertação de mestrado da University of Cambridge de uma ex-aluna da FAUUSP.



Figura 4 – Ensaio de transmissividade térmica e luminosa em cobertura têxtil
Fonte: TFG Mônica Marcondes – Centro de Tecnologia e Educação Ambiental

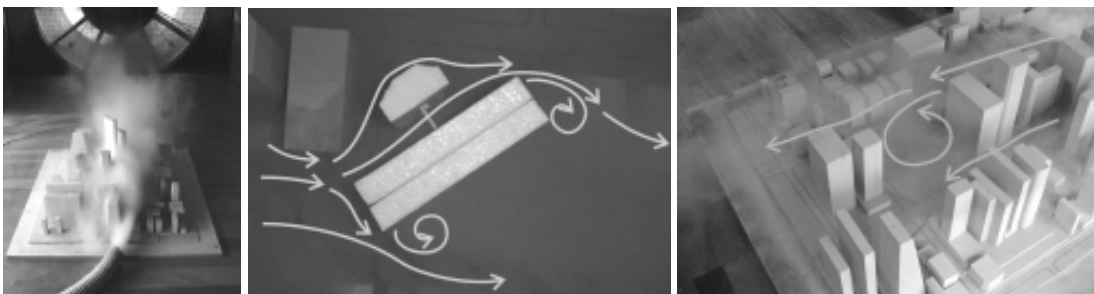


Figura 5 – Ensaio de impacto provocado por um edifício alto, no padrão de vento
Fonte: TFG Thiago Hernandes – Projeto de Edifício Alto para São Paulo



Figura 6 – Avaliação pós-ocupação de um edifício de escritórios em São Paulo
Crédito: Acervo LABAUT



Figura 7 – Medições e ensaios de conforto ambiental no edifício da FAUUSP
Fonte: Mestrado de Filomena Russo/University of Cambridge

7. PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS, EXPOSIÇÕES, PREMIAÇÕES E PUBLICAÇÕES RECENTES

Os pesquisadores do LABAUT vêm participando ativamente de eventos nacionais e internacionais de sua área de atuação, com apresentação, exposição e publicação de trabalhos de graduação (IC e TFG), pós-graduação e dos docentes, principalmente, Encontro Nacional de Conforto no Ambiente Construído – ENCAC –, Encontro Latino-Americano de Edificações e Comunidades Sustentáveis – ELECS no Núcleo de Pesquisa em Tecnologia da Arquitetura e do Urbanismo – NUTAU – e no Passive and Low Energy Architecture – PLEA desde 1998.

Os alunos de graduação tiveram participação em todas as edições da Bienal José Miguel Aroztegui (Concurso Estudantil Latino-Americano de Arquitetura Bioclimática), desde 1999, e a FAU recebe a Exposição Itinerante dos 12 melhores trabalhos a cada edição. Alguns trabalhos da graduação também foram expostos na mostra ArqSol, durante o ASADES – Energias Renovables y Ambiente. Promoción y Diseño de Sustentabilidad, na UBA, Buenos Aires, em 2002. Uma equipe do LABAUT também participou do concurso Bairro Novo, promovido recentemente pelo IAB/SP.

Em abril de 2004 aconteceu, no Museu da FAUUSP, a Expo LABAUT 2004, por ocasião dos dois anos de implementação do laboratório, com uma exposição de pôsteres de trabalhos de graduação (IC e TFG) e pós-graduação, pesquisas dos docentes, trabalhos de concursos, sendo alguns deles premiados no Brasil e no exterior, softwares desenvolvidos e livros publicados recentemente pelos integrantes da equipe.

No primeiro semestre de 2004 o LABAUT participou, como parte da equipe da Zanettini Arquitetura, do concurso nacional para o projeto do complexo CENPES II, promovido pela Petrobrás. Desse concurso participaram como convidados quatro importantes escritórios de arquitetura do país. O LABAUT participou desde a concepção inicial do projeto, fazendo a consultoria em eco-

Figura 8 – Expo LABAUT 2004, Museu FAUUSP, em abril de 2004
Crédito: Acervo LABAUT



Figura 9 – Projeto Bairro Novo. Concurso IAB/SP. Equipe: Anna Chistina Miana, Cecílica Mueller, Daniela Weintraub, Denise Duarte, Fabio Faria, Joana Carla Gonçalves, Lene Nettelbeck, Marcos Rosa, Tatiana Souza, Vanessa Grossman. Consultoria: Ricardo Toledo – drenagem; Khaled Ghoubar – custos; e Alessandra Prata – ventilação
Crédito: Acervo LABAUT

eficiência (térmica, acústica, iluminação natural e indicadores de impacto ambiental), exigidos em caráter eliminatório no edital do concurso. O CENPES II vai duplicar as atuais instalações de pesquisa e desenvolvimento da empresa, e a meta da Petrobrás é que este projeto traga uma mudança de paradigma destacando as questões de conforto, energia e meio ambiente para a arquitetura brasileira.

As publicações recentes da equipe incluem:

- ROMÉRO, Marcelo de Andrade; PHILIPPI Jr., A.; ALVES, A. C.; BRUNA, C. G. *Meio ambiente, direito e cidadania*. São Paulo: Signus, p. 358, 12 mar. 2002.
- FROTA, Anésia. *Geometria da insolação*. São Paulo: Geros, 2004.
- VIANNA, Nelson Solano; GONÇALVES, Joana. *Iluminação e arquitetura*. São Paulo: Virtus, 2001.
- *Cadernos do LABAUT*, n.1. Arquitetura, tecnologia e ambiente em exercícios de projeto (no prelo). Esta publicação tem por objetivo divulgar exercícios de projeto realizados como trabalhos de disciplina, trabalhos finais de graduação e concursos nacionais e internacionais com foco nas áreas de conforto, eficiência energética e impacto ambiental do ambiente construído.

8. PROJETOS FUTUROS

8.1 Ampliar o laboratório didático

O LABAUT desenvolve uma linha de pesquisa com o Laboratório de Modelos e Ensaio – LAME, coordenado pelo Prof. Dr. Reginaldo Ronconi, também do AUT, particularmente voltada para os alunos de iniciação científica. Essa linha tem por objetivos a pesquisa, o projeto e a construção de ferramentas de ensaio para modelos físicos em conforto ambiental, de modo a permitir o ensaio em maquetes. A construção do heliodon em arco (em andamento) já foi mais um passo; o próximo é a construção de um túnel de vento simplificado. Entre as vantagens da utilização de simulação experimental por meio de modelos físicos estão:

- A adequação para condições de formas complexas;
- a facilidade de comparação entre soluções alternativas de projeto, por componentes intercambiáveis, permitindo, ainda, avaliações quantitativas e qualitativas;
- a utilidade na validação de modelos computacionais;
- a familiarização para a maioria dos projetistas, estimulando a percepção e compreensão dos fenômenos físicos envolvidos;
- a utilização como instrumento de comunicação entre membros da equipe de projeto e/ou entre projetista e cliente.

8.2 Ampliar o laboratório de pesquisas para edifícios

Está em discussão um projeto de pesquisa para a construção de uma câmara de ensaio para simulação de diferentes tipos de fachada, que permita a alteração dos componentes construtivos e da configuração do modelo, com monitoramento interno de todas as variáveis envolvidas.

8.3 Ampliar os estudos de conforto ambiental urbano

Está em discussão um projeto de pesquisa envolvendo outras áreas do conhecimento para requalificação de áreas urbanas, em especial a região central de São Paulo. A idéia é aplicar os resultados já obtidos em ventilação urbana, acesso solar, microclimas urbanos, estendendo o campo de atuação para outras questões ambientais.

8.4 Atualizar e ampliar a capacitação da equipe em simulação computacional

Já está em andamento um treinamento intensivo da equipe com os mais novos softwares de simulação de desempenho térmico, acústico e luminoso disponíveis hoje, graças à recente aquisição de licenças pelo LABAUT. Esses programas são fundamentais para agilizar os trabalhos e agregam maior sofisticação às simulações, que permitem geometrias mais complexas e saídas com visualizações mais amigáveis para o usuário.

8.5 Ampliar o relacionamento internacional

O contato com o Laboratório Nacional de Engenharia Civil – LNEC –, em Lisboa, existe há muitos anos com o Departamento de Tecnologia da Arquitetura da FAUUSP, e vem gerando novos frutos. Em 2004, o Prof. Dr. Jorge Gil Saraiva orientou o trabalho experimental no túnel de vento da aluna Alessandra Prata durante seu “doutorado sanduíche”, acompanhado também pela Prof. Dra. Anésia Frota.

A cooperação internacional com a Inglaterra iniciou-se com o “doutorado sanduíche” da Prof. Dra. Joana Gonçalves na AA – Architectural Association Graduate School, em Londres, em 2001, e continuou com sua passagem como professora visitante em 2004. Atualmente a professora é co-orientadora de dois ex-alunos da FAUUSP no programa de mestrado Environment and Energy, na mesma instituição. Outro importante contato internacional é com o escritório de conforto ambiental e eficiência energética BDSP Partnership, por intermédio de seu diretor, engenheiro Klaus Bode, também professor visitante da AA, e colaborador na pesquisa de doutorado da professora Joana Carla Gonçalves. O NUTAU’2004, realizado entre 11 e 15 de outubro deste ano, trouxe como palestrantes convidados do painel de conforto e energia, coordenado pela Profa. Dra. Denise Duarte, o engenheiro Klaus Bode, a professora Susannah Hagan, da University of East London, e também o professor Koen Steemers, do Martin Centre, University of Cambridge. O contato com Cambridge teve início no apoio do LABAUT à pesquisa de mestrado da ex-aluna da FAUUSP, Filomena Russo, sob a orientação do professor Koen Steemers.

A participação dos pesquisadores do LABAUT em eventos internacionais, particularmente no PLEA, tem trazido excelentes contatos, que se renovam e ampliam-se a cada ano. Na edição de 2003, que aconteceu em novembro em Santiago do Chile, foram apresentados oito trabalhos da FAUUSP, sendo cinco deles resultados de trabalhos finais de graduação. Na edição 2004, realizado de 19 a 22 de setembro, em Eindhoven, Holanda participaram as Profas. Dras. Denise Duarte e Joana Carla Soares Gonçalves e o ex-aluno Luciano Caruggi de Faria, apresentando alguns trabalhos do grupo a envolverem também a Profa. Dra. Márcia Alucci, o Prof. Dr. Marcelo Roméro, os alunos da pós-graduação Alessandra Prata, Rafael Brandão e Leonardo Monteiro, e a aluna de graduação Tatiana Moreira de Souza.

As pesquisas mais recentes vêm contando com contribuições relevantes de pesquisadores e profissionais atuantes no cenário internacional, na área de conforto ambiental e energia, tais como: Baruch Givoni, o qual esteve na FAUUSP como palestrante convidado do NUTAU’2000, Ken Yeang, Simos Yannas e outros. A participação dos membros da equipe do LABAUT em eventos internacionais e a vinda de pesquisadores externos é parte integrante dos projetos futuros do laboratório.

Denise Duarte

Professora do Departamento de Tecnologia da Arquitetura da FAUUSP e pesquisadora do LABAUT.

TESES E DISSERTAÇÕES

Teses

LUIZ ANTONIO PITANGA DO AMPARO

A vanguarda russa e seus protagonistas nas artes e na arquitetura, conseqüências e desdobramentos, o caráter suprematista de algumas obras do arquiteto
Data: 23.01.04

Orientador(a): Profa. Dra. Marlene Yurgel

SILVIA FARIA

A cor local e a paisagem urbana: Planos de cores para a revitalização urbana
Data: 28.01.04

Orientador(a): Profa. Dra. Élide Monzeglio

LAURA CRISTINA RIBEIRO PESSOA

O impacto do sistema viário no processo de formação do espaço paulista: 1700 a 1980. O Vale do Paraíba Paulista
Data: 09.02.04

Orientador(a): Profa. Dra. Sueli Terezinha Ramos Schiffer

CLARA CORREIA D'ALAMBERT

Manifestações da arquitetura residencial paulistana entre as grandes guerras
Data: 17.02.04

Orientador(a): Prof. Dr. Carlos Alberto Cerqueira

JENNY ZOILA BALDIVIEZO PEREZ

Urbanismo nas várzeas existentes: Da região dos rios Tietê e Pinheiros ao território das desapropriações

Data: 18.02.04

Orientador(a): Profa. Dra. Regina Maria Prósperi Meyer

CARLOS JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS

Guarulhos: Espaços identitários sob a mundialização
Data: 26.02.04

Orientador(a): Profa. Dra. Maria Irene Szmrecsanyi

AÍDA POMPEO NOGUEIRA

O habitar no espaço urbano periférico: Conjuntos de habitação social

Data: 26.02.04

Orientador(a): Prof. Dr. Jorge Hajime Oseki

MARCO AURÉLIO LAGONEGRO

Metrópole sem metrô. Transporte público, rodoviarismo e populismo em São Paulo (1955-1965)
Data: 01.03.04

Orientador(a): Profa. Dra. Maria Irene Szmrecsanyi

MARIA DAS GRAÇAS FERREIRA

Saber e ideário no planejamento urbano

Data: 09.03.04

Orientador(a): Prof. Dr. Celso Monteiro Lamparelli

FRANCISCO SPADONI

A transição do moderno. Arquitetura brasileira nos anos de 1970

Data: 12.03.04

Orientador(a): Prof. Dr. Gian Carlo Gasperini

GILBERTO SILVA DOMINGUES BELLEZA

O detalhe como arquitetura. Uma pesquisa sobre um trabalho prático

Data: 15.03.04

Orientador(a): Prof. Dr. Joaquim Manoel Guedes Sobrinho

VERA SANTANA LUZ

Ordem e origem em Lina Bo Bardi

Data: 18.03.04

Orientador(a): Prof. Dr. Rafael Antonio Cunha Perrone

PAULO YASSUHIDE FUJIOKA

Princípios da arquitetura organicista de Frank Wright e suas influências na arquitetura moderna

Data: 22.03.04

Orientador(a): Prof. Dr. Lúcio Gomes Machado

GILSON LAMEIRA DE LIMA

Segurando as águas: Modelo de reabilitação de sistema de drenagem urbana com enfoque em retenção urbanística

Data: 31.03.04

Orientador(a): Prof. Dr. Ricardo Toledo Silva

ADRIANA GELPI

Rio Grande do Sul, processo de ocupação do território: Das Missões ao Mercosul, outra vez os mesmos caminhos?

Data: 05.04.04

Orientador(a): Prof. Dr. Csaba Deak, Sueli Terezinha Ramos Schiffer

JOEL PEREIRA FELIPE

O arquiteto em processos participativos de produção do hábitat. Origem, formação e atuação profissional

Data: 06.04.04

Orientador(a): Profa. Dra. Maria Ruth Amaral de Sampaio

NORA MARIA MENDES GUIMARÃES GEOFFROY

A moradia carioca no contexto das zonas norte e sul nos anos 20

Data: 30.04.04

Orientador(a): Prof. Dr. Carlos Alberto Cerqueira Lemos

GUILLAH NASLAVSKY

Arquitetura moderna em Pernambuco 1951-1972. As contribuições de Acácio Gil Borsoi e Delfim Fernandes Am

Data: 03.05.04

Orientador(a): Prof. Dr. Carlos Alberto Cerqueira Lemos

Dissertações

SABRINA STUDART FONTENELE COSTA

Intervenções na cidade existente. Um estudo sobre o centro Dragão do Mar e a Praia de Iracema

Data: 03.02.04

Orientador(a): Profa. Dra. Maria Lucia Bressan Pinheiro

JOSÉ BENEDITO GIANELLI FILHO

O caráter do caractere: O alfabeto padrão nos sistemas de identidade visual

Data: 09.02.04

Orientador(a): Prof. Dr. Issao Minami

SUELI APARECIDA BISSOLI DE OLIVEIRA

Os espaços livres nos bairros periféricos da cidade de São Paulo: O caso da zona leste

Data: 02.03.04

Orientador(a): Profa. Dra. Maria de Assunção Ribeiro Franco

FABIO RAGO VALENTIM

Casas para o ensino: As escolas de Vilanova Artigas

Data: 04.03.04

Orientador(a): Prof. Dr. Eduardo Luiz Paulo Riesencampf de Almeida

HORÁCIO CALLIGARIS GALVAN

Dinâmica econômica, desenvolvimento urbano e o novo papel do poder local – O caso de Santo André

Data: 09.03.04

Orientador(a): Profa. Dra. Heliana Comin Vargas

EDUARDO ARGENTON COLONELLI

Conexões urbanas: Avenida Nove de Julho

Data: 15.03.04

Orientador(a): Prof. Dr. Eduardo Luiz Paulo Riesencampf de Almeida

JOSÉ FÁBIO ZAMITH CALAZANS

Estudo de pré-viabilidade da reestruturação urbana, geopolítica e econômica da metrópole da grande São Paulo

Data: 23.03.04

Orientador(a): Prof. Dr. Ubyrajara Gonsalves Gilioli

FERNANDO FELIPPE VIÉGAS

Conjunto Nacional: A construção do espigão central

Data: 29.03.04

Orientador(a): Prof. Dr. Eduardo Luiz Paulo Riesencampf de Almeida

JORGE RICCA JÚNIOR

Anhangabaú: Construção e memória

Data: 08.04.04

Orientador(a): Prof. Dr. Lucio Gomes Machado

MUNIR BUARRAJ

Arquitetura de hotéis na cidade de São Paulo. Projetos arquitetônicos, operação, manutenção e tecnologia

Data: 19.04.04

Orientador(a): Prof. Dr. Wilson Edson Jorge

Laboratório de Programação Gráfica

Profa. Coordenadora: Maria Angela Faggin Pereira Leite

Supervisão Geral

José Tadeu de Azevedo Maia

Supervisão de Projeto Gráfico

André Luis Ferreira

Supervisão de Produção Gráfica

Divino Barbosa

Preparação e Revisão

Ivanilda Soares da Silva

Margareth Artur

Diagramação

José Tadeu de Azevedo Maia

Tratamento de Imagem

Sidney Lanzarotto

Emendas – Arte-Final

Eliane Aparecida Pontes

Montagem de Chapas

Adauro Lino Duarte de Farias

Cópia de Chapas

Juvenal Rodrigues

Impressão

José Gomes Pereira

Narciso Antonio dos Santos Oliveira

Ricardo de Sotti Machado

Dobra

Ercio Antonio Soares

Acabamento

Ercio Antonio Soares

Juvenal Rodrigues

Nadir de Oliveira Soares

Secretária

Eliane de Fátima Feroselle Previde

Composição, fotolito e impressão offset

Laboratório de Programação Gráfica da

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da

Universidade de São Paulo

Pré-matriz

Linotronic Mark-40 sobre filme Kodak Pagi-Set

Papel

Pólen rustic areia 120 g/m²Couchê fosco L2 90 g/m²Cartão supremo alta alvura 300 g/m² (capa)

Montagem

18 cadernos de 8 páginas

Tiragem

1.000 exemplares

Data

junho 2004